

CADERNOS

DO TERCEIRO MUNDO

143

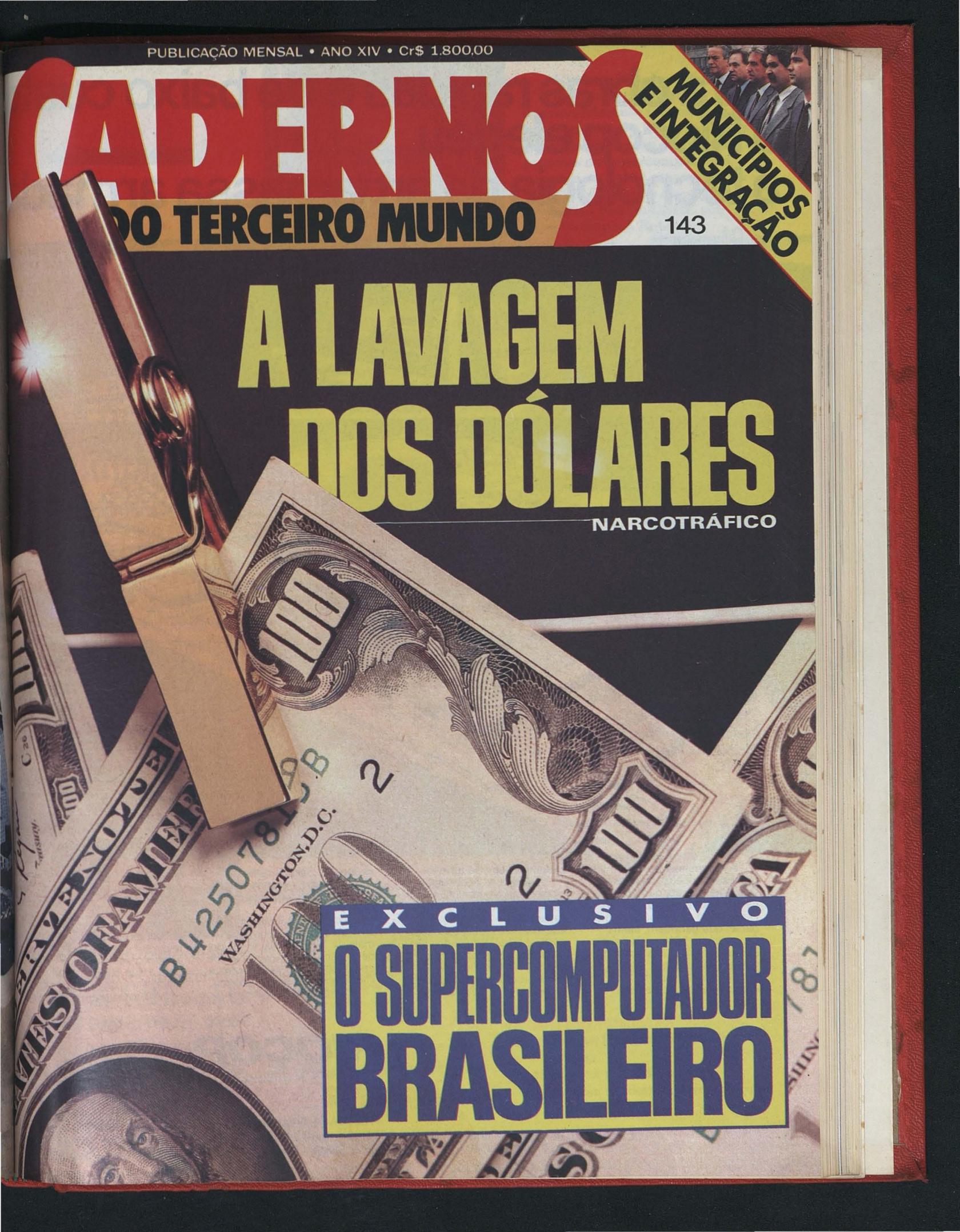
MUNICÍPIOS
E INTEGRAÇÃO

A LAVAGEM DOS DÓLARES

NARCOTRÁFICO

EXCLUSIVO

O SUPERCOMPUTADOR
BRASILEIRO



Para obras rápidas e de baixo custo, a Riocop elegeu a tecnologia da argamassa armada



Pórticos - Fábrica do RJ



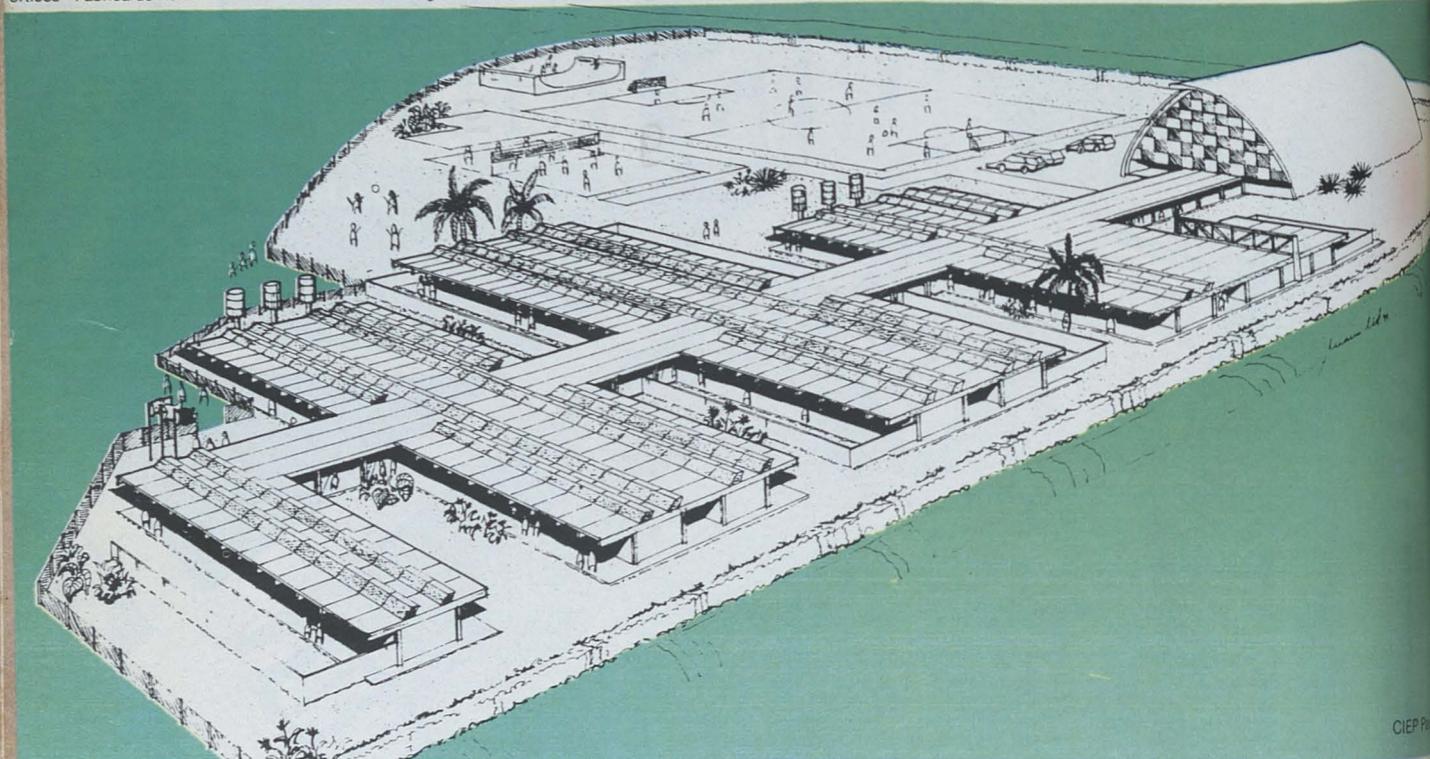
Leveza das vigas



Detalhe da produção



Concretagem de abrigos



A argamassa armada é um processo pioneiro, desenvolvido pela Riocop, que combina cimento, areia e tela de aço. O resultado são peças pré-moldadas que garantem, além de um custo 30% mais baixo do que as estruturas convencionais de concreto, maior rapidez na montagem e uma adequação perfeita

a qualquer tipo de terreno.

A leveza, a flexibilidade e a modulação das peças permitem ainda uma enorme variedade de combinações, adaptáveis às mais diversas composições arquitetônicas.

Hoje, a Riocop fabrica mensalmente 600m³ de argamassa armada e produz, além de peças para edificações,

abrigos de ônibus, diversos equipamentos urbanos e componentes para saneamento básico.

Desde que foi criada, há quatro anos, a Riocop já construiu mais de 150 escolas, 60 casas da criança, 40 postos de saúde, casas comunitárias, creches e CIEPs em argamassa armada.

Outro detalhe relevante da

Riocop é sua condição de Estatal, que permite a contratação de seus serviços sem licitação pública.

Da próxima vez que você for construir, não deixe de levar em consideração o que a Riocop pode fazer de concreto com a sua obra: utilizar a tecnologia e a qualidade revolucionárias da argamassa armada.

RIOCOP

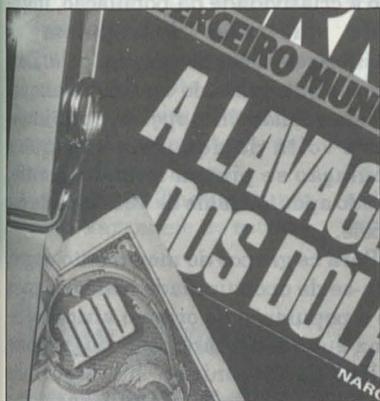
COMPANHIA MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

FÁBRICA DE ARGAMASSA ARMADA E EQUIPAMENTOS URBANOS
BR 101 - Km 1 - Rodovia Rio-Santos - Santa Cruz - Rio de Janeiro
CEP: 23560 - Telefone: (021) 395-4550 - Fax: (021) 395-3965

CAPA:

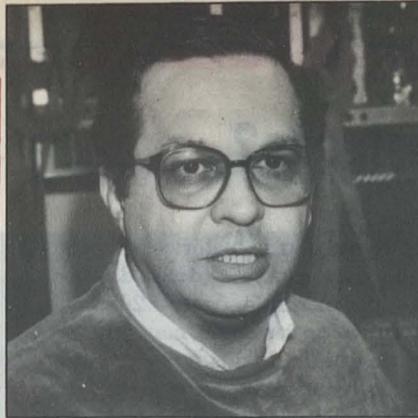
O negócio dos dólares limpos

O uso de mecanismos financeiros pelos narcotraficantes para mascarar a verdadeira origem dos seus lucros leva os governos de diferentes países a promoverem mudanças em suas legislações, visando a acabar inclusive com o sigilo bancário.



O escândalo em torno do Banco de Crédito e Comércio Internacional (BCCI) atingiu todos os continentes, mostrando que a "lavagem" do narcotráfico era um negócio com ramificações ao mais alto nível.

Página 46



◀ **A informática brasileira precisa investir no desenvolvimento tecnológico e a universidade é a base ideal para as pesquisas, como comprovam os projetos de supercomputação paralela, de que é exemplo o trabalho do Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas-CBDF, sob direção do prof. Roberto Santos** 10

Mercosul: Os prefeitos das principais cidades da região se reúnem em Montevideu para traçar a estratégia de trabalho dos governos municipais no rumo da integração 30



◀ **Exclusivo: O presidente da Costa Rica, Rafael Calderón, analisa os primeiros meses da sua gestão e a "Iniciativa das Américas" proposta por George Bush** 28

SUMÁRIO

2 PANORAMA

30 Mercosul: A voz dos municípios

35 Panamá: Um navio à deriva

8 CARTAS

INFORMÁTICA

10 O Brasil cria seus supercomputadores

ORIENTE MÉDIO

38 A paz distante

40 Israel: Um imigrante não bem-vindo

41 Kuwait: Promessas ao vento

POLÍTICA

20 Aprendizado democrático

ÁSIA

43 Filipinas: As bases no banco dos réus

MEIO AMBIENTE

22 A luta dos seringueiros continua

NORTE-SUL

44 Não-Alinhados: Crise de identidade

EDUCAÇÃO

24 Paulo Freire e a educação popular

MATÉRIA DE CAPA

46 Drogas: O negócio dos dólares limpos

48 BCCI: a ponta do iceberg

52 Estados Unidos: A guerra às drogas

CULTURA

26 Clima caribenho em São Luís

AMÉRICA LATINA

28 Costa Rica: Um balanço positivo

54 PANORAMA TRICONTINENTAL

Privatizar é solução?

O leão está nas telas de televisão, excessivo dentro de salas bem arrumadas e apático diante das caras enjoadas de secretárias e do semblante meio panaca do apresentador, que faz o gênero *yuppie*. A mensagem é clara: sem o leão, como seria arrumadinha a casa, talvez até se falasse inglês. Sem dúvida, um leão incomoda muita gente. É a campanha pela privatização e pela alienação do Estado nas tarefas do desenvolvimento econômico, como se tal fosse possível, mesmo no Primeiro Mundo.

Para quem só está recebendo informações através da campanha do governo federal contra o Estado brasileiro, será útil conferir os argumentos, com a leitura do livro "Privatizar é solução?", de Marcos Arruda, José Drumond Saraiva, Arthur Araújo e Gustavo Dutra, ligados à entidade de pesquisas Políticas Alternativas para o Cone Sul-Pacs.

Os autores questionam as colocações do Programa Nacional de Desestatização e negam que seja este o caminho verdadeiro para a inserção do Brasil no rol das nações do Primeiro Mundo. Para mostrar que não é bem assim, apresentam estudos de casos específicos de três estatais: a Mafersa Materiais Ferroviários S.A.; Acesita, siderúrgica, e a Cobra Computadores. As duas primeiras já estão incluídas no programa de privatizações, enquanto a última provavelmente também o será.

De acordo com o estudo, as três

são empresas, cujo histórico comprova que "deram certo". No caso da Mafersa, por exemplo, passou 20 anos sem entrar no vermelho, mas, por ter sofrido queda de desempenho em 1988, foi "condenada".

"Os defensores da privatização da Mafersa parecem decididos a considerar seu desempenho em 1988 de forma isolada, tirando-o do contexto histórico e conjuntural da empresa, do setor e do país e desligando-o da desastrosa política de transportes do próprio governo", dizem os autores.

Em nenhum dos três casos, segundo eles, se aplica o argumento da inviabilidade econômica das estatais, de que se vale o governo para justificar a privatização. "A política de privatização está sendo aplicada à revelia dos critérios apresentados para justificá-la", afirmam.

Mas, ao mesmo tempo em que criticam o processo de desestatização, os autores fazem questão de deixar claro que o livro não é uma defesa do monopólio estatal. Se, por um lado, criticam abertamente a privatização que passa as estatais para o controle de poucos, por outro lado defendem o controle efetivo, não apenas das ações, mas também das decisões estratégicas, dos lucros e da gestão da empresa para os trabalhadores, já que as estatais pertencem à sociedade brasileira. "É hora de desprivatizar o Estado e não privatizar as empresas estatais", propõem.

(Ivani Flora)



150 milhões

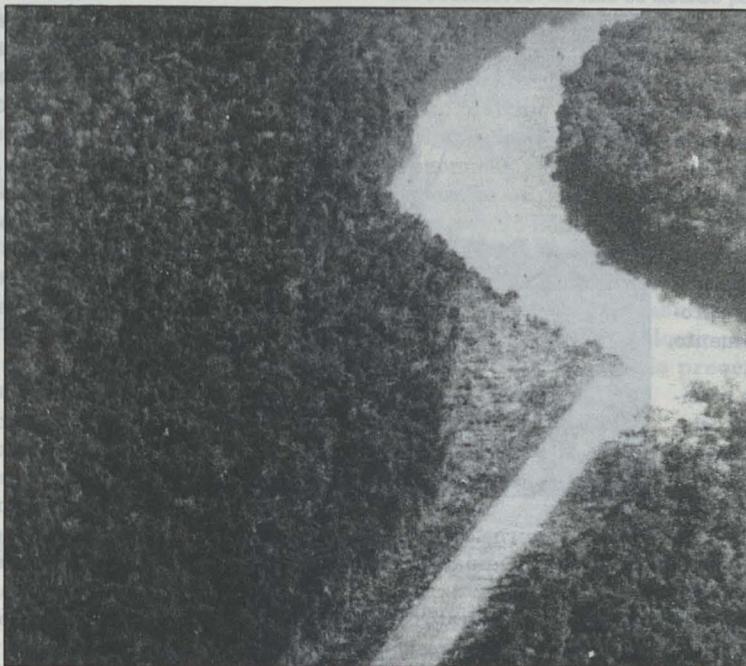
O recenseamento brasileiro está em andamento, com o trabalho de 165 mil pesquisadores contratados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE. Apesar de problemas, como reclamações salariais, o trabalho deverá estar concluído agora em outubro. Logo o país poderá saber se já alcançou mesmo os 150 milhões de pessoas ou se até ultrapassou esse número. O levantamento é o décimo da história brasileira e deverá refletir, com fidelidade, o Brasil que a década recessiva dos anos oitenta legou aos anos noventa.

Um detalhe no item habitação já incorpora a nova realidade, pois prevê a existência de moradias "improvisadas", termo técnico com que se abrangerá o desamparado social que não tem casa e vive, na verdade, em locais como buracos, caixas de papelão e outros tipos de abrigos inusitados. São situações que eram desconsideradas antes, mas que se tornaram tão comuns que a ausência de seu registro significaria hoje uma lacuna estatística, tal o número de pessoas em tal estado, principalmente nos grandes centros.

Outro item que está chamando a atenção refere-se à cor das pessoas. Desta vez, o Censo pretende dar menor espaço à criatividade da população, impedindo que elas extrapolem ao classificarem a cor da própria pele. Desta vez, o entrevistado terá de se enquadrar em apenas cinco opções, o que impedirá a volta da aquarela com que a população se pintou anteriormente, quando apontou mais de 130 tipos de cor de pele.

Para os grupos do movimento negro, trata-se de oportunidade histórica para que a população de origem africana assumira sua identidade, sem fugir pelos atalhos do "moreninho" ou "escurinho claro". Na Baixada Fluminense, por exemplo, o Movimento Consciência Negra, o Movimento dos Agentes de Pastoral Negros e o Grupo de Padres, Seminaristas e Religiosos Negros estão desenvolvendo campanha, para que a população de cor assumira sua identidade étnica. Segundo esses movimentos, a conscientização representará passo importante para mudanças sociais, que eliminem a discriminação racial disfarçada sobrevivente no país.

Debate amazônico



As últimas semanas permitiram ao país ouvir declarações militares com feições de desabafo. O tema foi a Amazônia. De forma enfática, alguns chefes militares revidaram opiniões de certas alas de ecologistas e de grupos políticos internacionais, que defendem planos heterodoxos para aquela que é a maior porção do território brasileiro e um depósito estratégico de riquezas naturais. O velho temor nacional contra projetos estrangeiros de internacionalização da Amazônia desconfia de certos argumentos de ecologistas,

antropólogos e representantes de missões religiosas. Congelar a ocupação daquele espaço ou criar nações indígenas soberanas, como apregoam alguns setores, ou mesmo atribuir às Nações Unidas parcelas de responsabilidades na gestão regional são idéias que colidem, frontalmente, com a soberania brasileira. Com vigor inesperado, os militares saíram em defesa desta.

O general Thaumaturgo Sotero Vaz, chefe do estado-

maior do Comando Militar da Amazônia, fez contundentes declarações contra os longos olhares do Primeiro Mundo sobre as riquezas amazônicas, agora utilizando pretextos ambientais. Como homem de planejamento, o general deixou claro, em sua entrevista à "Folha de São Paulo", que as forças armadas temem e se preparam para a eventualidade de uma invasão armada estrangeira à região. Haveria um conflito em que os

soldados brasileiros passariam a atuar como guerrilheiros, no combate aos invasores, disse o general.

Na mesma entrevista, Sotero Vaz comparou a possibilidade intervencionista como "a que foi realizada no Panamá, em Granada e como foi realizada no Golfo Pérsico", todas ações executadas pelos Estados Unidos, as duas primeiras sob a justificativa de defesa de seus interesses nacionais e a última, contra o Iraque, sob a cobertura da

ONU e à frente de uma coalizão simbólica de cerca de 30 países. "Nós não vamos permitir, por exemplo, que a ONU apadrine projetos de excedentes populacionais da Ásia dentro da Amazônia. Não vamos permitir, absolutamente, como forças armadas, que sejam aprovadas moções da ONU de soberania restrita, criação de nações indígenas sob a égide da ONU", afirmou o general Sotero Vaz.

A Conferência Mundial de Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Rio-92, é uma ocasião de pressão internacional sobre o Brasil, segundo pensa o militar, inquieto

com a parte ecológica da agenda da última reunião do Grupo dos Sete, os países mais industrializados do mundo (Estados Unidos, Japão, Alemanha, França, Inglaterra, Itália e Canadá). Ele teme, igualmente, o posicionamento de certas alas ecológicas, que deixam em segundo plano a soberania nacional e defendem projetos, nos quais se verifica uma situação de "cumplicidade", no dizer do general, com os interesses externos.

Mais gente, mais cuidado

Na Comissão Parlamentar de Inquérito sobre a internacionalização da Amazônia, o ministro da Aeronáutica, brigadeiro Sócrates Monteiro, considerou de risco a situação da região, ante a campanha ambiental e os permanentes interesses das potências ocidentais sobre seus

recursos naturais. Para o ministro, o Brasil precisa desenvolver melhor a Amazônia, marcar mais sua presença humana, de modo a desestimular qualquer aventura procedente do exterior.

O ministro da Aeronáutica defendeu a pronta instalação do Sistema de Vigilância da Amazônia-Sivam, projeto que sofre com a falta de recursos para sua implantação. Serão sistemas leves de radar, capazes, porém, de estabelecer o controle aéreo da região, por onde hoje circulam, com liberdade absoluta, centenas de aviões clandestinos,

transportando drogas, ouro e dezenas de outros produtos contrabandeados. Além de justificar e defender a rápida implementação do projeto Calha Norte, que prevê um cinturão defensivo na fronteira, o brigadeiro apontou as dificuldades atuais para se fazer a vigilância daquela parte do país. Há falta de recursos, basicamente.

As preocupações com a defesa da Região Norte crescem, portanto, em decorrência de sua importância ambiental e econômica, cada vez mais destacada pela proximidade da Rio-92, em junho próximo.

Mais terras em produção

150 milhões

Convençado de que não virá mesmo a supersafra que era esperada, o governo parece ter descoberto que uma das causas da retração agrícola é a enormidade de terras paradas em latifúndios. À sempre reclamada modernização agrária, através de uma reforma da propriedade no campo, o governo optou por uma forma intermediária, para aumentar a produção: estimular o arrendamento de terras.

O Projeto Parceria visa a mobilizar 25 milhões de hectares ociosos em regiões próximas a grandes centros consumidores.

Com a intermediação do Banco do Brasil e da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural-Emater, os proprietários colocariam suas terras paradas e arrendáveis à disposição de lavradores sem terras ou já integrados nas atividades de arrendatários,



parceiros ou meeiros, mas prejudicados pela exiguidade das áreas que exploram.

Os contratos, de três a sete anos, garantiriam o crescimento da produção de alimentos, beneficiando de maneira es-

pecial os grandes centros brasileiros, para cujo abastecimento o governo se verá obrigado a importar grãos nos próximos meses, ante a significativa queda da produção agrícola, que deverá ser inferior em cerca de dez milhões de toneladas de grãos, em relação à safra do ano passado.

O projeto pode tornar-se um remendo eficiente na ineficiente estrutura agrária brasileira, caso os sempre cautelosos proprietários rurais decidam aderir em massa ao programa. Se não aderirem, nada se fará, o que demonstra as possibilidades muito relativas do plano do ministro Cabrera. Quanto à reforma agrária, capaz de dar racionalidade ao campo brasileiro e lançar em produção muito mais hectares do que o pretendido pelo Projeto Parceria, continua sendo um tema explosivo nas áreas oficiais.

América Latina em debate

A integração do continente e as saídas para a crise foram os temas centrais do III Encontro Latino-Americano e do Caribe pela Solidariedade, Soberania e Autodeterminação, realizado em São Paulo. Além da reafirmação da solidariedade, discutiu-se uma integração continental que não fique apenas nos aspectos econômicos, mas avance no sentido político, social, cultural. A problemática dos direitos humanos foi lembrada pelo vereador paulistano Júlio César Caligiuri (PDT), que lembrou as seguras violações desses direitos na América Latina. Apontou, a propósito, o episódio das valas clandestinas do cemitério de Perus, onde foram encontradas mais de 1.500 ossadas de vítimas do regime militar.

A questão da dependência foi tema de João Amazonas, do PC do B, que igualou a dependência colonial a Portugal e Espanha à atual, frente ao poder político norte-americano. Já o presidente do PT, Luís Inácio Lula da Silva, se disse descrente em ver a integração latino-americana realizada pelos atuais governantes. "A integração vai depender muito da capacidade do movimento sindical, dos partidos de esquerda e dos movimentos estudantis", disse. "Se sofremos a intervenção norte-americana é porque não temos a independência que deseja-

mos. Nenhum país, com a dívida externa do tamanho da nossa, pode ser considerado totalmente independente do ponto de vista econômico e político", disse Lula.

Nos debates, houve preocupação especial com Cuba, lembrada por muitos, frente à pressão norte-americana, que coloca em risco sua soberania. Para Roberto Regalado, membro do PC cubano, a solidariedade é fundamental. "A ausência de solidariedade ficou nítida no caso do Panamá, cuja invasão pelos Estados Unidos não provocou qualquer movimento por parte dos povos da América Latina".

Outras questões foram apontadas pela representante das Mães da Praça de Maio, Hebe de Bonafini, da Argentina. Para ela, a importância desse encontro foi permitir a troca de informações entre as nações do continente e o fortalecimento das correntes progressistas. A prefeita de São Paulo, Luiza Erundina, disse, por sua vez, que o principal apoio que se pode dar a Cuba, neste momento, é reconhecer a legitimidade de sua revolução e a importância da autodeterminação do povo cubano. "É um exemplo, um modelo, que não pode ser simplesmente transplantado de um país para outro. Mas, que nos demonstra quanto o povo é capaz de lutar por sua liberdade".

Terezinha Zerbini, da Coordenação de Mulheres do PDT, disse que o grande mérito do encontro foi permitir a união de várias forças populares e partidárias da América Latina. O próximo encontro ficou marcado para julho de 1992, em Havana.

O apelo dos industriais

A intensificação inflacionária repôs em discussão a questão da recuperação econômica, que fica ainda mais ameaçada ante o perigo de se caminhar para a chamada estagflação: a recessão com altos índices inflacionários. As medidas iniciais da equipe do ministro Marcílio Marques Moreira contra a retomada da inflação, setores empresariais lançaram a campanha da retomada produtiva. À frente a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo-Fiesp, que propôs um "choque de produção" em lugar de qualquer novo "pacote" ainda mais recessivo. A alta dos juros, determinada pela equipe econômica, caminha na direção contrária à do choque produtivo, ao tornar mais caros os investimentos.

O apelo dos industriais pelo reaquecimento econômico é

traduzido pelo governo como um consciente posicionamento pelo risco inflacionário, o qual viria a desconsertar de vez a economia, que não se refez com os seguidos choques e pacotes recessivos. Se não se decide pela retomada da produção – que aliviaria as altas taxas de desemprego, entre outros aspectos – o governo também não consegue dar remédio à aceleração da inflação. E faz um jogo duplo: enquanto o ministro Marcílio transmite palavras de "calma, pessoal", indicando que o controle permanece firme com as autoridades econômicas, seu secretário de Economia, Roberto Macedo, esmera-se em pintar quadros dramáticos sobre o futuro próximo, se não houver modificações legais e constitucionais que alterem o atual perfil de governabilidade.

Enquanto se negociam pactos e emendões, é previsível que permaneçam os desencontros de linguagem e fique cada vez mais longe qualquer possibilidade de retomada da economia, apesar da preocupação dos industriais paulistas.

Política salarial

O salário mínimo de 42 mil continua bem longe do valor necessário para atender ao mínimo das necessidades do trabalhador. Foi um pequeno avanço, que está fadado, porém, a desaparecer ante a evolução implacável dos índices inflacionários e da ausência de uma política salarial de longo prazo, segundo aponta estudo do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos-Dieese.

O estudo considera que será necessário contar uma situação econômica bem diferente da atual, para que os salários gozem de estabilidade e a classe trabalhadora possa melhorar sua vida.

"Antes de mais nada – diz o trabalho do Dieese – é necessário lembrar que existem métodos mais ou menos eficazes para a preservação do poder de compra dos salários, mas que a indexação, por si só, não é capaz de assegurá-lo. O contexto econômico-institucional influencia na eficácia da regra de indexação e, portanto, na construção de um "ambiente" favorável ao crescimento dos salários reais e melhoria da distribuição de renda, assim como a instabilidade econômica tende a solapar as bases das melhores regras de indexação. Desta forma, apesar de aparentemente óbvios, é necessário que alguns pontos sejam lembrados", propõe o estudo.

"É preciso derrubar os patamares inflacionários, sem o que terá continui-



dade a corrosão dos salários reais. Para isso, é necessário que, ao invés de políticas de choques e pacotes econômicos, sejam definidas regras duradouras, que passem pelo saneamento econômico e financeiro do Estado, pelo equacionamento da dívida externa e pela recuperação de sua capacidade de financiamento e investimento. É hora, também, de o empresariado dar sua cota de contribuição, aceitando uma diminuição de suas margens de lucro, que durante os anos 80 apresentaram elevado crescimento, conforme atestam os dados da pesquisa da Fundação do Desenvolvimento Administrativo de São Paulo-Fundap, ao apontarem que as margens de lucro mais que dobraram nesse período, com setores operando margens de até 102%".

"É preciso retomar o crescimento econômico, pois um país com essa enorme dívida social não pode continuar estagnado por mais uma década. O crescimento econômico contribui para o aumento do poder de negociação sindical e do poder aquisitivo dos trabalhadores", aponta o Dieese.

"É necessário que as outras políticas macroeconômicas (políticas sociais, agrícola, de abastecimento, monetária, fiscal e cambial) estejam ajustadas para esses objetivos. Se essas políticas forem por demais restritivas, como têm sido até hoje, dificilmente manter-se-ão os salários reais no curto ou médio prazo. É preciso – continua o estudo – manter e ampliar a democracia política no país, para possibilitar a organização social e promover a distribuição de renda, pressionando favoravelmente a manutenção e aumento dos salários reais".

Como última condição para a instituição de uma política salarial eficaz, o Dieese aponta a necessidade de reformular a legislação trabalhista, "garantindo o direito de organização no local de trabalho, inibindo as demissões imotivadas, acabando com as restrições ao exercício do direito de greve e estabelecendo o direito a informações sobre as empresas, de tal sorte que o processo de negociação coletiva – devidamente regulamentado – seja o mais equilibrado possível".

Crise da LBA

38 anos

O que surgiu para a opinião pública como uma crise conjugal no Planalto, tornou-se logo um dos estopins que alimentaram o braseiro em que arde o governo, sob a acusação generalizada de má gestão dos recursos públicos em diversos órgãos. Um destes, exatamente o dirigido pela primeira-dama Rosane Malta Collor. A Legião Brasileira de Assistência-LBA destina-se ao trabalho assistencialista junto às populações carentes e, por conta disso, segundo opinião de especialistas, tende a sofrer administrações pouco convencionais.

A saída de Rosane Malta Collor da presidência da LBA deu-se em meio a intensas pressões do presidente da República – oportunas, aliás, pois afastaram da opinião pública qualquer idéia de que Collor apoiasse o que se passava na instituição. Ao sucessor, Paulo Sotero, cabe repor a instituição nos trilhos e apurar – como ele mesmo acentuou – as variadas denúncias que ainda pipocam sobre o ano e meio de administração de Rosane. Uma das mais graves apontam para a terra natal da primeira-dama, Canapi, em Alagoas: lá, a mãe de Rosane teria fundado uma instituição assistencial, para receber 110 milhões de cruzeiros. Apontavam-se também irregularidades nas superintendências do órgão em São Paulo, Amazonas, Paraná, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, além de Alagoas.

As variadas denúncias levaram setores políticos a propor que simplesmente se feche a LBA, cujo desaparecimento sequer seria sentido, uma vez que governos estaduais e prefeituras assumiriam suas atividades, pois já se dedicam, normalmente, ao atendimento assistencial. Com o devido repasse de verbas, certamente estados e municípios ofereceriam um atendimento muito mais eficiente aos carentes.

A linha a ser seguida pelo governo federal, contudo, será o de manter e aperfeiçoar o funcionamento da entidade. Esta é a missão de Paulo Sotero, ex-secretário-executivo do Ministério da Justiça e que chega à LBA com fama de administrador rigoroso. Comprovados os males do uso político da máquina assistencial, Sotero prometeu gerir o órgão de forma profissional.



Quando a Petrobrás completa 38 anos – neste início de outubro – vale recordar a contribuição fundamental que a empresa deu e dá ao desenvolvimento nacional com sua produção efetiva, crescente, e com seu modelo de administração, que permitiu ao país

contar com uma das maiores firmas petrolíferas do mundo, inclusive sob o aspecto tecnológico. A Petrobrás tem sido uma pedra no sapato dos partidários da privatização pela privatização, pois a importância estratégica da empresa é irrefutável, como é inegável que só pela ação estatal se poderia ter viabilizado esse instrumento de desenvolvimento.

A propósito, vale recorrer a lembranças e apontamentos do ex-deputado Euzébio Rocha, autor do projeto de criação da empresa, em 1953: “Quando a empresa iniciou suas atividades em 1954, era caótica a situação, com apenas 30 geólogos e 100 engenheiros. Hoje, a empresa tem 700 geólogos e 6.000 engenheiros trabalhando na indústria petrolífera. Naquele ano, produzíamos apenas 2.700 barris/dia, menos de 2% do consumo. Hoje, a Petrobrás produz mais de 60% do consumo. Nossas reservas provadas montam a 7,7 bilhões de barris de petróleo, superiores às do Canadá e equivalentes às da Shell e da Esso, as duas maiores empresas petrolíferas do mundo. Um patrimônio de 160 bilhões de dólares. A Petrobrás domina a mais alta tecnologia das atividades petrolíferas. É uma empresa que deu certo”.

Euzébio Rocha acentua o fator político que envolve a Petrobrás desde o seu nascimento, uma vez que é fruto de um sonho desenvolvimentista de um país em busca de sua afirmação e sequioso por alcançar a ex-

pansão da economia: “O movimento de “O Petróleo é Nosso” infligiu a maior derrota aos trustes internacionais do petróleo e foi decisivo para a criação da Petrobrás, graças à participação do povo”

“O grupo de empresas estatais, lideradas pela Petrobrás, Eletrobrás, Companhia Siderúrgica Nacional, Vale do Rio Doce e outras representam os maiores investimentos e a mais alta tecnologia, no conjunto nacional. Não é possível ignorar a contribuição que deram (e dão) para que o país atingisse o PIB de 400 bilhões de dólares e a sétima economia do Ocidente. Posição privilegiada como maior economia latino-americana. O Produto Interno Bruto de 1990, em dólares, dos demais países é o seguinte: México, 333,9 bilhões de dólares; Argentina, 64,9 bilhões; Venezuela, 43 bilhões de dólares”, exemplifica o ex-deputado.

Segundo ele, “os economistas que orientaram a política econômica do país afirmavam que era preciso criar o bolo (a riqueza) para depois distribuir. São decorridos 27 anos e a distribuição não se deu. Ao contrário, prevaleceu a maior concentração de renda do mundo. Os 10% mais ricos absorvem 53,3% da renda nacional. A concentração de renda é hoje o maior problema econômico do país. Enquanto não houver justa distribuição da riqueza, está comprometido o nosso desenvolvimento e não se deterá a inflação”.



Guinada à esquerda

O quarto congresso nacional da Central Única dos Trabalhadores-CUT trouxe de volta a radicalidade que o movimento sindical parecia ter perdido com as decisões, por parte da direção central, de desmarcar uma greve geral, em 1990, e discutir o pacto social com o governo Collor. Apesar de ter sido reeleito pela quarta vez consecutiva presidente da entidade, o metalúrgico Jair Meneguelli viu a hegemonia de sua corrente, a Articulação Sindical, ser ameaçada e quase derrotada por grupos mais à esquerda da CUT.

A diferença de apenas 65 votos, em um total de 1.554 delegados, na escolha da direção que vai à frente da CUT até 1994, reflete bem esta situação. De um lado, estavam a Articulação, a Nova Esquerda (tendências do PT), a corrente sindicalista do PDT e a Unidade Sindical (PCB), que obtiveram 786 (52,16%) e 13 cargos na diretoria. Na oposição, uniram-se a CUT pela Base, Convergência Socialista, Força Socialista (também grupos petistas), Partido da Libertação Proletária, PC do B e grupos menores na chapa encabeçada por Durval de Carvalho, da CUT pela Base, diretor do Sindicato dos Metalúrgicos de Campinas, que conseguiu 721 votos (47,84%) e 12 cargos da direção.

O resultado, muito apertado para a Articulação, que no congresso anterior obtivera mais de 60% dos votos, significa uma reação à política hegemônica da tendência. O evento, no início de setem-

bro, fez tradicionais adversários esquecerem discordâncias políticas históricas. Defendendo propostas semelhantes, estavam os trotskistas da CS e os estalinistas do PC do B.

Os ânimos estavam acirrados desde a eleição no Sindicato dos Bancários do Rio de Janeiro, quando a Articulação Sindical, tendência com a qual se identifica a chapa vencedora "CUT para todos", acusou a gestão anterior, liderada pela Convergência, de desvio de verbas



da entidade. A CS, apesar de ser apenas a terceira ou quarta força de oposição à Articulação, em âmbito nacional, é a mais ruidosa. Perdendo a calma, substituiu a discussão política por cadeiradas, devidamente respondidas pela Articulação.

Formalmente, o congresso avalizou a ida da CUT ao pacto social. Entretanto, a margem estreita que aprovou esta atitude, diferença de apenas 32 votos, fez a central dar uma guinada à esquerda. Não foi à toa que Meneguelli, presidente da entidade desde sua fundação, em 1983, apressou-se em divulgar que a CUT não vai mais negociar com o governo. "Sou contra sentar para conversar com o governo, agora. Ele deu demonstração inequívoca de falta de vontade

política para discutir com a sociedade, ao vetar decisão da Câmara e do Senado sobre o salário-mínimo e política salarial", avisou Meneguelli.

"É uma encenação chamar para debates depois de rejeitar o resultado dos votos dos representantes da população", afirmou o metalúrgico. Implicitamente, mandava recado ao ministro da Justiça, Jarbas Passarinho, que já o procurara duas vezes.

O congresso decidiu adiar a decisão de filiar ou não a CUT à Confederação Internacional das Organizações Sindicais Livres-CIOSL, social-democrata, que já tem em seus quadros a Confederação Geral dos Trabalhadores-CGT brasileira. Também disputam a adesão da CUT a Confederação Mundial dos Trabalhadores, democrata-cristã, e a Federação Sindical Mundial, de orientação comunista. "Sou contra a filiação a qualquer das três", avisa o metalúrgico Washington Costa, presidente da CUT-Rio e membro da Força

Socialista, um ex-satélite da Articulação. "Entrar na CIOSL não significa acabar com nossa autonomia", rebate Meneguelli.

"Houve fraude no congresso. A CUT não pode mais ser aparelhada pela Articulação", afirmou Durval de Carvalho, explicando uma divisão já esperada antes mesmo do congresso. "Não houve racha. Mas, na CUT, há grupos que são inimigos mortais e que, se forem para uma sala fechada, alguém sai morto", disse Meneguelli, referindo-se ao bloco de oposição, apelidado de "Antártica", por acolher notórios adversários, que só têm em comum a afinidade política contrária à Articulação.

(Carlos Tautz)

Produção sem saída

A falta de consolidação de um largo trecho da Rodovia Transamazônica está provocando calamidade nas comunidades que se fixaram na região entre Altamira e Itaituba. Os produtores reclamam da impossibilidade de escoar um milhão de litros de álcool, toneladas de açúcar, e as safras de pimenta do reino, cacau e cana.

Pontes de madeira apodrecidas, trechos praticamente retomados pela floresta, lama e buracos — essa parte da Transamazônica sofre em consequência da ausência de investimentos em conservação, que tem sido a

marca da administração rodoviária há vários anos.

Alvo dos adversários dos grandes projetos de ocupação da Amazônia, a rodovia deixou de ser prioridade ainda na década de setenta. Manteve-se em boas condições somente nos trechos onde o movimento justificava o interesse pela manutenção. Os trechos de baixo índice de tráfego sofreram deterioração incontrolável, sob as chuvas características da região e a pujança da floresta. Agora, a estrada ganhou um Movimento pela Salvação da Transamazônica, que pretende sensibilizar o governo a recuperar os trechos mais prejudicados, de modo a impedir que os colonos estabelecidos na região regridam a uma agricultura de auto-subsistência, quando já se atingiu produção expressiva de alguns produtos.



População

Argumenta-se que o aumento da população começa a insinuar uma crise mundial de alimentos. A crise alimentar, porém, nós a vivemos desde sempre, no Terceiro Mundo: acelerou-se com a Revolução Industrial e tornou-se aguda após a Segunda Guerra Mundial. O modelo de desenvolvimento imposto a nossos países orienta aqueles que são deficitários em alimentos a incrementar suas exportações, para que a população possa ser alimentada. Os fatos demonstram o contrário, porém. Um exemplo: na seca de 1971, os países do Sahel exportaram 11 mil toneladas de vegetais para a Europa, enquanto a maior parte de suas populações passava fome. Por quê? Porque, para satisfazer o mercado externo, aqueles países substituíram suas culturas tradicionais, das quais se alimentava o povo, por aquelas requeridas pela Europa. Esta é a política praticada em todo o Terceiro Mundo.

As estatísticas publicadas no Anuário da FAO de 1985 demonstram que os alimentos disponíveis são suficientes para toda a população mundial e também, parcialmente, para cada continente em separado. O

drama reside, porém, na injusta distribuição dos bens produzidos. Do 1,5 bilhão de hectares aptos para agricultura no mundo, apenas 44% servem para produzir alimentos, a maior parte dos quais vai para os países desenvolvidos. Na América Latina e África, utilizam-se somente 20%.

Em 1983, o diretor da Unesco, Amadou-Mahtar M'Bow, afirmava: "As reservas mundiais de alimento são suficientes para proporcionar a cada ser humano 3.000 calorias e 65 gramas de proteínas diárias, o que é mais do que o necessário para se levar uma vida normal. Isto não ocorre, no entanto, simplesmente porque 43% das reservas de cereais viram comida de gado, essencialmente nos países ricos, e satisfazem o superconsumo de proteínas animais. Há muitos países famintos que exportam grande volume de seus alimentos para nutrir homens e gado daqueles países da opulência, onde um dos mais graves problemas de saúde pública provém exatamente da superalimentação".

Afirma-se que, nos anos 80, a produção de alimentos perdeu terreno para o aumento da população. A propósito, o Guia do Terceiro Mundo-1988 é esclarecedor,

rebatendo tal argumento no artigo "Os mitos sobre a fome". Os países subdesenvolvidos expandem sua população em maior proporção que os países ricos, mas, do mesmo modo, aumentam sua produção agrícola a taxas superiores às da natalidade. É oportuno citar F. Moore e J. Collins, que escreveram na revista Ceres, da FAO (julho-agosto / 1977): "Para alcançar o equilíbrio entre população e recursos do planeta, é preciso atacar a raiz do problema: a insegurança e a pobreza da maioria resultam da monopolização, por uns poucos, dos recursos produtivos que pertencem a todos".

No seminário internacional realizado em Florença, em 1988, coube à norte-americana Catherine Caufield, especialista ambiental, rebater outro tipo de afirmação, que atribui ao aumento populacional a responsabilidade maior pela devastação florestal. Ela explicou que "a causa verdadeira é a desigual distribuição da terra". Lembrou a ecologista norte-americana que "na maior parte dos países do Terceiro Mundo, menos de 10% da população rural exploram mais da metade da terra agrícola-tável. No Brasil, 4,5% dos fazendeiros possuem 81% das terras agrícolas, enquanto 70% dos lavradores não dispõem de terras".

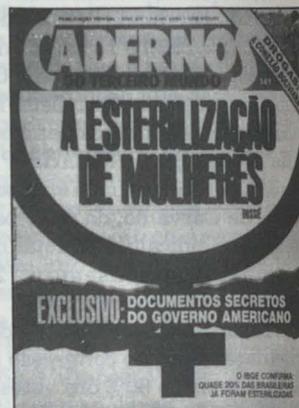
O problema, portanto, não está na superpopulação, nem na escassez de alimentos, mas na acumulação de grandes quantidades de recursos e produtos em poucas mãos, às custas de maiorias cada vez mais desnutridas. O desafio consiste em que a população possa começar a exercer o controle sobre os recursos, para chegar a uma distribuição mais justa e equitativa.

Pedro de Salterain
Montevideu - Uruguai

Esterilizar

Com relação ao artigo "Esterilização, uma arma política", de autoria da jornalista Patrícia Terra, tenho algumas considerações a fazer. O propósito das grandes potências não é propiciar planejamento familiar, mas sim decretar o controle da natalidade, a fim de que a redução populacional evite que nações se desenvolvam a ponto de alcançarem o status de potências mundiais.

Realmente, este controle da natalidade e o estímulo de guerras entre nações em desenvolvimento, por parte das potências - sem falarmos na omissão destas em reduzir a proliferação de doenças graves (Aids, surtos epidêmicos, etc.) - demonstram, cabalmente, que seus propósitos visam a assegurar-lhes o poder de mando. O mundo já padeceu, está padecendo e



pode padecer ainda mais, por causa do emprego diabólico dos talentos de que são dotados os governantes das grandes potências, todas dominadas pela sede de ouro, egoísmo e avareza.

A história está cheia de sangue e horror, porque estes indivíduos traem a confiança do Senhor e criminosamente utilizam seus talentos e dons, na promoção da desgraça individual e coletiva de populações inteiras.

Carvalho Filho
Penha - Rio de Janeiro

Publicação com informação e análise das realidades e aspirações dos países emergentes

EDITORA TERCEIRO MUNDO LTDA.

Diretor Geral: Neiva Moreira

Diretores: Beatriz Bissio, José Maria Rabêlo, Henrique Menezes

Rua da Glória, 122 Grupos 101/102 - 105/106 - 20241 - Rio de Janeiro - RJ - Brasil

Tel: (021)242-1957/222-1370 Redação, 232-1759 / 232-3372 Administração

Tel: (021)507-2203 Publicidade e Marketing (021)252-7440 Assinaturas

Fax: 55 21 252-8455 Telex: (021) 33054 CTMB-BR

Correio Eletrônico - Geonet: Terceiro-Mundo - Alternex: Caderno

CADERNOS DO TERCEIRO MUNDO

Diretor: Neiva Moreira

Diretor Adjunto: Pablo Piacentini

Editora: Beatriz Bissio

Subeditores: Claudia Guimarães,

Procópio Mineiro

Consultores Especiais: Darcy Ribeiro

(Brasil), Henry Pease García (Peru),

Eduardo Galeano (Uruguai) e Juan

Somavía (Chile)

REDAÇÃO: Aldo Gamboa (Brasil),

Roberto Bardini (México), Carlos Pinto

Santos (Portugal), Cristina

Canoura (Uruguai)

SUCURSAIS: Paulo Cannabrava Filho

(São Paulo), Clóvis Sena e Memélia

Moreira (Brasília), José Carlos Gondim

(Amazônia), Antônio de Pádua Gurgel

(Vitória), Angela Carrato (Belo Horizonte)

REVISÃO: Cléa Márcia Soares, Júlio

Cesar da Rocha. DEPTO. DE ARTE: Tell

Vilhena (editor), Carlos Gomes (capa e

projeto gráfico), Sílvia H. Pompeu, Sylvio

Paixão, Felipe Ortiz. FOTOS: France

Press, André Louzeiro, Hélio Santos

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO:

Maria Helena Falcão (diretora), Andrea M.

da Costa Santos, Isabel Falcão, Roberto de

Oliveira, Juliana Icooty de Paiva Dias

BANCO DE DADOS e EDITORAÇÃO

ELETRÔNICA: Macário Costa (chefia),

André Corrêa

ADMINISTRAÇÃO: Henrique Menezes.

CIRCULAÇÃO E ASSINATURAS:

Mauro Mendes

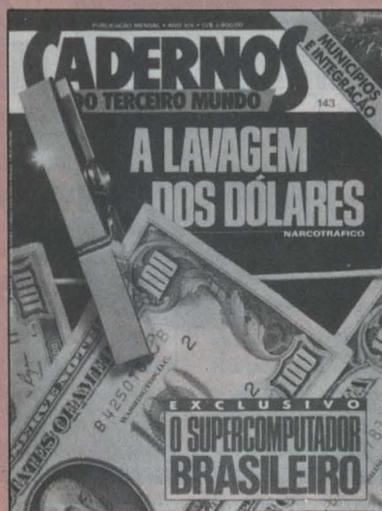
CADERNOS DO TERCEIRO MUNDO

utiliza os serviços das seguintes agências:

ANGOP (Angola), AIM (Moçambique), INA

(Irã), IPS (Inter Press Service), ALASEI

(México), SALPRESS (El Salvador),



Capa: Carlos Gomes (Criação), Fernando Torres (Foto)

SHIHATA (Tanzânia), Wafa (Palestina), e o pool de agências dos Países Não-Alinhados. Mantém também intercâmbio editorial com as revistas: *Africa News* (Estados Unidos), *Nueva Equador*, *Novembro* (Angola), *Tempo* (Moçambique), *Altercom* (Ilet-México-Chile), *Third World Network* (Malásia), *Israel and Palestine Political Report* (Paris) e *Against the Current* (EUA). Fotos: Agence France Press (AFP)

• SUCURSAL DE LISBOA:

Diretor: Artur Baptista

Tricontinental Editora Ltda.

Calçada do Combro 10/1º andar

Lisboa, 1.200 - Tel.: 32-0650

Telex: 42720 CTM-TE-P

INTERCÂMBIO

• Omar Corcho Abreus

Apartado Postal # 3

Cumanyagua

C.P. 57600

Cienfuegos - Cuba

• Gilmara Silva

Av Nereu Ramos 515

Cx Postal 25

88380 - Piçarras - SC

• Euclides José Carlos

Caixa Postal 3677

F.A.T.E

Luanda - Angola

• José Arimá R Brito

R Padre Guerra 1161

Parquelândia

60455 Fortaleza - CE

Brasil

• Carla R S Campos

Av Mato Grosso 96

78000 Cuiabá - MS

Brasil

• Novos Geógrafos DX Clube

Rua 71 1031

Pq Nossa Senhora das Dores -

Etapa V

13480 Limeira - SP

• Milena Monteiro

Rua Costa Gomes 71

Jardim Marconal

75900 Rio Verde - GO

Brasil

• Maria Bernadete de Almeida

R Padre Faustino 345

Nova Vista

31080 Belo Horizonte - MG

• Elias de Oliveira

Rua Beira Serra 295

25250 Xerem - RJ

• Wagner Lopes Pereira

Rua Baby Faro 2

Bairro General

26150 Belford Roxo - RJ

• Benedito Almir Faria

Caixa Postal 196

09701 Sao Bernardo do Campo -

SP

• Carlos Avalone Wolff

Av Brasil 1312

93700 Campo Bom - RS

• Eliane Marte Peloneto

Lageado Bonito

85580 Itapejara DÓeste - PR

Brasil

• Sôsto Ulisses Tenório

R João Dias Vergara 35-A

Jardim Olinda

05765 São Paulo - SP

Brasil

• Geraldo Sola Junior

Caixa Postal 346

07111 Guarulhos - SP

Brasil

• Jobson Ferreira Barbosa

Rua Irmãos Caetano 2

São Gonçalo do Retiro / Cabula

41100 Salvador - BA

ASSINATURAS: REPRESENTANTES NOS DIFERENTES ESTADOS

Alagoas - José Macedo: Rua Santa Terezinha, 158 - Centro - Arapiraca - AL - CEP:

57300 Ceará - Alexandre Carlos Ferreira: Av. dos Expedicionários, 5405/204 bloco 7 -

Aeroporto - Fortaleza - CE - ☎ 245-1679 Paraneá - Joel Antonio Flores: Rua Senador

Salgado Filho, 441 - União da Vitória - PR - CEP: 84600 Bahia - Alfredo José Barreto:

Estrada Monsenhor Costa, 340 - Xique-Xique - BA - CEP: 47400 Santa Catarina -

Augusto José de Almeida: Rua Rui Barbosa, 34/ Fundos - Agrônômica - Florianópolis -

CEP: 88025 - ☎ 281453 Minas Gerais - Sinval Bambirra: Rua Rio Novo, 315 - Lagoinha

- Belo Horizonte - MG - ☎ 442-4553 / 226-2564 - Cassio Avelino Soares: Rua Daniel Costa,

55 - Jardim São Luiz - Montes Claros - CEP: 39400 - MG - ☎ 221-1641 Pará - Luiz

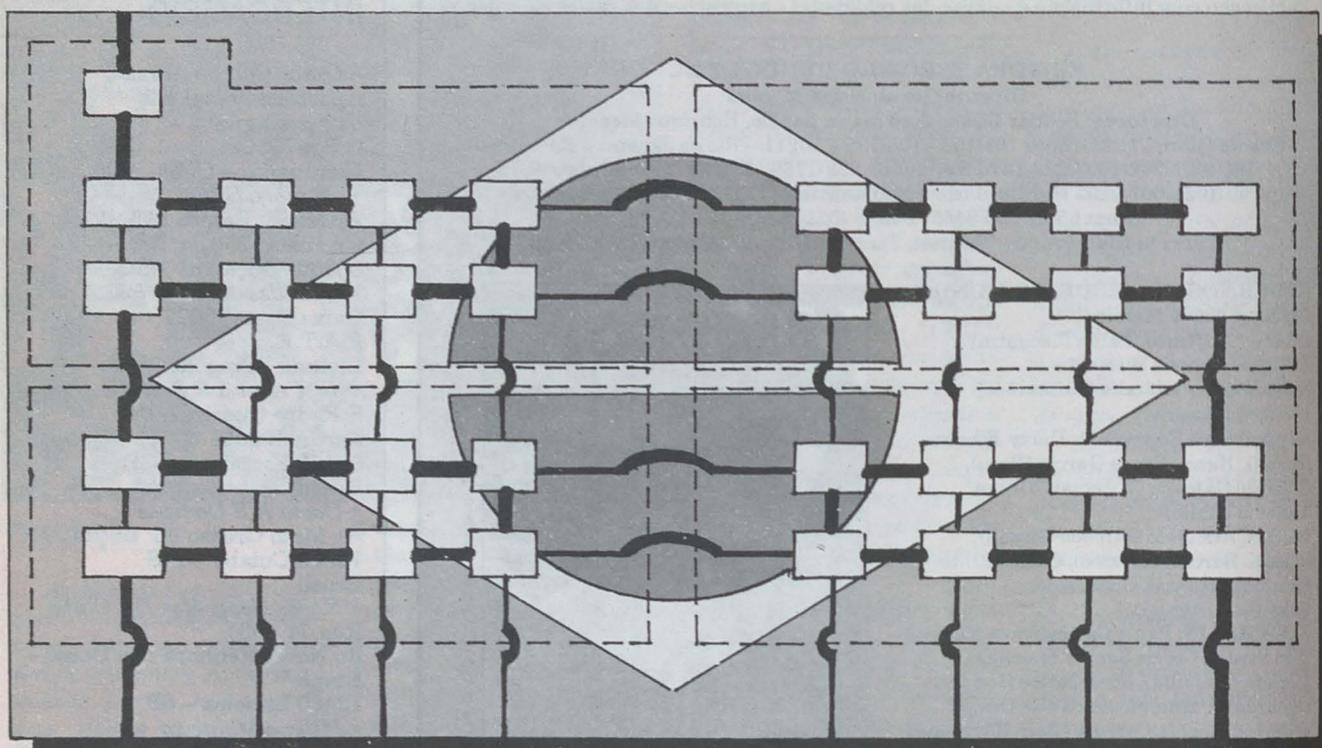
Carlos Costa Ferreira: Passagem Gaspar Dutra, 102 - Souza - Belém - PA - ☎ 226-0883

São Paulo - SARTI Representações Ltda.: Rua São Bento, 500/6º andar - São Bento -

Centro - São Paulo - SP - ☎ (011)367094 Sergipe - Assine Representações: Rua Propriá,

48/202 - Centro - Aracaju - SE - CEP: 49010 - ☎ 211-3749 Amapá - Raimundo de

Oliveira: Rua Leopoldo Machado, 4164 - Beírol - Macapá - AP - CEP 68900



O Brasil cria seus supercomputadores

Seis projetos em universidades constroem atalhos para o país alcançar as fronteiras e os benefícios da informática mais avançada

Álvaro Queiroz

“O Brasil pede urgência para uma política científica e tecnológica com o objetivo claro de se fazer ciência, não pela ciência em si, mas para a geração de riqueza. Reclama grandes investimentos em Ciência e Tecnologia, porque há muita gente querendo ganhar o caminho do aeroporto”.

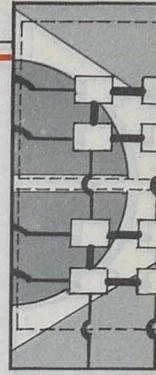
Colaboraram
nesta
matéria
Cilene Victor
(SP) e Luiz
Gonzaga
Capaverde
(RS)

A advertência é do PhD pelo Imperial College, Cláudio L. Amorim, coordenador da equipe que desenvolve o NCP-1 da Coordenação de Programas de Pós-Graduação em Engenharia-Coppe, da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Ele está preocupado com o fechamento de laboratórios, com o achatamento dos salários e com as tentações da

grande demanda de cérebros brasileiros na Europa.

Recentemente, por ocasião da visita que fizeram à Coppe, no Rio, professores universitários espanhóis, da área de tecnologia de computadores, propuseram à equipe do NCP-1 a montagem de uma fábrica de máquinas paralelas na Espanha, depois de terem testemunhado o avanço do paralelismo na UFRJ, confirmando informações fornecidas pelo consultor de uma empresa brasileira.

Um professor norte-americano, também em visita à Cidade Universitária, revelou espanto diante do NCP-1 e, mais ainda, pelo fato de não existir no Brasil empresa interessada no projeto. A demanda de cérebros



brasileiros tem sido maior na Espanha e em Portugal, porque esses dois países têm urgência em se atualizarem tecnologicamente, para não se transformarem em simples exportadores de sapatos e outros produtos de menor valor, dentro da Comunidade Européia.

Cláudio Amorim faz duras críticas à insensibilidade dos governos brasileiros, diante da necessidade imperativa do desenvolvimento científico e tecnológico do país, e cita, como exemplo dessa forma de indiferença, a ausência do então secretário nacional de Ciência e

Tecnologia, hoje ministro da Educação, José Goldemberg, nos eventos da recente reunião da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência-SBPC, no Rio de Janeiro.

As críticas se estendem à ausência de divulgação do que está acontecendo com os sistemas de computação paralela no Brasil, atribuída ao desinteresse da mídia (são raras as exceções) e à falta de cultura tecnológica. "Se os meios de comunicação não conseguem alcançar a importância do que o país tem e faz no âmbito tecno-

O atalho tecnológico

O processamento de dados basicamente sequencial e o sistema paralelo são, hoje em dia, os dois grandes caminhos que conduzem a computações de mais alto desempenho. No Brasil, em face dos obstáculos que o país ainda enfrenta no segmento de componentes (circuitos integrados, integração de tecnologia de fabricação de dispositivos básicos), o caminho alternativo das universidades, para chegar a máquinas velozes, tem sido a exploração do paralelismo.

A computação sequencial é feita por máquinas de arquitetura mais ou menos convencional, cujo saldo de qualidade depende do tipo de componente usado. É o caso dos supercomputadores norte-americanos e japoneses, dotados de componentes fabricados com tecnologias muito avançadas e de apenas uma unidade de processamento, de grande velocidade. Tais equipamentos abriram vastos campos de aplicação, em várias áreas que demandam maior rapidez de cálculo e grandes recursos de máquina, destacando-se a científica – geofísica, física, simulações e previsões meteorológicas, por exemplo.

Na rota de desempenho semelhante ao dos equipa-

mentos baseados no modelo sequencial, sobressai o sistema paralelo, que significa a aglutinação de uma coleção de processadores. No paralelismo, os dados e os programas podem localizar-se na memória compartilhada, ou global, e os processadores "enxergam" essa memória; ou na memória privativa, onde cada processador não "enxerga" a memória do outro.

Na mesma arquitetura, a quantidade de processadores pode ser ampliada de tal forma, que a máquina evolui de operações as mais simples para operações cada vez mais complexas, atingindo o desempenho das *workstations* (estações de trabalho), dos mini-supercomputadores, até chegar ao dos supercomputadores, e mesmo ultrapassá-lo.

No processamento paralelo, persegue-se desempenho equivalente ao dos supercomputadores da IBM, e o programa, rodado num IBM ou na máquina paralela, seria processado no mesmo tempo. No sistema paralelo, a tecnologia usada internamente (componentes) é mais convencional, ao contrário da arquitetura. Mas, tudo quanto o supercomputador faz, o paralelo também pode fazer. Dependendo da apli-

cação do programa específico, um pode ser mais eficiente que o outro.

O super da IBM é muito dirigido para o processamento de vetores e matrizes e, nesse particular, pode ostentar ganhos consideráveis. Já na máquina paralela, é preciso pensar melhor como programá-la, devido às diferenças de arquitetura. A concepção do programa é mais complexa do que nos supercomputadores tradicionais.

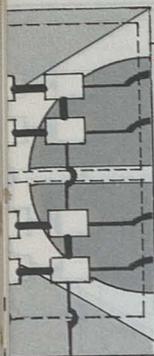
A dificuldade do Brasil, na fabricação de componentes, está em que o segmento é interdisciplinar. Os circuitos integrados requerem pessoal de física, química, metalurgia, eletrônica e informática – trabalhando em conjunto e com os mesmos objetivos. Na USP e na Unicamp, existem grupos voltados para esse trabalho, mas os resultados, até aqui, têm se revelado modestos.

Na verdade, sem uma perspectiva de mercado muito clara nesse ramo de atividades, torna-se difícil sensibilizar profissionais, porque a fabricação de componentes é marcadamente industrial e prática. Hoje em dia, é muito mais difícil recrutar alunos, para o trabalho nessa área, do que era há 10 anos, quando havia motivação

para isso. No momento, a alavancagem parece ter regredido, porque o interesse dos alunos declinou muito, segundo Júlio Salek.

Atualmente, são seis os projetos de sistemas paralelos em desenvolvimento no Brasil: o Múltiplos, do Núcleo de Computação Eletrônica, e o NCP-1, do Núcleo de Computação Paralela, da Coordenação dos Cursos de Pós-Graduação em Engenharia-Coppe, ambos da Universidade Federal do Rio de Janeiro-UFRJ; o Multiprocessador, do Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas-CBPF, ligado ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico-CNPq; o MS-8701, da Universidade de São Paulo-USP; o Centauro, da Universidade Federal de São Carlos-UFSCar, e o projeto do Centro de Pesquisas e Desenvolvimento-CPqD da Telebrás, passado agora à Universidade de Campinas.

Há, também, grupos trabalhando no desenvolvimento de programas para esses sistemas na PUC-Rio, na Universidade Federal de Minas Gerais, na UFRJ e na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, nesta com as pesquisas se concentrando no aspecto da arquitetura.



lógico, fica difícil sair atrás da informação”, frisa.

Júlio Salek do NCE/UFRJ encampa e reforça a crítica de Cláudio Amorim, lembrando o episódio da importação do supercomputador da IBM: “É preocupante, por exemplo, a correria de todo um ministério aos Estados Unidos, com o objetivo de pedir, pelo amor de Deus, que o governo norte-americano permita a compra de um supercomputador. Essa corrida ridícula revelou-se preocupante, ainda, porque os ministérios sequer tiveram a curiosidade de indagar nos núcleos de pesquisas das universidades brasileiras, o que se está fazendo em matéria de informática. Dá para perceber o tipo de mentalidade que existe por trás disso: uma mentalidade nada comprometida com o desenvolvimento nacional.

“Ora, se o problema da importação dessa máquina é tão grave, a ponto de justificar corrida ministerial tão deprimente aos Estados Unidos, o descaso dessas mesmas autoridades se revelou mais grave, ainda, por ocasião de recente feira organizada pela Finep sobre processamento de alto desempenho. O então secretário de Ciência e Tecnologia visitou muito rapidamente a feira e procurou evitar os estandes onde os projetos estavam expostos. Exatamente na mesma época em que participou da corrida de ministros aos Estados Unidos para mendigar o supercomputador da IBM”.

O professor Alberto Santoro, por sua parte, considera o veto à exportação do supercomputador da IBM para o Brasil (com base no pressuposto de que essa máquina vai nos ajudar a fabricar a bomba atômica) “uma verdadeira falácia, coisa sem o menor sentido e deveras ridícula. Afinal, a bomba atômica foi feita quando sequer se imaginava a concepção dos supercomputadores. E não fomos nós que fizemos o uso de artefatos nucleares sobre populações indefesas”.

No entender de Santoro, supercomputador é uma espécie de nome mágico, comercial, que precisa ser desmistificado. “O que os países desenvolvidos querem é reservar a bola para alguns jogadores, e quem não jogar vai se limitar a pagar, para ver o jogo. Pior é que o governo brasileiro colabora com tudo isso, negando recursos às universidades e aos centros de pesquisa. Todas as instituições científicas, por isso mesmo, estão mor-

O Projeto Múltiplos

No Núcleo de Computação Eletrônica-NCE, da UFRJ, a equipe liderada pelo pesquisador Júlio Salek Aude desenvolve o Projeto Múltiplos. De arquitetura modular, é concebido para ter, inicialmente, 2.048 unidades de processamento trabalhando em paralelo. Os processadores são da linha *Risc* – conjunto de componentes de instruções simples, que consegue ser muito rápido. As instruções mais complexas, por sua vez, são executadas através de várias instruções simples. Os processadores *Risc* ainda são encomendados no exterior, porque o Brasil não dispõe de linha para a sua fabricação. Mas, o NCE já tem projeto que incorpora tecnologia disponível nas universidades brasileiras.

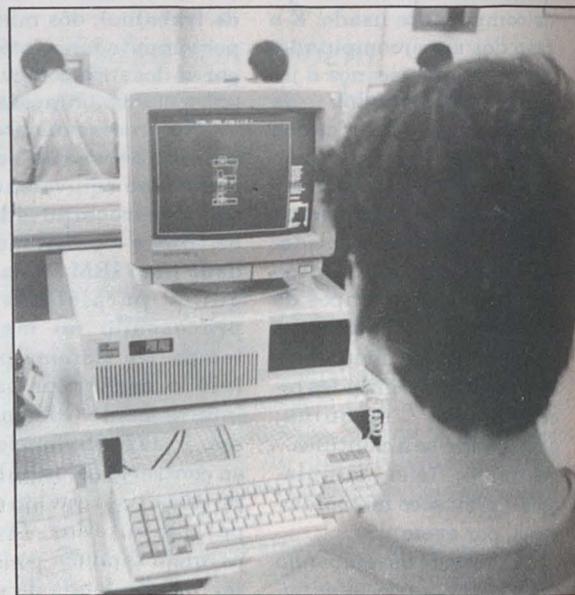
A flexibilidade do Múltiplos permite imaginar-se uma arquitetura com 16 processadores, funcionando como uma estação de trabalho de engenharia de alto desempenho. Se se aglutinam de 16 a 64 ou 128 processadores, começa-se a entrar na faixa dos mini- supercomputadores, cujo desempenho não é o mesmo dos supercomputadores. Trata-se, porém, de máquina com capacidade bem maior que a dos supercomputadores em suas versões convencionais e que

atende a uma gama de público bem mais ampla.

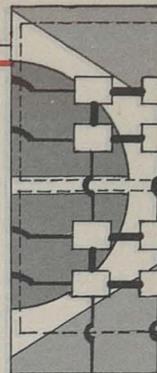
Com uma quantidade de processadores acima de 256, o Múltiplos começa a alcançar rapidez próxima à da velocidade dos supercomputadores. É, portanto, uma arquitetura capaz de atender a um amplo leque do mercado, constatação válida, também, para o projeto da Coppe e demais sistemas paralelos atualmente em desenvolvimento no Brasil.

Quanto ao sistema operacional, é uma evolução do Plurix, desenvolvido no próprio NCE, na verdade uma versão brasileira do Unix, adaptada à estrutura do Múltiplos. A adaptação envolve a exploração do paralelismo num nível de individualidade menor do que hoje permite o Plurix, e a criação de um ambiente mais propício ao processamento científico, aliás a grande meta do equipamento como um todo.

Extração de petróleo, previsões meteorológicas, cálculos estruturais, simulação de aerodinâmica, animação gráfica, processamento de imagens de televisão, por exemplo, em muitos casos só se tornam operações factíveis através de máquinas paralelas ou de supercomputadores.



Os laboratórios universitários reclamam apoio



rendo à míngua, e tudo quanto foi feito, até aqui, está sendo jogado fora, porque os doutores que aqui se formam, aqui mesmo ficam sem emprego”.

Reserva de mercado – A reserva de mercado no Brasil foi bem concebida e mal implementada, ressalta Júlio Salek. Na pior das hipóteses, abriu mercado para a inteligência brasileira. Nos anos 80, 90% a 95% das turmas que se formaram em Eletrônica pela UFRJ foram absorvidos pela indústria de informática do país. E boa parte saiu para a montagem de suas próprias empresas. Poucas pessoas perceberam o valor desse espaço aberto à inteligência do país. Outra consequência

benéfica, constatada por Salek, foi o surgimento de mais de 300 empresas nos vários segmentos, formando um mercado muito bem dividido, onde havia grande competição, o que não se vê na maioria dos segmentos da indústria, hoje abertamente cartelizados.

Desintegração – Infelizmente, acrescenta, a partir de meados dos anos 80, na verdade com a aprovação da política de informática pelo Congresso, começaram as hesitações do governo na regulamentação, agravadas pela ausência de cobrança de investimentos em Ciência e Tecnologia nas universidades, por parte das empresas que se beneficiaram com a reserva.

O Multiprocessador do CBPF

O desenvolvimento do projeto dessa máquina está a cargo de uma equipe dirigida pelo professor Alberto Santoro, coordenador-chefe do Laboratório de Cosmologia e Física Experimental de Altas Energias-Lafex, do Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas-CBPF, órgão do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico-CNPq. Na verdade, esse é um grupo de Física de Altas Energias, e é em função de suas próprias atividades que concebe projetos tecnológicos, muitos deles, à primeira vista, estranhos às finalidades do próprio Lafex.

É o caso do Multiprocessador Paralelo, aliás um projeto completa-

mente integrado de Ciência e Tecnologia, desenvolvido em conjunto com uma equipe do Fermi-Lab, o Centro de Pesquisas do Acelerador de Partículas, do Departamento de Energia dos Estados Unidos. “É impossível fazer a Física no nível em que fazemos, sem esses multiprocessadores”, observa o professor Santoro.

A máquina do CBPF é de memória distribuída, ou privativa. Isto significa que cada processador tem a sua própria memória e não “enxerga” a de outro processador. O exemplar de 64 módulos (nós) está em fase de testes nos Estados Unidos. Cada placa tem oito megabytes de memória e um chip da Mips 3000, com potência de aproximadamente 20 vax, cerca de 20 mips.

Esse multiprocessador, segundo o professor Santoro, não está apenas próximo do supercomputador, mas é até mais rápido e mais eficiente. Com 20 módulos trabalhando em conjunto, tem-se, em potência de cálculo, muito mais do que um IBM-3090. E o que se propõe, hoje, como mais avançado, é o sistema de computação distribuído e também adaptado setorialmente a necessidades específicas, dentro de uma rede.

Esse multiprocessador usa linguagem Fortran, com a qual os físicos estão habituados a lidar. O sistema operacional é o Unix, padrão T.I.T. É o primeiro no país a ter recebido, até agora, colaboração externa efetiva, com cabeça brasileira na concepção e na liderança do projeto, e

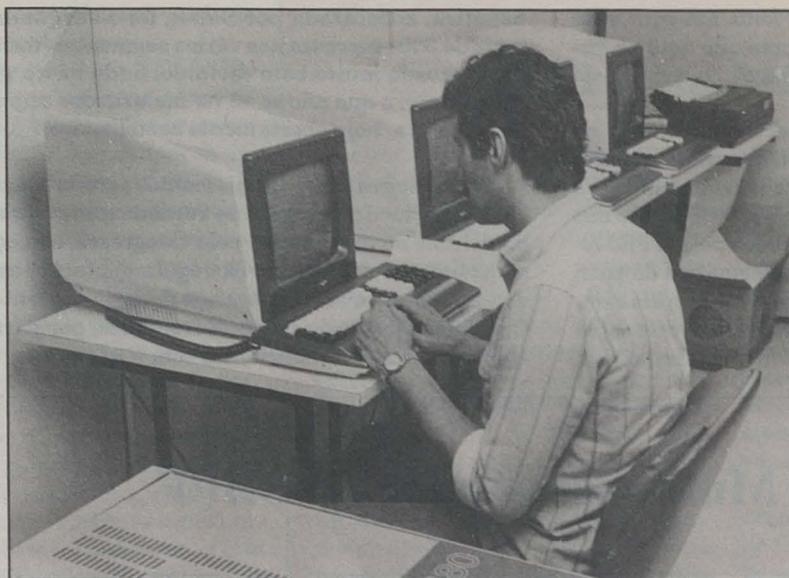
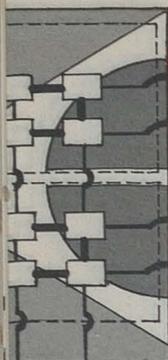
que se adapta muito bem a cálculos científicos, servindo, também, a outras finalidades no contexto de informática.

O acordo do CBPF com o Fermi-Lab não é simplesmente para a construção de um computador pelas duas instituições, mas para ambas fazerem uma Física em conjunto, daí a necessidade do equipamento que o Lafex tem no Fermi-Lab. Santoro faz questão de ressaltar que “esta é uma fantástica contribuição do Prêmio Nobel de Física Lederman e do cientista Tom Mash ao desenvolvimento da Física no Brasil”. As finalidades do acordo, esclarece Santoro, também não incorporam, formalmente, a transferência de tecnologia de sistemas paralelos, mas, na prática, a transferência acaba acontecendo com naturalidade, em trabalhos conjuntos como este. Ele destaca o exemplo do doutorado em Física, para respaldar a sua tese:

“No doutorado, não está formalizado o compromisso de que se transfira tecnologia. Mas, ao fazer doutorado, o estudante aprende certa esperteza no assunto e adquire os passos da magia, necessários a que, mais tarde, ele se nivele aos seus mestres. Eu não creio é em transferência de tecnologia através das chamadas *joint-ventures* ou de compra. Ocorre, somente, quando quem ensina e quem aprende fazem as coisas juntos. Ao fazer junto com quem sabe fazer e faz, quem não sabe aprende a fazer. E aí há transferência real de tecnologia”, ensina Santoro.



Prof. Santoro: desenvolver tecnologia



Na Coppe, desenvolve-se o NCP-1, considerado o projeto mais avançado

O NCP-1 da Coppe

Dos sistemas paralelos atualmente em desenvolvimento no país, este é o mais avançado. A proposta de sua arquitetura sintetiza as arquiteturas de dois modelos de computação paralela – o de memória compartilhada ou global (o Múltiplos do NCE) e o de memória distribuída ou privativa (do CBPF). O CNP-1 é de grande versatilidade, pois além de integrar a memória distribuída com a compartilhada, pode funcionar com base em cada um dos três modelos separadamente, aí considerado também o resultante da integração. A síntese dos modelos compartilhado e privativo faz parte de um projeto de pesquisa para os próximos cinco anos. Para o *hardware*, já se tem a solução. Agora, a Coppe sai em busca da solução para o *software*. O teor dessa proposta de integração é único no mundo, até agora.

O NCP-1 usa tecnologia de componentes dos processadores de 32 bits, concebida na Inglaterra em 1985, e a do Intel-860, lançada em 1989. O *transputer* faz o papel do processador de elemento de memória distribuída, e o Intel-860, o de processador de memória compartilhada. Essa arquitetura pode chegar a ter duas mil coleções de processadores – dois mil módulos de dois processadores cada (um processador tem capacidade equivalente à de um IBM-3090).

O protótipo do NCP-1 tem 16 módulos, o que equivale a uma capacidade de 1.2 gigaflops (um bilhão de operações aritméticas por segundo). Sua capacidade potencial é uma memória que vai até 200 megaflops. É possível tirar um desses módulos, colocá-lo num PC e, dessa forma, transformar o PC num minicomputador.

A primeira parte (memória distribuída) do NCP-1 já está pronta, desde abril do ano passado. Falta, apenas, a liberação de recursos da Financiadora de Estudos e Projetos-Finep, para o pagamento da importação de componentes, a conclusão do *lay-out*, a fabricação das placas e a montagem da máquina.

O próprio governo vetou o Fundo Nacional de Investimentos para o setor, mantendo recursos de origem semelhante para o CPqD. Tudo gerou grande descontentamento na comunidade acadêmica – pois já era previsível o resultado da política de informática – e ceticismo entre as empresas, que passaram a se aventurar menos no desenvolvimento de produtos mais arrojados. Resolveram, simplesmente, fazer o trivial e, quando possível, importar produtos acabados. O governo deixou o setor entregue à própria sorte, nada cobrou, nada exigiu, e o reflexo desse imobilismo foi que as empresas acabaram no compasso de espera da abertura do mercado. A

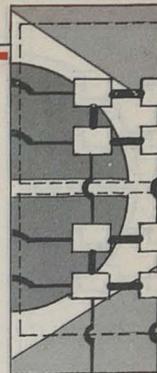
procura por produtos universitários praticamente reduziu-se a zero. Já no início de 1990, começou a desintegração das equipes de desenvolvimento das empresas.

Ora, se eram grandes os estímulos às importações, para que equipes de desenvolvimento? Salek chega a arriscar o palpite, segundo o qual “as coisas degeneraram e é bem possível que tudo tenha sido feito propositalmente, para justificar toda essa campanha desencadeada contra a informática nacional”. Diz-se que as empresas brasileiras praticamente importam micros para venda aqui mesmo. Hoje, isto se aproxima da verdade, mas seria diferente se as empresas tivessem sido exigidas”.

Massa crítica – Salek garante que o Brasil já dispõe de expressiva massa crítica na informática. Os profissionais cobrem amplo espectro na área de *hardware*, na parte de periféricos, em *software* (básico e aplicativo), etc.. Sua visão, quanto ao desenvolvimento da tecnologia nacional, não exclui a compra de produtos estrangeiros. Propõe, no entanto, “a garantia de espaço para esse desenvolvimento, uma regra de mercado que assegure o futuro de uma coisa emergente”.

Impossível é colocar as empresas brasileiras em pé de igualdade com as estrangeiras, que já têm o mercado mundial à sua disposição, inclusive para fazerem política de preços.

Outro equívoco, um simplismo linear, é a comparação de preços dos produtos de informática brasileiros com os preços de similares estrangeiros. A primeira indagação que se tem de fazer é: que produtos industriais fabricados no país, inclusive por empresas multinacionais, não têm preços superiores aos dos mesmos produtos fabricados nos Estados Unidos, no Japão, na Alemanha e na Inglaterra? A resposta é: todos, sem exceção. Então, o cerne da questão da política de informática não está nos preços. Primeiro, porque a política cambial do Brasil oscila conforme os interesses do momento. Pode se ter um produto, por exemplo, onde 40%



correspondem a insumos importados, ausentes nas empresas dos países desenvolvidos. Comparar preços, assim, ponta a ponta, é irreal, se se quer provar alguma coisa nas comparações. Estas têm que ser feitas depois de consideradas as compatibilizações das políticas tributária e alfandegária. O tema precisa ser analisado com cuidado, e os estudos comparativos devem se fazer com muita seriedade, caso contrário estaremos somando bananas com laranjas, recomenda Salek.

Transferência de tecnologia – A exemplo de Alberto Santoro, Júlio Salek afirma que “tecnologia só se aprende fazendo”. É preciso saber *por que e como* fazer. A transferência de tecnologia é muito difícil de acontecer através dos meios mais enfatizados no momento.

A *joint-venture*, por exemplo, não resolve o problema, como querem os mais ingênuos, pois o caráter majoritário do capital nacional, em tais associações, não é importante. A rigor, quem detém o poder é o dono da tecnologia. Se o capital votante é majoritariamente da empresa nacional, mas a tecnologia é da estrangeira – e o interesse da detentora da tecnologia é que a empresa vá em determinada direção – é esta a decisão que prevalece. Afinal, de outra forma seria suicídio. Deveria haver garantia de algum mecanismo de controle tecnológico, o que, certamente, não interessa à empresa estrangeira.

Dessa forma, as *joint-ventures* não podem dar certo, como veículo de transferência de tecnologia e de desenvolvimento tecnológico do país. As *joint-ventures* só passam tecnologias já ultrapassadas nos países de origem. “Trazem para cá a sucata tecnológica de lá”.

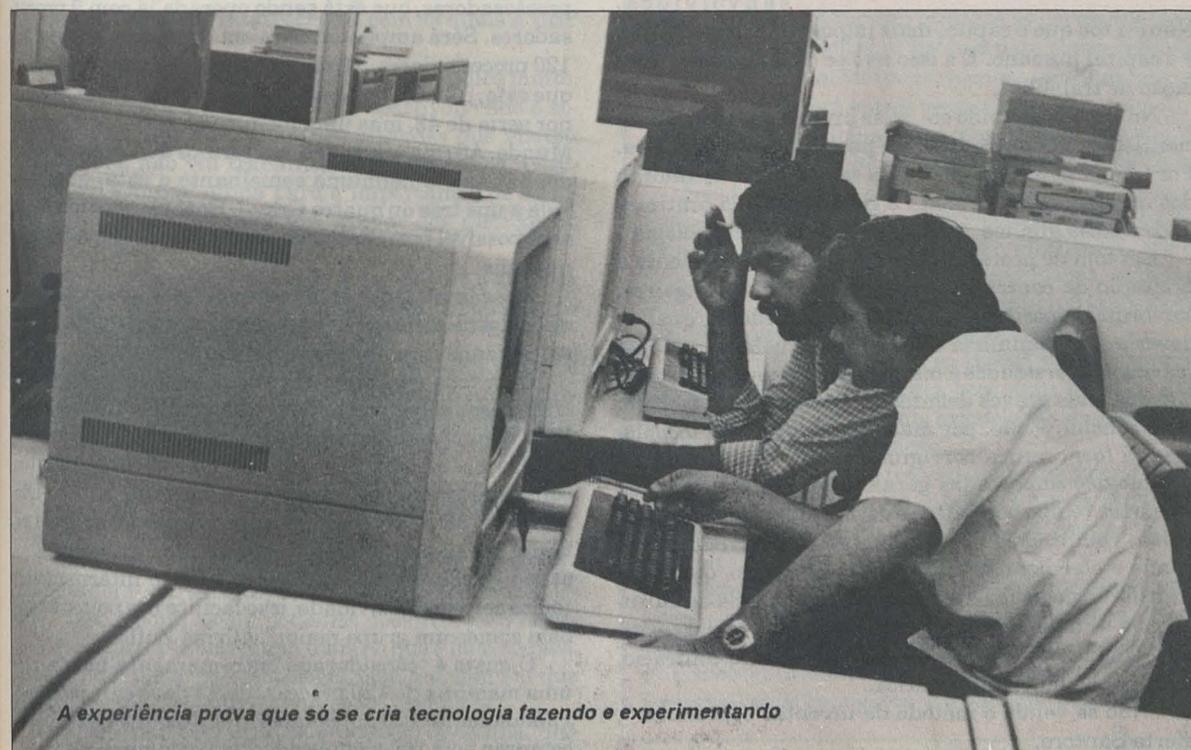
Do ponto de vista do emprego dos profissionais, Salek acha muito difícil uma empresa brasileira montar

equipes de programadores, analistas e projetistas, para desenvolver qualquer produto de informática, ante a abertura ampla do mercado doméstico para o exterior. Será muito mais barato e mais fácil importar para revender.

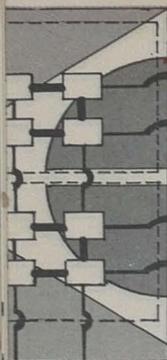
A curto prazo, portanto, a perspectiva é de se criar um mercado de trabalho para vendedores de produtos estrangeiros. E as poucas empresas brasileiras, que criaram algo de importante, terão de sucumbir, porque a concorrência significará a sua morte certa. Para ganharem o nosso vasto mercado interno, as estrangeiras vão recorrer até ao *dumping*. E todo o pessoal que deixar as universidades vai se transformar em grupos de meros vendedores altamente qualificados, representantes de *marketing*. Voltarão ao que eram os nossos técnicos e engenheiros, antes da política que consagrou a reserva de mercado. Seremos consumidores de tecnologias estrangeiras, sem a menor condição de competir, prevê Salek.

A questão dos componentes – Segundo o pesquisador, aí reside um dos principais pontos de estrangulamento da indústria brasileira de informática. E é nisso que se baseiam os adversários, para proclamarem o “atraso” do setor no país. Há vários anos, a comunidade acadêmica vem chamando a atenção das autoridades governamentais e dos empresários para o problema dos componentes.

Cláudio Amorim defende “uma certa autonomia do Brasil na fabricação de componentes, porque projeto, produto e componentes estão interligados entre si. Se se tem pesquisa básica, é possível conseguir componente avançado e sair para produtos de alto desempenho, competindo melhor nos mercados. Pode-se até mandar



A experiência prova que só se cria tecnologia fazendo e experimentando



fabricar lá fora, mas a concepção tem de ser nossa, a exemplo do que acontece com os nossos paralelos”.

Também para Alberto Santoro, “a questão dos componentes é o ponto mais importante a ser atacado, no contexto de uma política de informática séria. “O governo deveria fazer uma espécie de *Componentebrás*, até que o segmento se consolidasse. Depois, haveria a transferência para a iniciativa privada”. Ele defende, ainda, superproteção para microeletrônica, pois nesse terreno o Brasil ainda registra grande atraso. Foi exatamente aí que o Japão começou a competir na indústria de informática.

Potencial, Santoro garante que o Brasil tem, para desenvolver a microeletrônica, conforme comprova a existência de grupos de profissionais competentes, no Rio, em São Paulo e outros estados. Sem dúvida, esta é uma área que demanda grandes investimentos e onde os resultados só aparecem a médio e longo prazos. Ele adverte que, a partir do próximo século, dominarão os povos “aqueles que souberem fazer, os tecnologicamente desenvolvidos.



O capital mais importante é o capital humano

Não é à toa que o capital mais importante, hoje em dia, é o capital humano. E a isso não se chega sem dar condição de trabalho”.

No Brasil, segundo ele, só se investe na formação de cientistas, técnicos e médicos para melhor uso lá fora. Por isso, o povo brasileiro não se beneficia do retorno dos investimentos. Afinal, “o governo não dá continuidade a coisa alguma, na área de Ciência e Tecnologia”.

Em tom de protesto, Santoro critica severamente a proibição da contratação de professores estrangeiros, conforme dispositivo da Constituição Federal, quando deveria ser estimulada a presença daqueles especialistas nas universidades e institutos de pesquisas do país. Um dos mais graves defeitos da nossa política tecnológica, conclui, é que, por mais que compremos tecnologias lá fora, nunca corrigimos nosso atraso, pois as tecnologias importadas geralmente ficam superadas em pouco tempo nos países que as produzem. Assim, os países compradores estão sempre importando, agravando e eternizando o atraso. Ao contrário, quando a transferência se faz através de cérebros, cria-se cultura, cria-se a maneira de fazer e se amplia a massa crítica. Quando se compra o pacote pronto, ao contrário, compra-se uma coisa estática.

“Não se vende o método de inventar e de inovar”, alerta Santoro. ■

USP cria o MS-8701

Três centros de pesquisa trabalham no desenvolvimento de sistemas paralelos, em São Paulo. A Universidade Federal de São Carlos-UFSCAR, a Escola Politécnica de Engenharia Elétrica, da Universidade de São Paulo, e o Centro de Pesquisa e Desenvolvimento da Telebrás-CPqD, que atualmente passou o trabalho para a Universidade de Campinas.

Os trabalhos mais avançados e praticamente concluídos estão na USP, talvez por ser um centro mais agressivo e tradicional. Lá são quatro os projetos: um deles é o MS-8701, já em operação experimental, pois se planeja lançá-lo em operação para clientes no mês de dezembro.

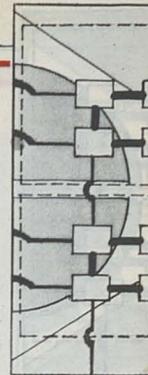
Segundo um dos pesquisadores destes projetos, professor João Antonio Zuffo, o objetivo primeiro é fazer uma interligação com o Hospital das Clínicas e o Hospital Universitário, para tratamento de massa volumétrica, criar imagem volumétrica e com eles localizar com muita precisão os problemas, por exemplo, do interior de um cérebro ou de um osso, o que exige máquinas avançadas.

O MS-8701 é uma máquina fortemente acoplada, com memória final de 560 Mbytes, tendo no máximo 64 processadores. Há outra máquina com um total de 120 processadores, que está sendo operada já com 9 processadores. Será ampliada, para em dezembro chegar aos 120 processadores. Segundo Zuffo, só existe uma maior que esta, com 400 processadores, na Inglaterra, e a menor seria de 48, mas uma máquina a nível de Primeiro Mundo. Afirma ainda que, em termos de Terceiro Mundo, não existe nenhuma semelhante a esta, que equivale a uns três ou quatro Cray-1. Com ela, por exemplo, será possível fazer animação em tempo real, para gerar imagens.

Suas finalidades estão relacionadas ao tratamento de imagens médicas e permitem que a máquina, por si só, já ganhe uma função social muito grande.

Com toda a infra-estrutura de seus laboratórios, a USP desenvolve muito bem a microeletrônica e escolheu alguns setores específicos para atacar. Não teve muitos problemas para adquirir seus componentes, conseguindo alguns através de contatos internacionais. A USP não só envia seus pesquisadores para estágios no exterior, como recebe muitos pesquisadores estrangeiros. “Temos nível competitivo internacional, temos certa agressividade, isso facilita um pouco e também somos um grupo maior”, afirma Zuffo.

O custo é considerado extremamente baixo, pois uma máquina de 120 processadores deve sair por aproximadamente 120 mil dólares, quantia que não dá para comprar nem um computador de porte médio.



O governo ainda não acordou para a Ciência e Tecnologia no país, queixa-se a Universidade

“É uma tecnologia revolucionária” diz Zuffo. A USP está concentrada nessa área, há equipes de *software* e *hardware* bastante extensas e integradas.

Suas fontes de financiamento são a Finep, que hoje sustenta de 35% a 40%, do projeto, a Fundação Banco do Brasil, a Fapesp de São Paulo, CNPq, Secretaria de Tecnologia de São Paulo e indústrias. São várias fontes, que sustentam esse tipo de desenvolvimento, desde a área de robótica e redes neurais, até a parte de computação paralela.

Há máquinas extremamente comerciais. A que está sendo ampliada para 120 processadores é totalmente versátil, pode ser reconfigurada. Com *software* é possível reprogramar os microprocessadores e otimizar, para cada uso particular, a configuração da máquina. Há várias empresas interessadas, com as quais a USP mantém convênio.

Para Zuffo, a falta de investimento prejudica muito, acha que o trabalho que eles vêm desenvolvendo é sobre-humano. Diz que, nas universidades que visitou fora do país, não viu trabalhos do mesmo nível. O governo não acordou ainda para a importância de se investir na ciência e tecnologia, apesar dos esforços do ministro José Goldemberg”.

A idéia do pesquisador não é substituir o sistema importado, mas dispor e dominar essa tecnologia, se houver condições econômicas no país.

Os computadores paralelos não resolvem todos os problemas, pois não são tão gerais quanto um super-computador, mas conseguem uma capacidade de processamento que pode ultrapassar à daquelas máquinas. Com a tendência de evolução da microeletrônica, cada vez se torna mais viável atingir grandes capacidades de processamento, com máquinas paralelas.

Para Zuffo, o problema da importação de um super-computador é estratégico, está ligado à reserva de mercado. “Isso é bom, assim podemos desenvolver o nosso aqui. É preciso que acreditem mais no que é feito no país. Podemos dominar essa tecnologia, sem que tenham que nos ditar o que devemos fazer ou não”, completa.

O pesquisador lembra uma questão oportuna, que

Unicamp retoma projeto

O Centro de Pesquisa e Desenvolvimento da Telebrás-CPqD, transferiu para a Unicamp o seu sistema paralelo, que teve início praticamente em 1985. O desenvolvimento do sistema não parecia mais despertar interesse por parte da Telebrás, que passou, em junho deste ano, os equipamentos à Unicamp, já que a universidade tem interesse na área de computação gráfica.

Segundo um dos pesquisadores do CPqD, Artur Costa, na área de informática não se pode ficar parado seis meses, sob o risco de se ficar obsoleto. “Não conseguimos realizar esse projeto como um todo. A Unicamp utilizará as partes que já estão funcionando para construir um sistema para computação gráfica”.

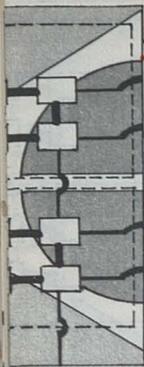
O CPqD estava com pouco recurso, não financeiro, mas de pessoal. O contato com outros centros que desenvolviam os mesmos sistemas era difícil: tentaram com a USP e com a UFSCAR, mas existiam problemas burocráticos para um maior intercâmbio.

Não houve problemas com os componentes, para a montagem do protótipo, pois conseguiram amostras grátis de fornecedores e tinham a importação facilitada, via organismo internacional da área de telecomunicação, agilizando mais a aquisição. Trabalharam também estocando muitos componentes, visto que 90% deles são importados.

Para o professor Artur, no Brasil há condições de fazer coisas competitivas com custos bem mais baixos. “Acho que isso é grande resultado, o mais importante de tudo foi a tentativa de trabalhar em cooperação”.

Na sua visão, às vezes vale mais comprar do que desenvolver. O que se defende, no entanto, é que se tenha sempre o domínio tecnológico, pois mesmo que se compre do concorrente, é preciso dominar essa tecnologia.

Para o pesquisador, a política de informática não deu certo, porque nunca foi implementada como deveria. Mesmo sem estímulos para o desenvolvimento, ele dá como exemplo o esforço do professor Claudio Kirner e sua equipe da UFSCAR, que vêm desenvolvendo com garra um sistema paralelo.



é o tempo que um super levará para entrar em operação, depois de adquirido no exterior. O Inpe está esperando um para o primeiro semestre de 1993. "Até lá, corre-se o risco de já terem sido desenvolvidas máquinas mais poderosas, pois a evolução tecnológica é enorme. Paralelo à aquisição de um super, o governo deve investir na pesquisa, e manter uma política de informática mais adequada, de não abrir totalmente o mercado", conclui. ■

CENTAURO É DE S. CARLOS

A Universidade de São Carlos-UFSCAR vem desenvolvendo o Projeto Centauro de computação paralela, explorando estruturas convencionais e alternativas. O sistema tem uma arquitetura de referência, que é chamado de Computador Paralelo Estruturado Recursivamente-CPER. É uma arquitetura baseada em hierarquia de *clusters* de processadores, um grupo podendo ter inúmeros elementos, de modo que vários *clusters*, ligados entre si, formam um novo *cluster* de nível mais alto. Ao se desejar um número maior de elementos, basta repetir a quantidade, formando novo *cluster* de outro nível, crescendo em forma de árvore.

A universidade enfrenta problemas para adquirir seus componentes, alguns foram comprados no mercado de São Paulo e outros, emprestados do CPQD da Telebrás.

A universidade tem poucos recursos, depende de uma verba de 100 mil dólares que solicitou ao CNPq, e está pensando em buscar apoio financeiro da Finep.

Para Kirner, a política de informática não funcionou, devido à ausência de investimentos nas universidades. "Acho que o Brasil tem que investir maciçamente em pesquisa e desenvolvimento na área de informática, procurando tecnologia de ponta, procurando ser competitivo".

No seu ponto de vista, a importação de um supercomputador é inevitável, e as dificuldades estão ligadas diretamente ao preço, que varia de 10 milhões de dólares a 25 milhões de dólares. Outra questão é estratégica, pois "muitas vezes os fornecedores acabam não cedendo essas máquinas, porque o acesso a elas permite o desenvolvimento tecnológico à altura, eventualmente, dos países fornecedores", acrescenta. Os recursos na Universidade de São Carlos são baixos, mas o Centro de Computação pretende, através de muitos estudos e dos esforços da equipe, realizar um sistema de alto nível. Estão dedicando todo o tempo possível para a evolução do projeto Centauro.

O ABC da computação

Arquitetura – Especificação das relações entre as partes de um sistema de computador, incluída a descrição dos pontos de vista da programação, organização e tratamento da memória e do controle das operações de entrada e saída.

Bit – Cada um dos dígitos de um número binário.

Byte – Conjunto de oito *bits* tomados como unidade. Octeto.

Chip – Minúscula pastilha de silício, onde são dispostos os circuitos integrados. O *chip* é encapsulado em plástico ou cerâmica e dotado de pinos (terminais), para ligação com outros componentes. O termo *chip* é usado para designar, também, os circuitos integrados em geral.

Circuito integrado – Circuito eletrônico miniaturizado, contido dentro de um só cristal líquido semicondutor, em que se combinam componentes ativos (componentes com capacidade para aumentar a potência de um sinal elétrico), com resistores e capacitores. Os circuitos integrados podem conter centenas de milhares de transistores na superfície de apenas um centímetro cúbico.

Estação de trabalho (Workstation) – Computador pessoal de grande capacidade, em geral de 32 *bits*, utilizado em trabalho de Engenharia - desenho mecânico ou arquitetônico, por exemplo.

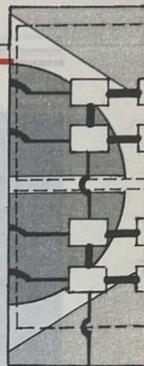
Computação sequencial – Computação em que os eventos acontecem na sequência do tempo, com pequena ou nenhuma simultaneidade ou superposição dos eventos.

Computação paralela – Operação de um computador, em que mais de um programa é armazenado simultaneamente na memória e executado concorrentemente. Na máquina em que se fazem essas operações, dígitos ou grupos de dados são trabalhados, concorrentemente, por unidades separadas (microprocessadores). As operações em paralelo são executadas com a finalidade de redução da perda de tempo, geralmente provocada por um dispositivo de entrada ou saída funcionando no sistema serial. O paralelismo, portanto, é uma tecnologia destinada a aumentar a performance de um computador, por multiplicação dos processadores utilizados simultaneamente.

Microprocessador – Circuito integrado que aceita instruções codificadas para execução.

Memória – Termo que define o dispositivo interno de armazenamento de dados no computador. Na memória, são armazenados programas, dados, resultados intermediários e finais do processamento.

Superminicomputador – Minicomputador de grande potência, chamado, também, de Megamini.



Gaúchos lamentam falta de apoio

Nossos trabalhos de pesquisa na área não são desenvolvidos com vistas a produzirmos um supercomputador, uma máquina paralela. Nosso grupo estuda as arquiteturas paralelas, apenas. Faz pesquisas, formula soluções, mas não buscamos construir nada nesse terreno”.

A explicação é do professor e doutor Clésio Saraiva dos Santos, diretor do Instituto de Informática da Universidade federal do Rio Grande do Sul. Segundo o professor Clésio, na primeira metade do ano que vem a UFRGS vai estar recebendo um supercomputador Cray, dos Estados Unidos, com preço hoje estimado em 5 milhões de dólares “para a universidade, que consegue um preço menor”. Será o mais moderno super de toda a América Latina.

“Nossos pesquisadores, que vêm estudar projetos de arquiteturas paralelas, poderão então trabalhar nesse super, que basicamente será utilizado só na área da pesquisa e do ensino. Sem esse estudo, sem esse investimento, não há futuro para a informática brasileira”.

Política de informática – O diretor do Instituto de Informática da UFRGS ressalta que foi com o aparecimento da Capre, na década de 60, que surgiu a constatação, por parte do governo, de que seria possível implantar no Brasil uma indústria de bens de informática, libertando o país da importação pura e simples.

“Esse foi o embrião da idéia de reserva do mercado, que destinou o mercado de minicomputadores, na época, a ser ocupado por empresas nacionais”.

“Mas o que aconteceu”, continua o professor Clésio, “é que se criou uma oportunidade de mercado e de lucro para os empresários. A política de informática do governo visava também a capacitar o país na geração de novas tecnologias, que permitissem competirmos internacionalmente no setor da informática. Para que isso acontecesse, eram necessários também investimentos significativos em atividades de pesquisa e desenvolvimento de centros de estudo, principalmente nas universidades. E tal não ocorreu. O governo se concentrou em proteger o mercado, em apoiar as empresas, em dar-lhes incentivos fiscais. As empresas, por sua vez, se preocuparam em conquistar o mercado. Assim, o setor de pesquisa e recursos humanos ficou tão desampara-

do, quanto o resto dos segmentos da educação e da pesquisa no país”.

“Chegamos então”, continua, “a um momento em que se esgotou aquele potencial de crescimento, de capacitação, que poderia ser provocado unicamente pela existência de uma reserva de mercado. As empresas adquiriram *know-how* de produção, de manutenção. Precisariam agora ter capacidade de incorporar tecnologias inovadoras desenvolvidas por si próprias. Mas, falta gente qualificada. Como a universidade não recebeu apoio, não pode proporcionar às empresas aquele salto de invenção, de criatividade. Então, o que temos hoje é a fábrica, mas não as idéias para colocarmos a fábrica na dianteira. Falta o braço da pesquisa, da geração de tecnologia, para alavancar essa indústria”, lamenta o pesquisador gaúcho, ao descrever pontos de inércia que prejudicaram o potencial positivo da reserva de mercado.

O professor Clésio lembra que a universidade brasileira passou, praticamente a última década inteira, sem laboratórios para trabalhar e com os docentes sofrendo sob salários aviltados.

“Isso só poderia se refletir na outra ponta, a da indústria. Por isso, elas estão hoje se capacitando para fazer os produtos de empresas de fora, porque o país não desenvolveu a pesquisa. Temos capacidade industrial. Mas, isso não adianta nada sem laboratório, sem pesquisa. Em informática, a invenção é o verdadeiro *know-how*”.



Prof. Clésio: só abrir mercado, não resolve

Só abrir, não resolve – O diretor do Instituto de Informática da UFRGS chama a atenção para uma outra questão, relativa ao fim da reserva de mercado e que passa despercebida, muitas vezes.

“Muitos acham que, abrindo o mercado para importação, se passa a ter acesso às tecnologias de ponta. Esquecem que, para se poder comprar, é preciso que o fabricante queira vender. Ora, os supercomputadores são cercados de muitos cuidados. Por questão de estratégia e segurança, eles só são vendidos mediante cláusulas contratuais, que garantem que não serão usados em projetos bélicos ou nucleares, por exemplo. Isto quer dizer que o Brasil não vai evoluir muito em pesquisa nuclear. Mas, precisamos, mesmo assim, desses supercomputadores, precisamos conhecê-los por dentro, para podermos acioná-los. Precisamos saber fabricá-los”, conclui o professor Clésio Saraiva dos Santos.

Luiz Gonzaga Capaverde



A análise das modificações exigirá, no Congresso, negociações mais intensas que as inicialmente previstas pelo governo

Aprendizado democrático

Dança em torno do Emendão ajuda a desenvolver negociação

Procópio Mineiro

A revisão constitucional oferece maiores dificuldades do que, à primeira vista, supunha o governo Collor, e o mais provável é que, caso ocorra, se veja reduzida a uma proporção mínima dos objetivos do Planalto, cuja pretensão é antecipar uma fase de adaptações que a própria Carta marca para 1993. Mais do que a revisão almejada, em si, o problema político talvez resida no detalhe dos argumentos com que se pretende convencer a sociedade da urgência das adaptações constitucionais, algumas delas verdadeiras reformas.

Desenha-se um panorama de impasse absoluto no país, agita-se a idéia da "ingovernabilidade" dentro do atual quadro e aponta-se o agravamento inflacionário como decorrência desse clima de instabilidade emocional. Numa hipotética história comparada das pressões presidenciais sobre o Congresso, a atual fase recordaria os contornos da "crise" pelos cinco anos de mandato

para o presidente José Sarney e, em termos de conteúdo, algo das motivações que embalsamam Jânio Quadros, trinta anos atrás.

O clima de crise que envolve a administração, com seguidas denúncias de corrupção — principalmente as que envolvem a Legião Brasileira de Assistência-LBA — ajudaram a criar o ar de tempestade, que aproveita a vários atores da cena política, inclusive ao próprio governo, que sai para o ataque, brandindo a necessidade extrema de modificações a lhe serem concedidas pelo Congresso.

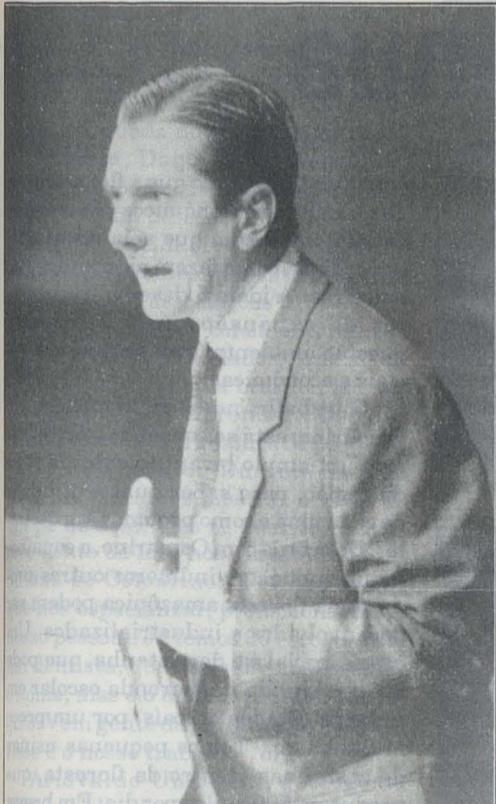
Pacto — A conformação constitucional às "necessidades" do governo vem, simultaneamente, com uma tentativa de pacto político, que ajudaria a apressar a realização das reformas. As conversas do presidente Collor com lideranças políticas, como governadores, presidentes de partido, parlamentares de alta expressão e até com o Conselho da República, alimentaram

as especulações sobre um amadurecimento político expressivo de uma administração que se conduzia com uma postura imperial. Os objetivos pretendidos pelo governo com os contatos, porém, pareciam ter alcance limitado às necessidades governamentais imediatas.

A análise da crise brasileira — uma crise de crescimento, de quem tem potencial para progredir, mas precisa definir os caminhos adequados — apresenta as diferenças normais entre as diversas correntes políticas, mas há concordância quanto ao imperativo de se equilibrar a economia e aprofundar o jogo democrático.

Na medida em que a área oficial decide condicionar o futuro ao atendimento de suas vontades, determinadas estas de maneira solitária, sem o debate social, o tal diálogo nacional vê limitado o seu alcance.

"Nós esperamos que essas emendas tenham a acolhida que merecem. Porque, como todos nós sabemos, existem



Collor considera essencial obter as modificações

impeditivos dentro da Constituição para a construção de um Estado moderno, de um Estado que se desvencilhe de certas obrigações que não lhe dizem respeito diretamente, de modo que o Estado recupere sua capacidade de planejar, de estabelecer políticas de médio e longo prazos e, portanto, de investir em setores básicos, em setores que digam respeito diretamente à população", disse Collor.

Como é muito claro, os conceitos presidenciais exprimem ao menos dose elevada de confusão. Em primeiro lugar, a Constituição expressa o programa de vida de uma sociedade, num determinado período histórico, e é impossível que em apenas três anos se tenha tornado obsoleta ao ponto de inviabilizar o Estado. Uma Constituição, aliás, só se torna obsoleta em decorrência do movimento social, da mudança social no tempo, e jamais em função de apertos momentâneos do governo ou de incompetências do administrador temporário do país.

Em segundo lugar, ao afirmar a obrigação estatal de planejar e estabelecer políticas gerais, inclusive investindo em setores básicos, surge na fala presidencial uma contradição com

a disposição neoliberal de desmontar a ação estatal em setores fundamentais para o desenvolvimento de um país com as características do nosso, onde se faz necessária tal presença.

O governo queixa-se, ainda, da falta de recursos para investimentos, carência que pretende suprir com reforço de caixa, através de uma repartição dos tributos com estados e municípios, diferente da atual sistemática, que reduziu a dependência estadual e municipal ante o poder central. Outro item polêmico refere-se à vontade governamental de abrir a empresas privadas a exploração de serviços telefônicos, telegráficos, de transmissão de dados, de importação, exportação e transporte de petróleo, além de venda de gás encanado. O mesmo acesso será dado na área de pesquisa e lavra de minério atômico, cabendo ao Estado monopólio apenas no tratamento industrial desses materiais.

Com referência específica às mineradoras estrangeiras, pretende o governo devolver-lhe pleno acesso à exploração de minas e jazidas.

Outra destacada mudança, de puro corte neoliberal, é o plano de extinguir a diferenciação entre empresas de capital nacional e de capital estrangeiro. Qualquer empresa constituída e instalada no país passará a ser considerada empresa nacional, à revelia da origem de seu capital.

Um ponto de interesse específico dos governadores é o que trata da dívida dos estados com a União. Pretende o governo renegociar todas as dívidas estaduais, lançando mão de recursos como o PIS-Pasep, incentivos do Proterra, parte do ICMS repassado pelos estados aos municípios, e mais alguns fundos, como o Finor.

Assim, entre as propostas incluem-se mudanças de cunho social, econômico, político e administrativo de amplas consequências.

A pergunta inevitável que salta dessa relação de modificações profundas é se são mesmo causas de uma suposta inviabilidade de governo ou de ingovernabilidade, ou se exigem urgência tal,

que sua negação significaria riscos de graves repercussões para a República.

Setores políticos, até divergentes entre si, calculam que o governo está se preocupando pouco em realizar a sua missão e quer poupar-se dos esforços, arrancando da sociedade mudanças, as quais não significarão, necessariamente, solução de problemas. Ao contrário, criarão outros, e em nada ajudarão a nova fase democrática que o país pretende construir.

Um exemplo: o cancelamento de aposentadoria para uma expressiva faixa de trabalhadores (morrerão ainda como contribuintes e não alcançarão a fase de pensionistas) não é a solução que a Previdência está exigindo. Os problemas do setor necessitam ser combatidos com outras armas.

Outro exemplo: reforçar o caixa federal, em detrimento dos caixas estaduais e municipais, apenas ressuscitará a política centralizadora dos investimentos, responsável, como se sabe, por inúmeros elefantes brancos plantados pelo país e que não se adequavam às necessidades reais das regiões. De modo geral, devidamente apoiada por assessoria técnica, uma prefeitura sabe fazer melhor para sua comunidade que o distante governo federal.

Conversas – De saudável na inquietação neoliberal do governo, deve-se destacar o esforço de consultar e ouvir os governadores e lideranças partidárias de todo o espectro político do país. Certamente foi este um fator de estabilidade política, quando, por instantes, pareceu riscar os céus do horizonte um cometa de crise institucional. A troca de idéias, mesmo quando não se consuma aproximação, é um dos pressupostos da democracia e a afirmação da absoluta normalidade da coexistência de contrários.

Assim, as divergências assumidas por vários segmentos políticos, como o PMDB, o PDT, o PT, lançam nas veias políticas da nação uma saudável taxa de normalidade política, se entendido que se quer desenvolver a democracia brasileira.

Uma eventual recusa do pacote constitucional pelo Congresso ou sua aprovação apenas parcial poderá servir como mais um passo positivo no aprendizado democrático. ■

A luta continua

Zoraya Calheira

O secretário-geral do Conselho Nacional dos Seringueiros e presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Brasília, Osmarino Amâncio, não pára sossegado há muito tempo, principalmente depois da morte de Chico Mendes. Quase todos os envolvidos com o movimento seringueiro estão jurados de morte e a vigilância para se manter vivo é constante. "Não estou mais com proteção da polícia federal, não funciona, basta ver o que aconteceu com o Chico Mendes", revela. "Agora, contamos com a proteção dos companheiros". Mas Osmarino não se preocupa apenas em ficar vivo: ele mantém-se firme na luta pelo bem-estar e desenvolvimento dos povos da floresta.

Em agosto ele esteve no I Encontro Internacional de Organizações Não-Governamentais (ONGs) e Agências do Sistema da ONU, no Rio de Janeiro, com o objetivo de contatar as entidades que desenvolvem projetos em prol da Amazônia e mostrar o trabalho dos seringueiros nas reservas extrativistas, além dos já conhecidos "empates" e enfrentamentos. A proposta dos seringueiros consiste em montar uma



Osmarino: proteção dos companheiros

*Para o líder
seringueiro
Osmarino Amâncio,
o projeto
fundamental é
tornar sustentável
a economia da
floresta*

estrutura, provando que a floresta pode dar resultados econômicos plenamente satisfatórios, sem que seja necessário depredá-la, como fazem as grandes madeireiras. A idéia é desenvolver projetos de expansão que conciliem a questão ambiental com as questões sociais e econômicas.

O trabalho nesse sentido, segundo Osmarino, está se consolidando: "Já temos um amplo levantamento da flora da região, para saber qual a utilidade de cada uma e como podemos aproveitá-la". De acordo com Osmarino, a copaíba, piqui, cupuaçu e inúmeros outros produtos da floresta amazônica podem ser desenvolvidos e industrializados. Um caso especial é o da castanha, que pode até ser servida na merenda escolar em todos os estados do país, por um preço muito baixo. "Temos pequenas usinas de castanhas, dentro da floresta, que produzem 500 quilos por dia. Em breve, serão capazes de exportar 70 toneladas por ano. Além disso, há criações de anãs, capivaras, veados e até onças, em regime semi-aberto", revela Osmarino, acrescentando que 92 pessoas estão empregadas na usina.

Isto garante o emprego para muitos filhos de seringueiros e completa um

Reserva extrativista Chico Mendes (Xapuri, Acre): uma técnica agrícola faz a medição da umidade da castanha



dos objetivos das reservas extrativistas, que é o de fixar o seringueiro em sua terra, garantindo-lhe a sobrevivência com outros produtos que não a borracha. "A queda do preço da borracha foi violenta. Daqui a cinco anos não dará mais para viver disso, teremos quase 100 mil pessoas fora da floresta, invadindo as cidades. Só conseguirão sobreviver aqueles que estiverem em cooperativas e associações".

Os seringueiros consideram-se tão "modernizados e escolarizados", que agora chamam especialistas brasileiros e estrangeiros, para aprender como dar continuidade aos trabalhos de pesquisa e desenvolvimento. "Durante mais de 15 anos, tentamos mostrar o valor de um pé de açaí, mas só quando chamamos gente de fora nos deram ouvidos", queixa-se Osmarino. "Por isso temos que nos especializar, profissionalizar o nosso pessoal. Já temos 50 escolas e até um dentista, que não sabe nem assinar o nome, mas é o melhor protético da região. Vem gente de longe tratar com ele. Esse é o nosso trabalho", orgulha-se.

Ariovaldo Umbelini, geólogo da USP, vai desenvolver o estudo do solo, enquanto a Fundação Tecnológica do Acre (Funtac), o Centro de Trabalhadores da Amazônia e o Centro dos Seringueiros participam com mapas, imagens de satélites das áreas e levantamentos sócio-econômicos da reserva. Tudo isso, para saber quantas pessoas há na região, que tipo de produção é feita no seringal, que tipo de cultura cada uma representa, onde há castanha e seringa, e que outras espécies de plantas e árvores ali existem.

A pressão, no entanto, é muito grande, garante Osmarino. "Dizem por aí que estamos entregando a Amazônia aos estrangeiros, porque chamamos ambientalistas de fora. Mas, ninguém fala dos assassinatos de seringueiros e índios ou dos excelentes resultados das pesquisas feitas por essas pessoas". Segundo Osmarino, nem o governo estadual do Acre, nem o governo federal investem devidamente nas reservas extrativistas, que precisam ser urgentemente demarcadas, antes que o decreto que as criou caduque, e os seringueiros percam todo o trabalho já feito e também a esperança.

A preocupação é justificada: o tempo corre e, nas épocas de desmate (abril a setembro), os seringueiros chegam a promover até nove empates por sema-



Árvores seringueiras: "nem o governo estadual nem o federal investem nessa cultura"



Chico Mendes: um exemplo

na, o que impede o desenvolvimento do trabalho. Além disso, o processo de demarcação e desapropriação é demorado, e tem de ser feito até o ano que vem. "A Rio-92 vem aí, e até agora nada foi resolvido". Os seringueiros reivindicam não o título de propriedade das terras, mas o direito de usufruto: "Não tem sentido querer ficar com o título de uma terra, onde a especulação é muito grande e as pressões, imensas".

O que o seringueiro teme, é que, de posse dos títulos, os seringalistas mais desesperados e desinformados, não associados ou sindicalizados, os vendam por qualquer preço, não aguentem a pressão. "Queremos acabar com o êxodo rural e propiciar vida decente e útil aos povos da floresta", assegura Osmarino. O título de propriedade pertenceria à União, as áreas particulares seriam desapropriadas e isso, automaticamente, diminuiria os conflitos. Até agora, eles já conseguiram 3 milhões e 52 mil hectares de reserva extrativista em terras particulares.

Os seringueiros fizeram a seguinte experiência: desmataram um hectare de floresta (já devastada) e deixaram um hectare de pé. Depois de um ano, comprovaram que a parte devastada, usada para pecuária, produziu somente 40 quilos de carne, enquanto que a outra metade produziu quatro vezes mais, apenas com o aproveitamento da castanha e da borracha.

Cada vez que aparece em qualquer encontro ou reunião, onde estejam entidades nacionais ou estrangeiras interessadas ou envolvidas na luta dos povos da floresta, como ele chama os seringalistas e índios, Osmarino faz questão de colocar sua preocupação em relação aos diversos investimentos feitos na Amazônia. Para ele, há muito investimento em determinadas entidades que não estão envolvidas no "corpo a corpo", na realidade dos problemas dos seringueiros, tendência essa que Osmarino tenta reverter. O ideal, segundo ele, seria que as assessorias aos movimentos sindical e popular se aproximassem das entidades de base, e não de entidades fantasmas.

"Quem sabe mais, quem teve oportunidade, pode ensinar os seringueiros a fazer relatórios e pesquisas, isso é muito importante para nós, para que possamos nos modernizar e competir". O seringalista pretende fazer convênios com universidades e centros de pesquisas, e convidar essas entidades para conhecer a região e definir que contribuição poderiam oferecer. Um dos próximos passos de Osmarino é promover o encontro de seringueiros e índios, os povos da floresta, no mês de dezembro, em Brasília, Acre, para discutir a Rio-92. ■

Paulo Freire e a educação popular

Uma experiência nas escolas de São Paulo

Beatriz Cannabrava*

O educador brasileiro Paulo Freire, mundialmente conhecido, deu uma grande contribuição à educação na cidade de São Paulo implantando, durante sua gestão como secretário municipal de Educação, o projeto de uma educação pública popular.

Ao deixar a secretaria para voltar aos seus livros e pesquisas, e, segundo anunciou o senador Darcy Ribeiro, assessorá-lo no projeto de ampliação e implantação dos Cieps no estado do Rio, Paulo Freire deixa uma equipe competente, afinada com seus objetivos, para dar continuidade ao trabalho, e considera que sua experiência como secretário foi indispensável:

"Se eu não tivesse sido secretário, tenho a impressão de que, como educador, como pensador de educação, como político, teria me faltado alguma coisa. Tenho que agradecer à prefeita Luíza Erundina, essa mulher extraordinária, esse convite que me permitiu ver de perto, tocar, mexer na prática educativa, enquanto processo e também sentir a dor de ver o descaso com que os brasileiros e brasileiras se comportam na direção das coisas públicas. Já na minha primeira visita, encontrei 390 escolas deterioradas, ou seja, 60% das escolas não tinham condições de serem usadas plenamente, e algumas tiveram que ser interditadas."

Outro problema impor-

tante encontrado por Paulo Freire, ao assumir a secretaria, foi o da qualidade do ensino. Não só os prédios estavam em más condições, mas também os professores não acreditavam mais na escola.

"Então, era preciso cuidar também do aspecto pedagógico, pensar em que educação é esta que a gente precisa. O que é que queremos dizer, quando falamos de educação pública popular? É preciso considerar que toda a escola está sempre a serviço de um certo projeto, sonho, utopia. O nosso sonho é de uma escola democrática, aberta, sorridente. Mas, ao mesmo tempo, uma escola rigorosa do ponto de vista científico, da busca do conhecimento, da produção do conhecimento."

"E essa escola não se constrói, sem passar pelo respeito à dignidade da educadora e do educador. Se não há esse respeito, não se pode sequer falar em escola competente. E esse respeito começa pelo pagamento de uma salário menos imoral, porque, no fundo, é muito difícil chegar a pagar aos educadores desse país o que devem ganhar. Seria preciso que uma série de governos tivesse administradores e administradoras ao mesmo tempo doidos e ajuizados. Que fossem *insanamente* sãos. Com isso, quero dizer que é preciso ter arrojo, ousadia."

Outro aspecto fundamental para melhoria da escola é o da formação permanente.

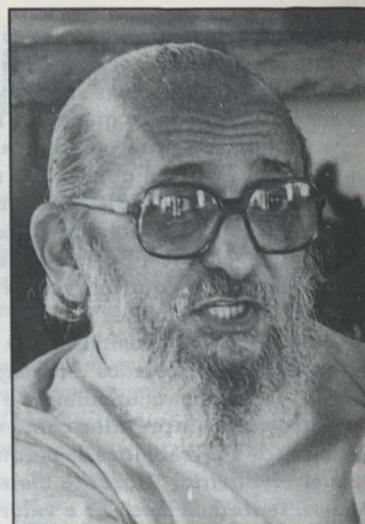
Segundo Paulo Freire, a formação permanente se dá na reflexão crítica, que o educador e a educadora devem fazer sobre sua prática.

"É pensando a prática na escola que se descobre a teoria escondida, mais sabida ou menos sabida. É aí também que educadores e educadoras inventam sua teoria, testam sua forma teórica de pensar o problema concreto de sua atividade docente."

Um ponto importante do projeto de educação pública popular da prefeitura de São Paulo diz respeito aos Conselhos de Escola, que foram criados no final da gestão de Mário Covas, e ignorados por Jânio Quadros, que o sucedeu. Foi somente na gestão de Luíza Erundina que foram implantados e implementados.

Os Conselhos de Escola são um instrumento de democratização da gestão escolar, com participação de pais, mães, alunos, professores e outros trabalhadores da área, na discussão e decisão dos rumos que cada escola deve tomar.

Segundo Paulo Freire, "dizer que todos os Conselhos de Escola funcionam bem seria uma mentira. Não é fácil que uma sociedade, com tradição autoritária que a gente tem, aprenda a democracia. Democracia não é consenso, é diferença. É convivência com o diferente, para poder brigar com o an-



Paulo Freire: dedicação ao ensino público

tagônico. Democracia não é conformismo, é respeito ao direito do outro, mas é estabelecer limites, também. Na prática, alguns Conselhos continuam sendo esmagados pelo autoritarismo de diretoras e só alguns vivem a tensão entre os poderes, o que seria o ideal".

A questão curricular da transformação, que Paulo Freire denomina de "mudança da cara da escola", está em mãos de uma das cinco melhores especialistas brasileiras, a professora Ana Maria Saul. É uma nova proposta pedagógica, que está sendo construída coletivamente e que deverá garantir o respeito à identidade cultural do aluno, a apropriação e produção de conhecimentos significativos, de um ponto de vista de compreensão e transformação da realidade social.

A escola pública popular visa à transformação da compreensão do que é ensinar e aprender, estimula a curiosidade e a criatividade, desenvolve o trabalho coletivo, resgata a identidade do educador e propicia a interação comunidade-escola, como espaço de valorização e re-criação da cultura popular.

*Educadora, coordenadora da Rede de Mulheres do Conselho de Educação de Adultos da América Latina-Ceeal

COISAS DE VALOR

Para o Mercantil, o seu bem-estar e a sua tranqüilidade são da maior importância. E, para facilitar sua vida, o Mercantil oferece todos os produtos e serviços de que você precisa. As melhores opções de aplicação, facilidades no crédito e assessoria financeira para pessoas físicas e jurídicas.

O Mercantil quer cuidar de tudo para você. E, por isso, oferece um atendimento especial. Personalizado. Porque tudo que tem valor para você também tem valor para o Mercantil.

MERCANTIL 

O Banco que dá valor a você.



Clima caribenho em São Luís

Tem um ritmo tocando na capital maranhense. Um ritmo parecido com as batidas do bumba-meu-boi, mas que vem de outra ilha, a Jamaica, – é o reggae.

Rejane Freitas

A penetração do reggae na cidade é tão forte que já originou um time de futebol, o "Reggae Esporte Clube", fundado em 1972; a banda de música "Tribo de Jah", fundada há cinco anos pelo radialista Fausy Baydoun; um jornal especializado, "O Tambor", que circulou ano passado com dois números e tiragem de cinco mil exemplares; seminários e maratonas de dança nas praias; desfile no carnaval deste ano com o bloco afro "Akomabu", com o tema "O reggae da Jamaica ao Maranhão", e eventos como a "Festa pela paz no Golfo" e a do aniversário da morte de Bob Marley, que levaram quase 15 mil pessoas à Praça Deodoro, público esse comparado apenas ao comício das Diretas-Já, em 1984.

O reggae está em todo canto. São 70 radiolas (aparelhagens de som ambulantes como os *sound-systems* de Kingston, capital jamaicana) e 50 clubes espalhados pela ilha, além de 68 horas de música, durante a semana, em oito estações de rádio, sendo cinco programas diários e três semanais.

Dos 900 mil habitantes estimados de São Luís, calcula-se que pelo menos 100 mil pessoas participam, nos finais de semana, das 50 festas de reggae que acontecem na cidade.

Para entender esse fenômeno de massa, que está fazendo São Luís ser conhecida também como a "capital do reggae" e "Jamaica brasileira" é preciso compreender a origem e o significado desse ritmo junto à população pobre e negra da periferia.

Como tudo começou – A música caribenha começou a penetrar no litoral maranhense na década de 50, através da salsa, merengue, calipso, rumba e chá-chá-chá e, mais recentemente, pelos ritmos soca, originário de Trinidad-Tobago e kadanse, da Guiana. Por outro lado, a população da Baixada Maranhense sintonizava as rádios do Caribe e recebia a influência desses ritmos, que permanecem até hoje na zona rural, tocando muito nas festas.

Na época, os barcos que faziam a rota para Caiena, na Guiana Francesa, e Paramaribo, no Suriname, levando cargas contrabandeadas de café, volta-

vam pelo porto de Cururupu, no Maranhão, deixando produtos como rum, maconha e discos de merengue e reggae. Esses discos ficavam com os estivadores e, assim, a música ia sendo divulgada. E é bom lembrar que foram também os estivadores que trouxeram o bumba-meu-boi e o tambor de crioula para São Luís.

No início dos anos 70, surgiram os primeiros clubes de reggae nos bairros periféricos da Liberdade, Bairro de Fátima e Jordoa. O ritmo chegou junto com a discoteca, era chamado "discoteca lenta" e Desmond Decker, Nolan Porter e Jimmy Cliff faziam sucesso nos salões. Hoje, o público vibra com as músicas de Eric Donaldson, Gregory Isaacs, Byron Lee e Gladiators, em potentes radiolas como "Musical Itamaraty", "Black Power", "Trovão Azul" e "Asa Branca".

As primeiras músicas chegaram ao rádio em 1965, com o programa "Clube do Reggae", de J. Kerly, mas o primeiro programa voltado totalmente para o ritmo foi o "Reggae Nigth" do radialista Ademar Danilo, em 1985.



Clube Beiradão, no bairro da Liberdade

Jorrimar de Sousa

Raízes históricas – Para o antropólogo e professor universitário Carlos Benedito da Silva, que pesquisa o *reggae*, enquanto movimento social em São Luís, há cinco anos, e está desenvolvendo tese de mestrado sobre o tema na Unicamp, a música é “um movimento que vem de fora como vinha o *black-soul* dos Estados Unidos, junto aos negros de São Paulo e que não teve influência como o *reggae*”.

Essa influência pode ser explicada pela identificação musical com os ritmos locais, oriunda de uma relação histórica muito próxima, quando alguns grupos de escravos africanos, como os da Costa do Ouro, vieram para o Maranhão e foram também para a Jamaica, preservando as raízes culturais.

A origem do ritmo também está ligada aos tambores africanos, através da “burra”, um ritmo levado pelos escravos para a Jamaica e que tem três tambores tocados no estilo do tambor de crioula maranhense.

Movimento social – O *reggae* criou um caminho em São Luís e tem diferenças básicas com o *reggae* jamaicano. Aqui, o regueiro prefere o “roots” ou *reggae* de raízes, produzido intensamente nas décadas de 60 e 70 e que divulgava a religião rastafari, de contestação ao regime capitalista da Jamaica. Hoje, o ritmo jamaicano evoluiu para o “dance hall”, perdendo quase que totalmente a ligação com a religião.

Apesar do regueiro não estar ligado à questão político-religiosa e sim ao ritmo, Carlos Benedito acredita que a música se tornou, em São Luís, “um movimento político, ainda que não se torne um movimento de contestação, porque mobiliza uma população com uma característica específica que é ser negra, de baixa renda e de periferia”.

Para Belford, um regueiro de 23 anos, o *reggae* significa “paz, liberdade, tanto aqui como na Jamaica, pois o preconceito racial em nosso país é muito grande.

“É envolvente, mexe comigo. Traz uma mensagem de paz, pois é uma forma de protestar contra o racismo, o preconceito”, diz Kelly Regina, de 19 anos. Quando lhe pergunto como é que ela entende essa mensagem, se não entende a letra da música, em inglês e outros idiomas africanos, ela responde: “A melodia passa paz”.

Dança inovadora –

São Luís é o único lugar onde o *reggae* é dançado juntinho, aos pares e em grupos. Na Jamaica, é dançado só, mas aqui o regueiro, se não tem companhia, procura logo inventar passos que possam ser dançados em grupo.

Ir bem vestido para o salão e ser um bom dançarino é uma questão de orgulho para o regueiro. E no *reggae*, quem dança bem é o homem. A mulher pode até saber dançar bem, mas seu papel é acompanhar o homem.

A população regueira é jovem, numa faixa etária que varia dos 15 aos 30 anos, na maioria trabalhadores braçais, empregadas domésticas, lavadores de carros, comerciários e funcionários públicos, que vêm no ritmo a grande opção de lazer – o regueiro passa a semana se preparando e economizando, para poder frequentar os salões.

Rejeição ao *reggae* nacional –

Nas festas só toca *reggae* jamaicano ou africano, ninguém quer saber do nacional. A música tem que ter a batida do *reggae* jamaicano – que é único – e que nem os ingleses, que produziram *reggae* há mais tempo conseguiram imitar. Como diz Ademar Danilo, “o *reggae* nacional ainda não encontrou o ritmo do tum-tum/tum-tum do contrabaixo, como na música jamaicana”.

Para a cantora Angela Gullar, que recentemente fez o show “Regando Blues”, no projeto “Segunda de Arte”, o gosto pelo *reggae* de raízes, mais antigo, “é um radicalismo e por isso não se curte o *reggae* cantado em português.

Disputa pelos discos – A paixão pelo ritmo jamaicano é tão forte que a maioria dos discos que circulam por aqui é importada diretamente da Jamaica, muitos inéditos no país.

Esse gosto pelo som importado cria um disputa acirrada entre os donos de radiola, DJ’s e radialistas pela exclusividade dos discos. Os artifícios usados para manter essa exclusividade são muitos: não emprestam discos, não gravam, raspam as etiquetas para não haver identificação, etc.

O dono da radiola “Musical Itamaraty”, Pinto, garante que é o primeiro a lançar músicas inéditas e que chega a

pagar até 150 mil cruzeiros por um disco que, ao deixar de ser exclusivo, perde 80% de seu valor.

A “Musical Itamaraty” tem uma potência de três mil watts e uma coleção de 300 discos e é a preferida dos regueiros. O dono atribui a preferência ao desempenho dos DJ’s Carlinhos Tijolada e Wellington e à seleção das músicas.

Elitização e preconceito –

Com o *reggae* tocando nas FM, a classe média começou a frequentar, nos últimos três anos, os salões, a partir do clube Espaço Aberto. No início, os regueiros se afastaram e o dono do clube foi contestado por estar elitizando o Espaço, o que levaria ao aumento do preço, que o regueiro não poderia pagar.

No começo do ano, surgiu a “Cooperativa do Reggae”, no centro histórico da cidade, que se tornou mais um espaço de dança para a classe média.

“Esse contato com a classe média contribui para diminuir o preconceito. Pelo menos a polícia não vai mais dar batida nos salões. Em 89, cerca de 100 policiais invadiram o Espaço Aberto e prenderam várias pessoas.

Para Ademar Danilo, existe um preconceito social, por causa da pobreza, e não racial. O antropólogo Carlos Benedito discorda: “Não consigo fazer essa separação, consequência de um processo de marginalização do negro. Não é mera coincidência ser negro e pobre. Os fenômenos de repressão que sempre existiram contra o lazer da população negra têm de ser entendidos a partir desse processo.”

O termo *reggae* não tem tradução, nem precisa, pelo menos em São Luís. O ritmo aportou na ilha e surpreende seus próprios astros, como Jimmy Cliff, que comparou sua chegada a São Luís apenas às turnês que faz pela África, e Gregory Isaacs, que deixou de lado o *Dance Hall* para cantar as velhas músicas do seu repertório “roots” e agradar os regueiros da ilha. Admirado, batizou São Luís como a “capital do *reggae* no Brasil”.



O presidente da Costa Rica, Rafael Calderón, analisa os primeiros meses de sua gestão e as iniciativas de integração regional

Um balanço positivo

Sucessor do ex-prêmio Nobel da Paz, Oscar Arias, na presidência da Costa Rica, Rafael Calderón assumiu um governo que, segundo a opinião de observadores políticos locais, estava mais preocupado com a imagem internacional do que voltado para a solução dos problemas internos.

Rafael Calderón respondeu com exclusividade para cadernos do terceiro mundo perguntas sobre as principais linhas econômicas do seu governo e suas expectativas em relação às iniciativas de integração regional.

■ **O sr. afirmou, ao assumir o cargo, que recebia um país de cofres vazios. Como evoluiu essa situação?**

— Na verdade, quando assumi o poder, em maio de 1990, o país não havia cumprido um convênio com o Fundo Monetário Internacional e, além do que tudo isso significa, não chegaram 120 milhões de dólares do Banco Mundial, sob a forma de um empréstimo para ajuste estrutural.

O elevado déficit fiscal de 1989, que foi a causa do rompimento com o FMI, se traduziu em um grande déficit da balança comercial a princípios de 1990. Por isso, minha administração teve que buscar rapidamente 250 milhões de dólares para pagar a recompra de parte da dívida externa comercial do país, também em maio de 1990. O déficit do setor público previsto para o fim daquele ano ultrapassava 7,1% do Produto Interno Bruto (PIB).

■ **No começo do seu mandato, esse déficit público era calculado em cerca de 300 milhões de dólares. De que forma seu governo enfrenta esse problema?**

— No início do meu mandato, o déficit público previsto chegou a 350 milhões de dólares, ou, como já disse, 7,1% do PIB. Adotamos um programa para reduzi-lo a um nível próximo a 0,5% até fins deste ano, que mistura a redução e racionalização de gastos, por um lado, e obtenção de dinheiro novo, por outro.

■ **Em que estágio se encontram as negociações da dívida externa da Costa Rica?**

— Nossa dívida com entidades multilaterais está em dia. Uma grande parcela da dívida com os bancos comerciais foi recomprada no ano passado e a dívida bilateral esperamos renegociá-la com o Clube de Paris, até o final do ano.

■ **Seu partido, o Partido Unidade Social Cristã, tem maioria simples no Parlamento. De que maneira isto incide nas negociações com outras forças políticas, especialmente com o Partido Libertação Nacional, do ex-presidente Oscar Arias?**

— A relação que temos mantido com o Poder Legislativo tem se caracterizado por um grande patriotismo. Tanto a Unidade Social Cristã, o Partido Libertação Nacional, como deputados de grupos minoritários têm atuado com responsabilidade e têm compreendido o esforço que o governo está realizando para sanear a economia do país e desenvolver uma obra social que dê atenção aos problemas dos setores mais carentes da população.

■ **Qual é sua opinião sobre a proposta feita pelo presidente dos Estados Unidos, George Bush, conhecida como "Iniciativa para as Américas"?**

— A Iniciativa para as Américas representa a oportunidade para a América Latina de encaminhar suas relações econômicas com seu principal sócio comercial, Estados Unidos, de uma nova maneira.

Em primeiro lugar, reconhece a importância e a necessidade de contribuir à solução do problema da dívida externa da região, propondo um mecanismo que colabora para a proteção do meio ambiente, tema também de grande relevância na área.

Por outro lado, reflete a importância que todos damos ao investimento, como fonte para a obtenção de recursos que contribuam para o desenvolvimento de nossos países.

Finalmente, propõe a criação de uma zona de livre comércio hemisférica e, a curto prazo, de zonas de livre comércio bilaterais, que sem dúvida se converterão no motor do desenvolvimento econômico da América Latina.

■ **E sobre a chamada Iniciativa do Caribe?**

— A Iniciativa para a Bacia do Caribe tem desempenhado um papel importante para alguns países da região, entre os quais se destaca a Costa Rica. De fato, esta iniciativa constituiu, no âmbito externo, um complemento necessário às medidas que se adotaram internamente, para modificar nosso esquema de desenvolvimento.

Dessa forma, enquanto a Costa Rica optou por abrir sua economia, inserir-se nos mercados internacionais e promover suas exportações não-tradicionais, a Iniciativa lhe ofereceu a possibilidade de obter acesso ao grande mercado dos Estados Unidos.

Foi assim que conseguimos aumentar e diversificar nossas exportações, tanto como nossos mercados de destino. Não obstante, a Iniciativa para a Bacia do Caribe contém algumas limitações importantes que, hoje em dia, consideramos necessário superar.

Por exemplo, exclui de sua aplicação alguns produtos, nos quais Costa Rica tem demonstrado possuir um dinamismo notável, como o setor têxtil. Além disso, oferece privilégios apenas no campo dos impostos alfandegários, quando as principais barreiras que enfrenta o comércio hoje em dia estão no âmbito não-alfandegário.

Finalmente, é uma concessão unilateral, o que, se por um lado significa que não tivemos que dar nada em troca para receber seus benefícios, por outro implica a possibilidade unilateral de modificação, reforma e inclusive eliminação.

Portanto, a Costa Rica, ainda que tenha sido beneficiada pela Iniciativa da Bacia do Caribe, considera que chegou o momento de superá-la e

concentrar-nos na Iniciativa para as Américas.

■ **O mercado comum que estão formando Estados Unidos, Canadá e México (Eucamex) deverá ter uma forte influência entre os países latino-americanos. De que forma afetará a Costa Rica?**

— A formação da Zona Norte-Americana de Livre Comércio provavelmente servirá para analisar as possíveis vantagens ou desvantagens que a criação de um bloco de comércio pode trazer para terceiros países, que não fazem parte do processo de integração.

Os economistas têm desenvolvido uma tese que fala da "criação e desvio" de comércio. Assim, na medida em que a liberalização do comércio entre os países integrantes do bloco regional não implique a construção de uma fortaleza a sua volta, que impeça o acesso de terceiros países — tanto

os que integram o bloco quanto outros — eles se verão beneficiados.

Ao contrário, se se utiliza a criação de uma zona de livre comércio para bloquear a entrada de exportações de fora da zona — obrigando, desse modo, o consumidor a adquirir o produto de um dos países integrantes da mesma, sem importar seu preço ou qualidade — haverá, muito provavelmente, um desvio do comércio e os terceiros países

se verão altamente prejudicados.

Toda tentativa de liberalização a nível regional e sub-regional no contexto americano nos enche de otimismo. Daí, então, que apoiemos este processo e lhe desejamos o maior sucesso. Queríamos aproveitar essa oportunidade para que os países da América Central possam se converter em fornecedores do mercado mexicano e, através dele, aos mercados dos Estados Unidos e Canadá.

O acordo de livre comércio entre México, EUA e Canadá não nos é indiferente. Nos preocupa, mas também nos deixa com uma série de esperanças. Só o tempo dirá de que forma nos afetará.



O governo da Costa Rica optou por abrir sua economia

Aldo Gamboa e Marcelo Montenegro

A voz dos municípios



Da esquerda para direita: os prefeitos Marcello Alencar, Carlos Grosso, Tabaré Vázquez, Olívio Dutra e Carlos Filizzola

A decisão de formar o Mercosul é irreversível. Com esta convicção, os governos municipais decidem reivindicar um espaço próprio

Beatriz Bissio

É melhor acender uma vela que reclamar do escuro. Este velho provérbio chinês parece ter inspirado os prefeitos de Assunção, Buenos Aires, Montevideú, Rio de Janeiro e Porto Alegre, que se reuniram na capital uruguaia nos dias 19 e 20 de agosto passado para analisar "o papel dos municípios na integração regional". Esse foi o tema do Seminário promovido pela prefeitura de Montevideú, com o patrocínio da União de Cidades Capitais Ibero-americanas (UCCI), que realizou simultaneamente a II Reunião de seu Comitê Executivo Regional, nessa cidade.

O prefeito Tabaré Vázquez (na qualidade de anfitrião), Carlos Filizzola (Assunção), Carlos Grosso (Buenos Aires), Marcello Alencar (Rio de Janeiro)

e Olívio Dutra (Porto Alegre), junto ao diretor geral da prefeitura de Santiago do Chile, Carlos Varas González, e do assessor de Assuntos Internacionais do Distrito Federal do México, Rafael Pérez Hertzog¹, com suas respectivas delegações de assessores, debateram temas como "Integração e governo municipal", "Integração e população", "Integração e intercâmbio tecnológico", "Integração e identidades culturais", "Integração e gestão funcional" e "Integração, direitos humanos e meio ambiente."

As sessões compreenderam reuniões dos prefeitos e grupos de trabalho para intercambiar as experiências de seus colaboradores. Além dos frutos concretos dessas intensas jornadas de trabalho coletivo – reunidos em documentos e relatórios sobre as diferentes

áreas temáticas –, o seminário de Montevideú permitiu aprofundar o conhecimento pessoal entre os prefeitos, sem dúvida um fator decisivo para o êxito e a continuidade de todo o projeto conjunto que se pretenda implementar.

Esse contato pessoal ratificou o que se podia prever, dadas suas respectivas origens políticas: em todos os temas tratados, os prefeitos manifestaram uma identidade profunda de convicções e pontos de vista, que pode facilitar substancialmente a meta comum de incentivar o papel dos municípios do Cone Sul na integração regional. É significativo que, na maioria dos casos, os partidos políticos aos quais pertencem os prefeitos (com a única exceção de Buenos Aires) não são os que controlam os governos federais. E não só isso: estão à esquerda do Poder Executivo.

No caso de Montevideu, o médico Tabaré Vázquez pertence à coalizão de esquerda Frente Ampla, enquanto a presidência está nas mãos de Luis Alberto Lacalle, do Partido Nacional. No caso de Assunção, o jovem médico Carlos Filizzola (32 anos) foi eleito há três meses prefeito da capital paraguaia pela coligação "Assunção para Todos", apoiada pelos sindicatos e pelas forças progressistas de oposição ao governo do general Andrés Rodríguez, do Partido Colorado, e, de alguma forma, sucessor do general Alfredo Stroessner. No caso do Brasil, o prefeito Marcello Alencar pertence ao Partido Democrático Trabalhista (PDT) e Olívio Dutra ao Partido dos Trabalhadores (PT).

Processo de integração - No entanto, o espírito que levou os prefeitos a reunirem-se em Montevideu não foi criticar seus governos por terem impulsionado o Mercosul sem tê-los escutado. Ainda que possam existir certas restrições ao enunciado dos acordos que

criam o mercado comum regional, os dirigentes municipais entendem que o processo de integração "é irreversível", como dizem na declaração que assinaram ao final dos trabalhos.

O que buscam é democratizar ao máximo a integração firmada por seus governos, incentivando a descentralização administrativa e a participação dos cidadãos nesse processo. Para isso, entre outras propostas, assumem o compromisso de implementar políticas municipais que "contribuam para fortalecer os processos de integração".

Na verdade, a tese não é nova, nem se trata de uma reivindicação com conotações ideológicas, como têm deixado



Um novo padrão ético

O prefeito do Rio de Janeiro, Marcello Alencar (PDT), em conversa com **cadernos do terceiro mundo**, manifestou sua satisfação pelo alto nível de acordo que havia constatado em relação às idéias e metas dos seus colegas do Mercosul: "O nível da reunião superou toda expectativa", assinalou. E acrescentou: "O mais importante do seminário é que mostrou que nossa linha de pensamento, nossa linguagem, é a mesma. As preocupações que aqui foram colocadas, por cada um dos prefeitos, tinham uma extraordinária unidade. Todos nós estamos convencidos da necessidade de um processo de descentralização. Todos vemos o mesmo fenômeno de afirmação local. É a primeira vez que os municípios se integram - em sua condição de representantes do poder local - à tomada de decisões do mais alto nível regional, como é em relação ao tema do Mercosul. Estamos convencidos de que temos um lugar na integração. Com um seminário como este estamos demonstrando que temos um papel a cumprir e que conquistamos um espaço que já estava reservado para nós há muito tempo, por sermos o que temos a representação mais direta do povo. Isso nos autoriza a reivindicar os espaços do poder local na integração".

Em relação a este aspecto, Marcello Alencar ressaltou algumas das condições que considera essenciais para o êxito do Mercosul: "A integração exige um novo padrão ético em nossas relações. Exige que não nos deixemos levar pelo impulso de tirar vantagem para nosso país ou para nossos projetos, mas que demos prioridade às metas comuns. Integração é também um esforço de racionalização. É comunhão de esforços, é juntar os recursos humanos mais apropriados em nossas respectivas comunidades. É dar, também, para poder receber".

claro os processos de integração que se levaram a cabo em outras partes do mundo, em especial na Europa, onde em 1992 se completará a unificação, depois da bem-sucedida experiência de integração a nível econômico. "Cidades como Zurique, Milão, Madri, Paris e Barcelona, entre outras, desempenharam um papel decisivo na integração européia, dando uma continuidade cotidiana às decisões que foram transformando a economia regional", recorda Raquel Kisser de Olmos, subsecretária de Produção da Secretaria de Planejamento da Prefeitura de Buenos Aires.

Essa também é a tese defendida pelo prefeito Tabaré Vázquez, cuja gestão tem se caracterizado por uma política de descentralização administrativa que não está sendo muito bem-recebida por seus adversários. "Não pretendemos só fazer diagnósticos, mas estabelecer linhas de ação comuns que permitam otimizar o processo integrador a partir do desenvolvimento harmônico de nossos países, sobre bases democráticas", disse.

Para o prefeito de Montevideu, "os municípios são, ao mesmo tempo, escolas de democracia e agentes de desenvolvimento local. A descentralização deve servir para incentivar a participação política e social e para inovar tanto em matéria de procedimentos como de conteúdo". Em relação ao Mercosul e seu papel nesse processo, afirma: "O Mercosul supõe um enorme desafio que só poderemos superar se formos capazes de elaborar respostas concretas e de coordenar esforços que - respeitando as especificidades de cada país e de cada município - nos permitam converter esta oportunidade de integração regional no começo irreversível de uma experiência que fortaleça nossos respectivos países e a pátria latino-americana como um todo".

Por iniciativa do prefeito de Montevideu, foram convidados para o seminário os responsáveis pelos governos municipais de todas as cidades do Uruguai. Nenhum deles pertence à Frente Ampla, mas vários compareceram à capital uruguaia para trocar experiências com seus colegas do Mercosul. Como assinalou Nin Novoa, do Movimento de Rocha (Partido Nacional), que falou na cerimônia de abertura representando todos eles, foi a primeira vez que os prefeitos do interior do país foram convocados a se pronunciar sobre o processo de integração.

Exercer a cidadania

Na opinião do prefeito de Porto Alegre, Olívio Dutra, do Partido dos Trabalhadores, "a integração entre nossos povos não pode ser encarada só em um plano tão importante quanto o econômico, mas deve ser mais ampla e profunda, envolvendo laços culturais e sociais".

Para isso, Dutra entende que se deve refletir sobre a necessidade de "fecundar o trabalho do Estado com a ação consciente e solidária dos cidadãos". E essa participação exige canais novos e diversificados, para que o cidadão, organizado em suas comunidades, "exerça diariamente sua cidadania, participe da construção desse futuro comum".

"Não queremos a estatização da sociedade, nem tampouco a privatização do Estado. Por isso, temos o desafio de criar em nossas cidades canais novos de participação do cidadão", assinalou Olívio Dutra.

Com essa preocupação, reivindicou a aproximação de novos protagonistas ao Mercosul: "Não só o Estado e os empresários devem participar das tarefas da integração. Também devem fazê-lo os trabalhadores do campo e das cidades, e os pequenos e médios empresários. Para que a integração os ajude a melhorar sua vida, em vez de prejudicá-los. Dessa forma sim, construiremos os pilares da integração verdadeira".



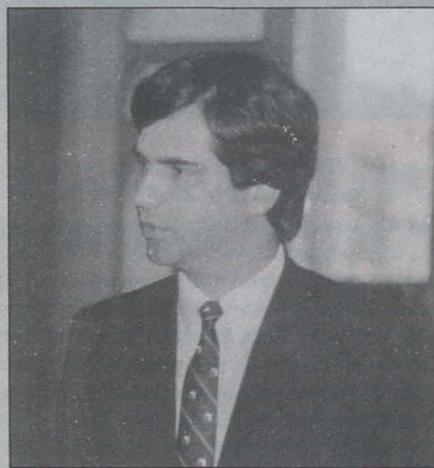
Superar o isolamento

De todos os países do Mercosul o último que recuperou sua democracia, depois da longa ditadura do general Alfredo Stroessner, foi o Paraguai. O processo de consolidação democrática se acelerou com a realização das eleições municipais, em 26 de maio deste ano, e deve terminar com a redação de uma nova Constituição, nos próximos meses.

Nessas eleições, de forma surpreendente, ganhou na capital uma coalizão de forças populares, chamada "Assunção para todos", que lançou como candidato a prefeito o médico Carlos Filizzola (32 anos), cuja plataforma defendia a necessidade de governar com ampla participação política.

Consultado por *cadernos do terceiro mundo* sobre a importância que dá ao Mercosul, Filizzola respondeu: "Acreditamos que a integração é fundamental para o Paraguai, assim como para os outros países do mercado comum. O Paraguai tem sido um país muito isolado, e Assunção também. Evidentemente, nosso país não pode seguir esse caminho. Já às portas do século XXI, o Paraguai deve fortalecer cada dia mais sua participação no processo de integração da América Latina e concretamente no Mercosul".

Para Filizzola, "a integração deve ir se ampliando, não só do ponto de vista econômico, mas a nível político, tecnológico e cultural".



Perder mediocridade, ganhar qualidade – Por sua vez, o prefeito de Buenos Aires, Carlos Grosso – secretário executivo do Partido Justicialista (Peronista), do presidente Carlos Menem, e que em dezembro passará a ocupar a presidência dessa agremiação política – assinalou a necessidade de todos os países cederem em alguma coisa, em prol do futuro comum mais próspero que auspicia a integração, se o processo for conduzido de forma democrática.

"A integração – afirmou Grosso – vai fazer com que cada um de nós perca alguma coisa. Mas vai nos dar algo: vai nos dar dimensão, horizonte, racionalidade, qualidade. Temos que ser corajosos para assumir a descentralização. Para saber que o governo não se torna mais forte quanto mais complexo for o seu organograma, mas quando se acumulam mais informação, planejamento estratégico e controle de gestão."

Grosso acrescentou, referindo-se ao papel específico dos governos locais: "Nestes tempos de integração, os governos federais serão os administradores dos interesses comuns da região e os municípios serão os executores das medidas diárias adotadas pelas comunidades específicas".

Para o prefeito de Assunção, Carlos Filizzola, o Paraguai necessita da integração para recuperar parte do tempo perdido com os longos tempos da ditadura, quando o país ficou isolado de seus vizinhos e do mundo. "Queremos pedir aos países que nos acompanham no Mercosul, e em particular aos prefeitos das cidades aqui representadas, que nos ajudem na nossa gestão, que nos permitam ter acesso aos conhecimentos e experiências de cidades que desfrutaram no passado de liberdade e prosperidade, e que deram a seus habitantes oportunidades que não tivemos nas últimas décadas no Paraguai", afirmou.

Dar continuidade aos acordos – Ao final do encontro de Montevideu se combinou a realização de uma nova reunião antes do final deste ano, no Rio de Janeiro, para dar continuidade à iniciativa lançada em Montevideu. Além disso, se resolveu convocar para março de 1992, em Santiago do Chile, uma reunião latino-americana, a nível de municípios, preparatória para a Conferência da ONU sobre Meio Ambiente e

Desenvolvimento, que acontecerá no Rio em junho desse mesmo ano. A idéia é fazer chegar à ONU e a todos os municípios representados nesse evento, as reivindicações comuns dos municípios do Cone Sul em relação à temática ambiental regional. Também se decidiu promover de 6 a 9 de maio o II Seminário Latino-Americano de Órgãos Municipais de Turismo, na cidade de Montevideú.



Os prefeitos defenderam em Montevideú a democratização da integração

A prefeita de São Paulo, Luiza Erundina, estava convidada mas não pôde comparecer à reunião

Descentralizar os cofres

O prefeito de Buenos Aires, Carlos Alfredo Grosso, secretário geral do Partido Justicialista, cuja presidência assumirá em dezembro, teve uma ativa participação no seminário de Montevideú e manifestou seu otimismo em relação ao papel dos municípios no Mercosul.

Em conversa com **cadernos do terceiro mundo**, Grosso fez uma avaliação dos resultados obtidos até o momento:

"Devido ao processo gerado em torno do Mercosul, nos pareceu muito importante que Montevideú fosse escolhida a sede para uma reunião sobre a integração. Já há iniciativas práticas muito importantes. Por exemplo, o Comitê de Pequenas e Médias Empresas (Pyme, ver artigo nesta mesma seção) vai aprofundar sua tarefa. É um âmbito muito apropriado para o intercâmbio de experiências empresariais, a realização de rodadas de negociações, *joint-ventures*, etc."

"Segundo, criamos aqui

um Comitê de Integração do Turismo Regional, cuja sede será em Montevideú. Entendemos que não podemos estar separados e descoordenados neste aspecto. Terceiro: demos todo apoio à cidade do Rio de Janeiro em sua condição de sede da grande conferência do próximo ano, organizada pela ONU, com o tema de Meio Ambiente e Desenvolvimento. Esse evento e o Quinto Centenário do Descobrimento da América vão marcar o próximo ano. Finalmente, ratificamos o apoio para um programa em

Santiago do Chile, como eixo cultural para o ano de 93, que começaremos a coordenar em 92. E decidimos que todos esses programas que vão se realizar em Santiago também poderão ser vistos, posteriormente, em Buenos Aires, em Montevideú, no Rio de Janeiro etc., barateando inclusive os custos dos convites às delegações estrangeiras".

Mas para Carlos Grosso *integração* pressupõe *participação*. "Até há pouco tempo, a palavra participação era uma palavra perigosa. Não só para as di-

taduras, mas também para os métodos políticos e as concepções de outros tempos. Falar de participação era introduzir um perigoso elemento de anarquia social. Mas para que haja justiça e liberdade não bastam as representações das elites, faz falta estender, ampliar os sistemas de participação à população. É tempo de deixar claro o que se quer com a integração, porque hoje, que os tempos mandam que nos integremos, surgem pequenos interesses do *status-quo*. Agora que a integração não é mais retórica, agora que passou a fazer parte da nossa realidade, da cultura, do comércio, da organização política, temos que pensar na descentralização. Descentralização dos recursos, dos impostos. Porque a dos diagnósticos, da vontade de fazer, já temos. O que se necessita é descentralizar jurisdições e recursos materiais. Tudo mais não passa de uma nova retórica", conclui.



Para Carlos Grosso, integração pressupõe participação

A força dos pequenos

A União de Cidades Capitais Ibero-Americanas (UCCI) reúne as principais cidades – não só as capitais nacionais – do âmbito da Ibero-América. No desenvolvimento da UCCI foram se constituindo Comitês de Trabalho de caráter específico, para ajudar os prefeitos dessas cidades a promover tarefas comuns. E os prefeitos da área do Mercosul começaram a trabalhar como um comitê sub-regional da UCCI, a fim de definir seu próprio papel no processo de integração impulsionado por seus respectivos governos.

Dadas as características das administrações municipais, e ante a atual conjuntura econômica que faz das cidades latino-americanas centros com graves problemas sociais derivados do desemprego e subemprego, rapidamente a UCCI constatou que uma das áreas em que devia atuar era a dos micro, pequenos e médios empresários. Esses pequenos empreendimentos têm a vantagem de ser atividades que utilizam mão-de-obra intensiva e requerem relativamente baixo investimento de capital.

Com base nesta constatação, na reunião de Nova Iorque do ano passado se decidiu constituir o Comitê da Pequena e Média Empresa (Pyme) da UCCI. O Comitê foi fundado em outubro de 1990 em uma reunião celebrada em Buenos Aires, cidade que assumiu a presidência do Pyme.

“Assim como os Estados nacionais fixam as linhas de trabalho de caráter *macro* –

Promover as atividades dos microempresários é uma meta do poder municipal



Os pequenos e médios empresários estão se preparando para a futura integração das economias dos países do Mercosul

isto é, os atores econômicos de cada um dos países que devem atuar no processo de integração regional – a nossa idéia é definir o papel que cabe às cidades do Mercosul no processo em curso. Quer dizer, reproduzir na Ibero-América o que foi a participação das grandes cidades da Europa no processo de integração da Comunidade Econômica Européia (CEE)”, afirma Raquel Kismer de Olmos, subsecretária de Produção da Secretaria de Planejamento da Prefeitura de Buenos Aires, que tem sob sua responsabilidade a coordenação do Pyme.

Em abril deste ano, o Comitê Pyme realizou uma segunda reunião, em São

Paulo. “A essa altura, a partir da experiência de Buenos Aires, a prefeitura de Santiago do Chile já havia criado uma área de trabalho junto à pequena e média empresa”.

Em São Paulo, se decidiu fortalecer institucionalmente o Pyme. Com esse objetivo, se propôs promover a maior participação dos pequenos e médios empresários. Por sua vez, os governos municipais se comprometeram a trabalhar em conjunto, com o objetivo de oferecer a esses empresários informações atualizadas sobre oportunidades de exportação, estudos de mercado, normas de comércio exterior, relação de mercadorias negociadas no contexto da Ala-

di (e do Mercosul), eventos promocionais (como feiras e exposições), etc. A organização dessa espécie de “banco de dados regional” já está em andamento.

Mas, os membros das assessorias econômicas dos prefeitos chegaram à conclusão de que não bastava só dar informação aos empresários, mas que era preciso os municípios irem mais além, promovendo o acesso a financiamento de projetos comuns. “Na reunião de São Paulo, se constatou que para poder colocar todos os micro, pequenos e médios empresários no mesmo plano, seria necessário que o equipamento usado por todos eles fosse compatível. Para isso, era necessário inicialmente formular um documento com um projeto que definisse o que se pretende e que pudesse ser tramitado em algum organismo financeiro internacional”, afirma Raquel Kismer.

Os próximos passos serão, além do estudo do documento citado, a realização de uma reunião em dezembro deste ano, também em Buenos Aires, com ampla participação dos empresários. No seminário de Montevideu se decidiu convidar, em particular, os pequenos e médios empresários das seguintes áreas: confecções e moda; software e temas vinculados à informática; couro; jóias e bijuterias, além de microempresários das mais variadas atividades. “Esses setores são os que se sentem mais desprotegidos e ameaçados ante a perspectiva do mercado comum”, explica.

Um navio à deriva

O governo de Guillermo Endara, imposto pelas tropas norte-americanas, enfrenta seu momento mais crítico, com minoria no Congresso, acusações de corrupção e resistência popular

Aldo Gamboa



Nos últimos anos, os protestos de rua se tornaram uma constante no Panamá

Nos dias 4 e 5 de dezembro de 1990, as tropas norte-americanas voltaram a invadir o Panamá. Desta vez, os soldados não chegaram para empregar um novo presidente, mas para impedir que caísse o homem que tinham colocado no poder um ano antes: Guillermo Endara.

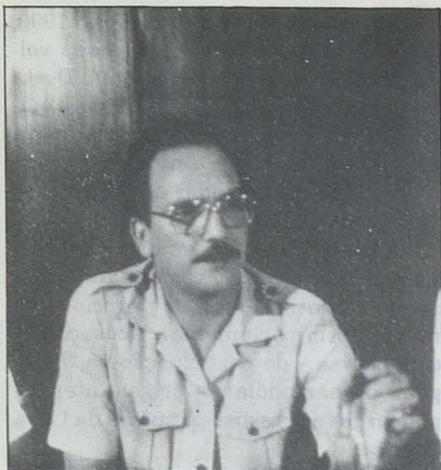
A partir daí, a crise no governo panamenho só tem aumentado, pondo em xeque a continuidade do próprio regime: minoria parlamentar, acusações – com provas – de participação na “lavagem” de narcodólares, brigas internas por cargos e pressões por parte da Casa Branca.

Sobre a crise panamenha, **cadernos do terceiro mundo** conversou com Nils Castro, jornalista e escritor, dirigente do Partido Revolucionário Democrático (PRD), agrupação no poder à época da invasão norte-americana de dezembro de 1989. Castro e outros dirigentes *torrijistas*¹ estão exilados no México, de onde articulam a oposição política ao regime de Guillermo Endara.

Na avaliação de Nils Castro, o projeto dos Estados Unidos fracassou antes de completar dois anos, em parte pela incapacidade de Endara de fazer do Panamá um país *governável* e também pela decisão do movimento popular de enfrentar o atual governo, exigindo a realização de eleições gerais sem intervenção estrangeira.

O problema econômico – Paradoxalmente, a crise econômica que afeta o Panamá é fruto das posições que Washington vem adotando frente ao atual governo panamenho. Desde que foi colocado no poder, Endara não conseguiu atingir as metas exigidas pelos Estados Unidos no plano político, o que levou o Congresso norte-americano a diminuir drasticamente a ajuda financeira prometida.

O Congresso dos Estados Unidos aprovou, em meados deste ano, um programa de ajuda econômica ao Panamá, no valor de 420 milhões de dólares. Mas menos da metade deste empréstimo era em dinheiro, sendo o restante para amortizar o serviço da dívida e créditos para compras do governo panamenho no mercado norte-americano. “Com esses 40% em dinheiro, Endara não resolve os problemas da dívida externa panamenha com os próprios bancos norte-americanos e termina pagando suas obrigações com a receita que o Es-



Nils: "É preciso convocar eleições gerais"
tado consegue levantar", assinala o jornalista.

À difícil conjuntura econômica, se somam múltiplas acusações de cumplicidade na "lavagem" de dólares provenientes do tráfico de drogas. Presidente de uma firma de assessoria e serviços legais, Endara representa no Panamá mais de 140 empresas. Uma investigação realizada pela própria Drug Enforcement Administration (DEA) — órgão de repressão ao tráfico de drogas nos Estados Unidos — comprovou que pelo menos seis das empresas representadas pelo escritório do presidente panamenho têm como principal atividade a "lavagem" de dólares provenientes do narcotráfico.

Essas seis empresas trabalham para uma só quadrilha com sede em Miami. Mas, não é a primeira vez que o nome do presidente aparece vinculado a negócios escusos; há pouco tempo teve que dar explicações, quando se descobriu que era um dos donos de um banco no Panamá que "lavava" os dólares do Cartel de Cáli.

"Essa participação de Endara em negócios ilegais, alguns totalmente comprovados, pode levá-lo, a qualquer momento, a responder a uma ação na justiça", afirma Nils Castro. O dirigente *torrijista* recorda que a própria imprensa norte-americana tornou público essas acusações, às

vezes acrescentando dados desconhecidos. Entre esses meios de comunicação, Nils Castro cita o jornal *US News and World Report*, que assinalou reiteradamente a ineficácia e incapacidade do governo de Endara, além de denunciar Guillermo Ford, vice-presidente panamenho, como envolvido na "lavagem" de narcodólares, através de empresas financeiras ligadas a ele. "Parece que inclusive nos Estados Unidos estão preparando a opinião pública para uma mudança no primeiro escalão do governo panamenho", sugere o dirigente.

O "sabadazo" — Em 27 de janeiro deste ano, houve eleições parciais no Panamá, para eleger nove deputados. O pleito foi convocado porque depois da invasão norte-americana vários deputados *torrijistas* foram presos ou mandados para o exílio. Apesar das circunstâncias em que foram realizadas as eleições, o PRD obteve seis das nove cadeiras que estavam em disputa.

A partir de então, as condições de atuação política do *torrijismo* são cada vez mais restritas. Atualmente, há cerca de 200 quadros e dirigentes médios do PRD presos. Outros 500 estão na clandestinidade e o governo está processando cerca de 30 mil membros do partido.

"As acusações são ridículas", disse Castro. "Há acusações que datam de 1962, de roubo de uma vaca, na província de Veraguas, por exemplo. Avisam você na quinta-feira, prendem na sexta-feira e na terça-feira o advogado solta depois de provar que você nunca esteve em Veraguas e muito menos que rou-

bou uma vaca. Mas, após 15 dias, o caso é que em 1974 você não pagou uma conta, e começa tudo de novo. O objetivo é molestar, estar sempre presente como elemento repressor. Chamam de *sabadazo*, quer dizer, passar preso um fim de semana de cada quatro".

Brigas no poder — A complexa conjuntura política criada pela vitória do PRD nas eleições parciais levou Endara a expulsar da coalizão do governo o Partido Democrático Cristão (PDC). Em vez de resolver os problemas, o conflito se tornou ainda mais profundo.

Nils Castro explica que "o PDC é presidido pelo primeiro vice-presidente do regime, Ricardo Arias Calderón, que amparando-se — ou justificando-se — na ostensiva ineficácia e lentidão de Endara, vinha conspirando para derrubá-lo. Isso entrava em contradição com o projeto norte-americano, que previa a saída do PDC do governo para constituir-se na oposição formal que Endara necessita e reivindica".

Mas, Arias Calderón estava demasiado cômodo no seu cargo de primeiro vice-presidente e com as pastas de Governo e de Justiça, através das quais controlava a polícia, prisões, alguns meios de comunicação e os aparelhos repressivos das cidades. De fato, o PDC controlava quase 60% do governo, em particular a repressão física e ideológica. Deixar essa cota de poder para engrossar a oposição estava longe de ser um plano atraente. Além do mais, ao se transformar em oposição ao governo, o poder de decisão *dentro do PDC* passaria aos deputados e não aos ex-ministros como Calderón.

Naquele momento, Guillermo Endara também enfrentava problemas internos. Proveniente do Partido Panamenhista, uma antiga agrupação de direita — chamada popularmente *arnulfismo* por ter sido fundada e liderada pelo falecido presidente Arnulfo Arias —, devia reorganizar seu partido para obter alguma autonomia em relação a seus próprios vice-presidentes. "Os velhos



Desde a invasão dos EUA, milhares de pessoas estão sem casa

'coronéis' do *arnulfismo* reclamavam da grande cota de poder do PDC. Exigiram uma nova distribuição de cargos no aparelho burocrático, ameaçando desconhecer Endara como chefe do partido. Este expulsou o PDC para satisfazer os norte-americanos e poder repartir esses cargos públicos dentro de seu próprio partido", afirma Nils Castro.

A decisão de expulsar o PDC agravou a crise política do governo, porque esta agrupação tem maioria relativa no Congresso². Endara atendeu às exigências do seu partido, mas ficou sem maioria parlamentar e o governo perdeu seu componente mais orgânico.

O futuro possível – Na opinião do jornalista, o desgaste de Endara ocorreu mais rápido que previam os opositores mais otimistas, deixando, inclusive, o governo de Washington sem tempo de criar uma alternativa para substituí-lo. Isso explica por quê em dezembro de 1990 as tropas norte-americanas tiveram que sair às ruas para salvar Endara.

O projeto norte-americano de tirar o PDC do governo para transformá-lo em "oposição democrática" foi um fracasso, mas os Estados Unidos tampouco podem utilizar este partido para substituir o atual governo. O PDC teve a sua imagem seriamente abalada depois de sua passagem pela administração imposta pela invasão.

Outra alternativa planejada pela Casa Branca foi a criação de um Partido Social Democrata Panamenho; uma espécie de terceira força, alheia ao governo de Endara e ao *torrijismo*. A idéia era atrair a classe média e intelectuais ligados ao jornal *La Prensa*, para agrupar pessoas sem ligações com o governo anterior nem com o atual. Este projeto também fracassou.

O papel do torrijismo – O agravamento da crise econômica e a própria luta dentro do governo deixaram claro, na opinião de Nils Castro, que "o problema panamenho não é entre o movimento popular e a administração de Endara, mas entre este movimento – cuja expressão organizada é o *torrijismo* – e o governo de Washington".

O dirigente do PRD afirma que o movimento de resistência patriótica não pode derrubar o atual governo em

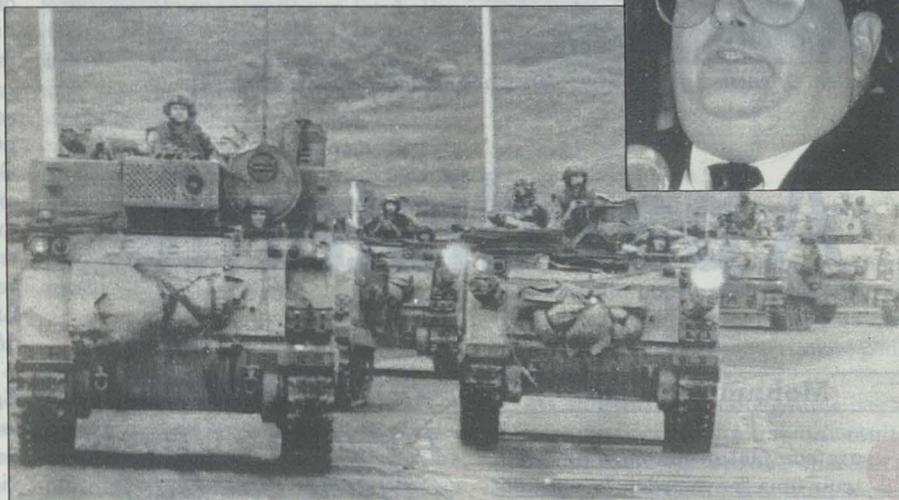
um confronto aberto com o exército dos Estados Unidos. No entanto, a administração imposta pela invasão não tem a menor condição de governar sem o apoio do *torrijismo*. Assim, os mecanismos para substituir o regime terão que passar pela negociação. "Temos demonstrado capacidade de tornar *ingovernável* o país. Não há fórmula possível de dar coerência à administração no Panamá, sem levar em consideração o *torrijismo*", afirma Castro.

Uma possibilidade que não agrada aos dirigentes do movimento popular é a

uma constituinte, para este ano ou o próximo.

A respeito, Nils Castro afirma que "a proposta de uma Constituinte está entre os desejos da oposição. Nós, como partido, acreditamos que uma Constituinte será necessária, antes ou depois das eleições, mas não admitimos que ela seja um argumento para prorrogar o governo de Endara".

No caso de uma convocatória a uma



A presença de tropas norte-americanas impediu a queda de Guillermo Endara (acima)

queda de Guillermo Endara antes de iniciadas as negociações sobre sua substituição. Nils Castro defende que, "se o governo entra em colapso agora, não haveria mecanismos de substituição democrática. E, nessa eventualidade, as possibilidades são o caos ou o agravamento da ocupação militar norte-americana no país".

Nessa conjuntura, o PRD afirma que não existe outra saída senão a convocação de eleições gerais e limpas para o final deste ano ou início do próximo, sem ocupação estrangeira e com iguais possibilidades para todos os partidos. Nils Castro acrescenta que seria de fundamental importância a participação latino-americana, através do apoio do Grupo do Rio, para garantir o transcurso normal das eleições. O escritor insiste em que as eleições deveriam ser gerais, pois a falta de legitimidade se estende também ao Poder Legislativo.

O presidente do PRD, Gerardo González, expressou recentemente que seu partido está disposto a aceitar qualquer tipo de pleito, sejam eleições gerais ou

Assembléia para redigir uma nova Constituição para o Panamá, Castro diz que o fundamental será restabelecer os mecanismos democráticos existentes na Carta Magna anterior à reforma de 1983. "A Constituição, esboçada pelo general Torrijos em 1972, estabelecia mecanismos de representação e participação popular, como a Assembléia Nacional de Representantes de Corregimientos (municípios), órgão eliminado em 1983. Quando exigimos a restauração das instituições democráticas no Panamá, e sua inclusão na futura Constituição, o fazemos pensando no espírito dessa assembléia popular", conclui o dirigente. ■

¹ *Torrijista* os que seguem o ideário do líder nacionalista Omar Torrijos, que governou o país de 1969 até a sua morte, em um acidente de avião não totalmente esclarecido, em julho de 1981.

² O PDC tem maioria relativa no Congresso embora com uma bancada superdimensionada. No pleito de 1989, mais de 50% das atas eleitorais se perderam sem deixar rastro. Logo depois da invasão norte-americana, as atas foram encontradas. Estavam em locais do PDC, que foi o partido que contou os votos. Uma tarefa para qual não aceitou ajuda nem de seus próprios aliados.



Jerusalém Oriental: o governo israelense não admite rever sua ocupação

A paz distante

Mohamed Salem

Para completar sua obra de construir uma “nova ordem” no planeta, os Estados Unidos entenderam que deviam se empenhar em acabar de pacificar o Oriente Médio. Resolvido (se é que se pode dizer assim) o problema da ocupação do Kuwait por Saddam Hussein, o presidente George Bush e seu fiel secretário de Estado James Baker estão agora buscando uma solução para o problema árabe-israelense.

As Nações Unidas tentam, há anos, sentar à mesa de negociações todos os protagonistas desse conflito, tão antigo quanto o tempo de vida que tem o Estado de Israel, criado pela mesma ONU em 1948. Numerosas resoluções foram aprovadas nesse sentido e muitas iniciativas foram propiciadas em diferentes níveis pela organização mundial. O objetivo sempre foi viabilizar uma conferência internacional de paz durante a qual pudesse surgir uma solução negociada para um problema que toda a comunidade internacional ajudou a criar – com a divisão da antiga Palestina – e, por essa razão, deveria também contribuir para superar.

Mas, quando as Nações Unidas reivindicaram o direito de copatrocinar a conferência de paz do Oriente Médio

A Conferência de Paz para o Oriente Médio que Bush e Gorbachev se comprometeram a convocar pode fracassar por um simples motivo: falta do quê negociar

que Bush e Gorbachev – em seu último encontro em Moscou – decidiram convocar, a resposta da Casa Branca foi um rotundo “não”. No máximo, a ONU teria direito a enviar um observador, obviamente sem voz e, muito menos, voto.

A atitude norte-americana pode parecer drástica, mas na realidade confirma o que muitos analistas vinham constatando: depois que os Estados Unidos utilizaram as Nações Unidas – com sua conivência – para dar legitimidade à intervenção militar no Golfo Pérsico, a organização internacional perdeu muito de sua credibilidade e autonomia. E a União Soviética, hoje, não

tem força para reverter essa situação.

A imprensa européia tem destacado como preocupante outra decisão da diplomacia norte-americana: ignorar seus aliados europeus da guerra do Golfo na hora de desatar o grande nó do Oriente Médio. França e Inglaterra, em especial, enquanto herdeiros dos despojos do Império Otomano, protestaram imediatamente. Potências coloniais na região, até poucas décadas atrás, eles deixaram marcas e simpatizantes.

Por isso, os governos de ambos os países se consideram, com razão, com credenciais suficientes para participar da complexa negociação entre árabes e israelenses.

O eixo do conflito entre árabes e israelenses são os territórios ocupados por Israel desde 1967, no contexto da Guerra dos Seis Dias. Após derrotar os exércitos árabes, as forças de Israel, armadas pelos norte-americanos, ocuparam a parte da antiga Palestina que tinha sido destinada pela ONU para a fundação do Estado Palestino (Cisjordânia e Gaza), as colinas sírias de Golá, a península do Sinai, pertencente ao Egito, e a parte oriental de Jerusalém (a ocidental já se encontrava em seu poder), para a qual as Nações Unidas haviam decretado um *status* especial, por sua condição de cidade santa para as três religiões monoteístas mais importantes: cristã, muçulmana e judaica.

Terra por paz – Desde então, só o Sinai foi devolvido aos egípcios, depois de firmado os Acordos de Camp David, em 1977, entre o primeiro-ministro israelense Menahem Begin e o presidente do Egito Anwar el Sadat.

Cabe assinalar que, em uma região que acaba de viver a guerra do Golfo em nome da necessidade de fazer respeitar a resolução das Nações Unidas exigindo a retirada das tropas iraquianas do Kuwait, Israel mantém sob ocupação e estado de emergência os territórios dos quais se apoderou em 1967. Isso, apesar do Conselho de Segurança da ONU, já em novembro de 1967, através da Resolução 242, ter exigido sua desocupação.

O Departamento de Estado e a Casa Branca sabem que é impossível escapar dessa negociação, se o empenho em prol da paz no Oriente Médio é verdadeiro. Por isso, o presidente Bush apresentou ao governo de Israel sua proposta de *terra por paz*. Talvez a Casa Branca não pretendesse recuperar “toda” a terra

árabe ocupada, dando margem a uma negociação que favorecesse seus aliados israelenses. Posteriormente, o presidente norte-americano endureceu a sua posição, ameaçando vetar no Congresso uma ajuda de 10 bilhões de dólares a Telavive, que oficialmente seria usada para assentar novos colonos.

Em suas múltiplas viagens pela região, James Baker sempre constatou que a condição *sine qua non* para a realização da tão esperada conferência de paz era a aceitação, por parte do governo de linha dura do Likud israelense, de negociar a devolução dos territórios árabes.

A ambiguidade de Israel – O governo de Telavive respondeu às propostas norte-americanas com ambiguidade. Não se negou de forma taxativa a negociar. Mas Shamir fez várias advertências e estabeleceu condições. Uma forma sutil de ganhar tempo.

Aos sírios, o primeiro-ministro mandou um recado claro: se na mesa de negociações fosse colocado o assunto do Golá, se retiraria da conferência. Em relação aos territórios de Cisjordânia e Gaza, a tática foi diferente. O governo israelense declarou que não aceita que os palestinos escolham seus representantes na conferência. Exige, como condição para o diálogo, o que sempre defendeu: que a delegação palestina não seja integrada por membros da OLP, nem por palestinos de Jerusalém oriental.

Segundo a visão de Shamir, aceitar palestinos de Jerusalém oriental seria uma forma indireta de reconhecer que a metade da Cidade Santa é palestina.

E se há uma questão na qual a intransigência de Shamir é total é em relação ao caráter judeu de Jerusalém e a irreversibilidade de sua ocupação, a ponto de tê-la proclamado capital de Israel, contrariando, mais uma vez, as resoluções da ONU a esse respeito.

Faisal Husseini, um dos mais importantes líderes dos territórios ocupados – que desde o começo foi um dos interlocutores palestinos de James Baker em suas viagens pelos países do Oriente Médio – respondeu a essa exigência de Israel com uma pergunta: “Se o mundo inteiro entende que Jerusalém Oriental é um território árabe ocupado, como aceitar que a delegação palestina não seja integrada por representantes desse setor? Se o fizéssemos, estaríamos aceitando que Israel impusesse suas precondições. Ficou claro, pelo menos, para a opinião pública mundial, qual é a parte que impõe exigências impossíveis de serem atendidas, dificultando o processo de paz”.

Impasse – Naturalmente, há outros temas que uma paz definitiva no Oriente Médio exige que se negocie. Por exemplo, o controle da entrada de armas na região, sobretudo de armas ofensivas, e o uso comum das fontes de água potável. Em particular em Israel, Líbano e nos territórios de Gaza e Cisjordânia, a disputa pelo controle dos mananciais e dos pouco caudalosos rios sempre teve conotações geopolíticas. Para um plano de paz duradouro, definir de comum acordo a forma como se utilizarão os vitais e escassos recursos hídricos é também uma questão chave.



Territórios ocupados: eixo do conflito

Mas, é óbvio que uma negociação sobre esse assunto pressupõe a existência de uma situação de não-beligerância que só a solução da questão territorial pode garantir.

As exigências dos dirigentes israelenses não permitem alimentar muito otimismo sobre o futuro da conferência. Shamir não perde nada sentando-se à mesa de negociações. Pelo menos não poderão acusá-lo de ser o responsável do fracasso das convenções. Mas, a não ser que haja mudanças profundas – imprevisíveis – na atitude de seu governo, o impasse que hoje se observa não poderá ser superado durante o diálogo que os norte-americanos estão articulando com tanta dificuldade.

Se isso acontecer, a ruptura do impasse estará nas mãos do povo israelense. Desde o início da *intifada*, a rebelião pacífica nos territórios palestinos, duramente reprimida pelo governo do Likud, se observa um crescente descontentamento na sociedade israelense em relação à intransigência de suas autoridades.

Já não existe um bloco monolítico de rejeição aos direitos palestinos. Pelo contrário, como assinala o próprio Faissal Husseini, “segmentos importantes da sociedade israelense aceitam agora a idéia de que deve ser encontrada uma solução justa para as reivindicações nacionais palestinas”. Tais sentimentos podem se traduzir em um voto de censura ao governo nas eleições do próximo ano em Israel.



Os imigrantes soviéticos estão sendo instalados na Cisjordânia e Gaza

Um imigrante não bem-vindo

*A história que não foi contada:
o imigrante da União Soviética, nº 50.000*

Gali Nitzan

Este texto foi publicado originalmente em "Hadashot", jornal israelense em hebraico, e traduzido para o inglês pelo Centro de Informação Alternativa para o semanário palestino em inglês "Al-Fajr", em 14 de setembro de 1990. A tradução ao português foi feita pela brasileira Lamia Maruf Hasan, prisioneira política no cárcere de Has-haron, em Israel.

(...) Para nosso prazer, o destino nos deu um imigrante bonito e admirável de nº 50.000: alto, por volta de 40 anos, cabelos pretos e olhos verdes, de construção óssea sólida e bigode muito bem cuidado.

Yitzhak Peretz (o ministro para o assentamento dos imigrantes) segue a passos largos para a plataforma de honra com um tradutor russo, para acompanhar o imigrante em seus primeiros passos no solo da Terra de Israel. E lá eles se encontraram. Yitzhak Peretz sorri, oferece sua mão em cumprimento ao imigrante dizendo (com a ajuda do tradutor):

– Abençoado seja ele que vem para a Terra de Israel. Estou feliz em anunciar que você é o imigrante nº 50.000 deste ano, que veio para a Terra de Israel.

– Quem? Eu?

(Peretz responde, enquanto andava junto a ele em direção à plataforma de honra):

– Sim, sim.

(A orquestra passou para "Oh minha terra, meu lar", e Peretz chega finalmente com o imigrante na plataforma de honra, onde também estão esperando por ele o secretário geral do Ministério da Imigração, Dov Shilansky e Chaim Herzog¹, e todos o cumprimentam animadamente):

– Qual o seu nome?

– Yousef Dori.

– De que cidade você vem, Yousef?

– De Leningrado.

– Há quanto tempo você vinha saindo com a vinda para cá?

– Há 23 anos.

– E como você se sente agora?

– Isso é como um sonho. Novamente estou pisando no chão da minha terra. Estou de volta à casa.

– Este é seu lar, Yousef. Vou tentar facilitar sua acomodação em seu lar. Diga-me, Yousef, você tem algum parente aqui na Terra de Israel?

– Toda a minha família está aqui. Tenho parentes em Haifa e nas Colinas de Golá.

– Há quanto tempo você não os vê?

– Há 23 anos.

– E eles sabem que você estava vindo?

– Eles sabiam que eu estava tentando vir, mas eu não penso que eles acreditem que eu fosse conseguir.

– Por quê?

– Você sabe, por causa de todos esses anos, foi difícil voltar para casa.

– É verdade, mas tudo isto agora pertence ao passado, como você pode ver, hoje todas as portas estão completamente abertas.

– Eu vejo, e estou muito surpreso. Eu não pensei que poderia chegar até aqui, pensei que teria que morrer no exílio.

– Que Deus não permita! Que Deus nos preserve! Graças a Deus, Deus está devolvendo todos os seus filhos para suas fronteiras.

– Deus seja louvado.

– Por sua causa e por causa de seus irmãos nós estaremos em condições de transformar Israel na mais gloriosa terra do mundo.

– Eu não entendo.

(Com a paciência de um bom avô):

– O que eu quero dizer é que você será parte da vida da comunidade e da sociedade de Israel até que esteja totalmente harmonizado com ela.

(Yousef, com certa suspeita):

– Um minuto. Eu terei direitos como todo mundo? Eu posso tomar parte nas eleições?

– Que pergunta! Que pergunta! (rindo) Isto não é a Rússia, isto é uma democracia!

– E toda minha família e toda minha aldeia?

– Que aldeia? Na Rússia?

– Não, no Golá.

– Uma aldeia no Golá?

– Sim, a aldeia onde nasci.

– Você não nasceu na Rússia?

– Não, eu disse para você. Eu fui para Leningrado há 23 anos para estudar medicina.

– Partiu de Israel?

– Parti da Palestina. Antes da guerra, eu viajei para a Rússia. Agora eu decidi tentar regressar, mesmo que minha família me tenha escrito dizendo que o governo de Israel ainda nega o direito de retorno. Mas eu estava muito otimista. Vejo agora que estava certo. Fiquei muito comovido por ouvir todas essas coisas que você disse, que todas as portas estão completamente abertas, e que Deus está devolvendo todos os seus filhos para suas fronteiras. É bom saber que existem judeus como você.

(Peretz, pálido, com lábios secos):

– Você não é judeu?

– Não, eu sou um palestino cristão. Yousef Dori. Eu li no jornal "Pravda" sobre os vôos diretos para cá a partir de Varsóvia, e decidi que era hora de retornar para casa.

– Volte para o avião, terrorista.

– Mas você disse que juntos poderíamos construir um Estado maravilhoso aqui! Você disse que eu teria direitos!

(Peretz se volta para o público):

– Chamem a polícia. Levem-no de volta ao avião. Parem a música. Parem de tirar fotografias. Onde está meu motorista?

¹Presidente de Israel

Promessas ao vento

Passada a guerra, os kuaitianos continuam à espera de que o xeque Jaber Al-Sabah cumpra sua promessa de democratizar o sistema quase feudal do país

Edouard Bailby

Indagado sobre as razões pelas quais os Estados Unidos desalojaram pela força os iraquianos do Kuwait, o presidente George Bush respondeu: "Não o fizemos por uma questão de democracia, mas sim de legitimidade". Em outros termos, as tropas norte-americanas intervieram no Oriente Médio com o objetivo de restabelecer a soberania de um pequeno país de 17.818km², ilegalmente invadido, sem que entrasse em consideração o seu regime político.

Ora, o Kuwait é dirigido por uma família real, toda-poderosa, que pouco se incomoda com os direitos humanos. Nessas condições, se o chefe da Casa Branca faz tanto alarde em torno da independência dos Estados, quaisquer que sejam os seus sistemas de governo, por que os *marines* desembarcaram na República Dominicana, em 1965, na ilha de Granada, em 1983, e no Panamá, em 1989? Há dois pesos e duas me-

didias na política de Washington? Poucos foram até hoje os comentaristas europeus que se atreveram a estabelecer um paralelo com o passado recente da América Latina.

No entanto, convém recordar alguns fatos que ajudam a compreender a natureza do regime kuaitiano. Eles ilustram de maneira exemplar o tipo de "nova ordem internacional" que os Estados Unidos, com o apoio dos seus aliados do hemisfério Norte, pretendem impor na alvorada do século XXI.

Deixando de lado a tremenda responsabilidade de Saddam Hussein em invadir um Estado independente, não há como ignorar outra realidade que contradiz, depois do desmoronamento dos regimes políticos da Europa oriental, todas as declarações dos dirigentes ocidentais em favor da liberdade. Com efeito, como podem os Estados Unidos montar uma formidável máquina de guerra para destruir o regime ditatorial de Bagdá e salvaguardar, ao mesmo tem-



A família real (no alto, Saad Al-Sabah) não admite fazer concessões políticas (acima, Al-Naibari, líder da oposição)

po, a monarquia obsoleta do Kuwait? É curiosa a noção de legitimidade apregoada pelo presidente George Bush, tendo em vista a prioridade dada por ele à liquidação dos regimes autoritários.

Onda de repressão – No poder desde dezembro de 1977, o xeque Jaber al-Sabah fugiu do Kuwait com a família logo que as forças iraquianas invadiram seu país em agosto de 1990, abandonando seus súditos sem organizar a menor resistência. Dois meses mais tarde, reunido com os principais líderes da oposição em Riad, capital da Arábia Saudita, comprometeu-se a garantir um mínimo de democracia tão logo o Kuwait fosse liberado.

Posteriormente, por ocasião do seu retorno ao emirado, a sua primeira declaração pública foi para afirmar que a Constituição de 1962, parcialmente suspensa em 1986, seria restabelecida. Promessa sem muitas consequências práticas uma vez que a Carta Magna,



O Kuwait possui aproximadamente um quinto das reservas mundiais de petróleo

adotada há cerca de 30 anos, assegurava à família real dos Sabah o direito de veto sobre decisões de importância. Mesmo assim, era uma pequena brecha.

Mas, o xeque Jaber al-Sabah esqueceu as suas promessas. Uma das primeiras medidas tomadas por ele foi a criação de "forças especiais de polícia", que estabeleceram um verdadeiro clima de terror, especialmente entre os palestinos. Até hoje não se sabe quantos suspeitos — acusados de colaboração com o Iraque — foram presos, torturados e executados. Em junho passado, cerca de 30 detidos políticos foram condenados à morte e tiveram *in extremis* a sua condenação transformada em prisão perpétua graças à pressão da opinião pública internacional e à intervenção de alguns governos ocidentais. Uma equipe de jornalistas da televisão francesa conseguiu, poucas semanas depois, filmar o principal campo de triagem dos estrangeiros antes de serem expulsos do Kuait.

Concessões meramente formais

— Em abril de 1991, a família real dos Sabah consentiu em ter no gabinete cinco ministros em vez de oito. Concessão puramente formal. Os sete grupos políticos da oposição, desde a esquerda nacionalista e as formações religiosas sunitas e xiitas até as grandes famílias que dominam o comércio, continuaram exigindo o restabelecimento da Constituição de 1962 e a formação de um Parlamento democraticamente eleito.

Convencido, a contragosto, de ceder uma parcela do seu poder, nem que fosse mínima, o emir Jaber al-Sabah acabou prometendo à oposição democrática que eleições legislativas seriam realizadas em outubro de 1992, isto é, dentro de um ano. Quem pode assegurar que ocorrerão? Pior ainda: apesar de suas promessas, o emir decidiu reativar o Conselho Nacional Kuaitiano, espécie de parlamento fantoche criado dois meses antes da invasão do país pelo exército do Iraque.

Por aí se vê que os donos do Kuait não têm a menor vontade de compartilhar o seu poder apesar, da oposição, oficialmente aceita pelo regime, ter se comprometido a respeitar o artigo da Constituição segundo o qual o chefe de Estado tem de pertencer obrigatoriamente à família dos Sabah.

Presidente do antigo Parlamento



Milhares de estrangeiros foram expulsos

kuaitiano, Ahmed al-Saadoun, hoje um dos principais líderes da oposição, declarou recentemente: "Parece que a família dos Sabah nada aprendeu com a guerra. Ela quer seguir administrando o Kuait como se fosse a sua propriedade privada".

Fora com os estrangeiros — O fato é que, dispondo de enormes recursos financeiros oriundos do petróleo, o emir Jaber al-Sabah, apoiado por Washington, entretém milhares de funcionários que são relativamente muito bem-pagos. Por outro lado, com vistas a apaziguar os ânimos, o xeque do Kuait ofereceu uma doação de 68 mil dólares a todas as famílias afetadas pela guerra (nem falemos das importantes concessões financeiras prometidas a numerosas empresas particulares).

O xeque sabe o que faz, tendo em vista que seu país é um dos poucos do mundo, entre os quais Cuba, que pode oferecer à sua população educação e saúde inteiramente gratuitas. Vale recordar a este respeito que o Kuait possui aproximadamente a quinta parte das reservas mundiais de petróleo, pertencendo essencialmente à Kuait National Petroleum Company. Firmas britânicas, norte-americanas e japonesas possuem o resto.

Aproveitando o fim da guerra, o emir Jaber al-Sabah lançou um slogan: "Rekuaitizar o Kuait". Há dezenas de anos o Kuait tem aberto as suas fronteiras

aos trabalhadores estrangeiros, especialmente palestinos, com vistas a obter mão-de-obra mais barata. Hoje, o governo pretende reduzir uma população estimada em 2.000.000 de habitantes, antes da guerra, para 1.200.000. Para tanto, começou a tomar medidas drásticas contra os estrangeiros estabelecidos no país, expulsando muitos deles e recusando aos demais qualquer direito, como antes, ao ensino gratuito nas escolas públicas. Calcula-se que dos 400.000 palestinos que viviam no Kuait, apenas 100.000 conseguiram evitar até agora a expulsão para um país vizinho, quer seja o Iraque ou a Arábia Saudita.

Fabrice Rousselot, enviado especial do jornal *Libération*, comentou em julho passado que o bairro palestino de Hawalli, na capital do Kuait, já havia, na prática, deixado de existir. Não foram apenas os palestinos as vítimas da discriminação do xeque Jaber al-Sabah. Também os *bidunes*, cidadãos sem nacionalidade — em outros termos os apátridas — tiveram de abandonar aos milhares o Kuait.

A "hemorragia" chegou a tal ponto que nos primeiros dias de agosto uma firma estabelecida no Kuait publicou um anúncio na imprensa suíça, oferecendo empregos de cozinheiro, babá, jardineiro, contínuo e secretária no Kuait a quem pudesse falar inglês, garantindo "excelentes salários". Bernard Heywood, diretor inglês da agência, a Kuait Employment Agency, fez questão de declarar que o governo do Kuait não daria emprego aos cidadãos palestinos ou asiáticos. Para os brasileiros, vale informar que o salário médio de uma empregada doméstica no Kuait é de 2.000 dólares.

Antes da guerra, o Kuait produzia dois milhões de barris de petróleo por dia, dos quais 1,5 milhão eram destinados à exportação. Hoje, com 500 poços ainda inutilizados pelo fogo, o governo considera que até o segundo semestre de 1992 o país poderá produzir 900 mil barris por dia. Alguns peritos acham essa produção pouco provável. Pouco importa. O fato é que numerosas empresas européias, que esperavam assinar vultosos contratos apagando os poços, tiveram a desagradável surpresa de constatar que as empresas norte-americanas levaram mais de 70% dos negócios estimados em 600 milhões de dólares. Negócio é negócio.

As bases no banco dos réus

A decisão do Senado de não ratificar o acordo para a permanência da base naval de Subic Bay pode abrir um novo capítulo na história do país

Larissa Esteves

A chuva que caía em Manila no dia 16 de setembro não impediu que dezenas de milhares de pessoas se aglomerassem em frente ao Senado filipino. Naquele dia, os senadores filipinos decidiriam se ratificavam ou não o tratado que permitiria aos Estados Unidos arrendar por dez anos mais a base naval de Subic Bay.

O clima da votação foi tenso. Ao final, por 12 votos contra 11, se confirmou a decisão tomada uma semana antes, quando o Senado rejeitou o tratado assinado com os Estados Unidos em 27 de agosto último. Este único voto poderá mudar o rumo da história e pôr fim a 93 anos de presença militar norte-americana no arquipélago.

A decisão dos senadores filipinos foi um duro golpe para a presidenta Corazón Aquino, que se jogou pessoalmente numa intensa campanha pela permanência das bases. O principal argumento do seu governo é que a desativação das instalações militares só traria perdas econômicas para o país (segundo cálculos oficiais, as bases dão emprego direto a mais de 50 mil pessoas e indireto a cerca de meio milhão de filipinos).

Queda de braço – As negociações em torno da prorrogação do acordo se arrastaram ao longo de um ano e meio. O fim da Guerra Fria reduziu do ponto de vista de Washington a importância estratégica das instalações militares no exterior e, em particular, das do Pacífico, como é o caso de Subic Bay. Por outro, a erupção do vulcão Pinatubo, em

junho, e a mobilização popular contra a presença militar norte-americana enfraqueceram a posição do governo filipino nas negociações. A princípio, Corazón Aquino chegou a pedir 800 milhões de dólares ao ano pela renovação do acordo. Posteriormente, como a base aérea de Clark ficou muito danificada pela erupção do Pinatubo, suas exigências baixaram e as negociações passaram a girar em torno da base naval de Subic Bay.

Em 27 de agosto passado, Manila e Washington terminaram chegando a um acordo sobre o arrendamento de Subic Bay. Por 203 milhões de dólares ao ano, os Estados Unidos poderiam continuar usando as instalações militares até 2001. A quantia estava muito aquém do que desejava a presidenta Aquino, mas ainda assim representava um alívio para a combatida economia do seu país.

O problema é que a palavra final não pertencia ao Executivo. O acordo só seria válido se fosse ratificado pelo Senado filipino, em duas votações. Mas, tanto na primeira, quanto na última, os senadores rejeitaram o tratado. Alguns votaram contra por discordar da permanência em si dos militares norte-americanos e outros, por não aceitar os termos em que foi assinado o novo tratado.

Impeachment – Corazón Aquino partiu para o contra-ataque, anunciando a convocação de um referendo ainda



Millitantes antibases mascarados destroem uma caricatura do Tio Sam, após a rejeição do acordo

este ano para decidir o futuro das bases. “Achamos, sinceramente, que o povo quer o tratado e vamos lhe dar a chance de aprová-lo”, declarou. E, numa decisão que acirrou ainda mais os ânimos, decidiu permitir que as tropas norte-americanas fiquem no país até a realização do referendo.

O líder da oposição, Juan Ponce Enrile, pediu o *impeachment* da presidenta, alegando que ela violou a Constituição. Mas, segundo os observadores locais, o pedido de *impeachment* não terá repercussões legais. Seu objetivo, na verdade, seria deixar a presidenta na defensiva.

A decisão de Aquino de realizar um referendo deixou claro que ainda não se pôs a pá de cal na presença norte-americana no arquipélago. Se a presidenta conseguir três milhões de assinaturas, o mínimo exigido pela Constituição para convocar uma consulta popular, os EUA teriam uma chance de ficar dez anos mais nas Filipinas. Resta saber se os 200 milhões de dólares por ano do aluguel das bases compensariam o preço político que Corazón, certamente, teria que pagar por sua opção.



Crise de identidade

Trinta anos depois de fundado, o Movimento dos Não-Alinhados já não é mais o mesmo. Atropelado pela evolução dos acontecimentos na União Soviética e países do Leste europeu, ele atravessa hoje uma profunda crise de identidade. Os ideais de independência, coexistência pacífica, neutralidade e luta contra o colonialismo e neocolonialismo que levaram à sua fundação, em 1961, em Belgrado, Iugoslávia, adquirem um significado diferente, à luz das mudanças mais recentes no cenário internacional. O mundo mudou e os Não-Alinhados estão desafiados a adaptar-se à nova realidade.

Apesar dos esforços para disfarçá-la, a crise de identidade ficou nítida durante a décima conferência de ministros do movimento, realizada entre os dias 3 e 7 de setembro passado, em Accra, capital de Gana. Numa prévia do que será sua próxima reunião de cúpula, em 1992, na Indonésia, o tema que permeou todas as discussões foi o papel que os Não-Alinhados podem desempenhar num momento em que a Guerra Fria faz parte do passado e o confronto entre as duas superpotências está dando lugar a uma convivência e cooperação, que deslocam o eixo do conflito Leste-Oeste para Norte-Sul.

Em Accra, três posições ficaram bem marcadas. De um lado, estava o grupo que acredita que é importante fortalecer os Não-Alinhados, mantendo, em linhas gerais, os princípios políticos que sempre os nortearam. De

outro, estavam os que também consideram válido preservar o movimento, mas redirecionando sua atuação essencialmente para os temas econômicos. Por último, os que consideram os Não-Alinhados uma organização ultrapassada, grupo no qual se destacava a Argentina, que dez dias depois da reunião terminou formalizando sua saída do movimento.

O Movimento dos Não-Alinhados chega aos 30 anos tentando definir o seu papel após o fim da Guerra Fria e num momento em que se caminha para um mundo unipolar

Agenda ampla – Na falta de consenso sobre os objetivos atuais dos Não-Alinhados, os ministros reunidos em Gana preferiram dar ênfase aos problemas econômicos, confirmando as expectativas de que o encontro seria marcado por um esvaziamento das questões políticas. Mais de acordo com os novos tempos, a agenda da reunião se abriu para temas nunca ou pouco tratados em suas reuniões, como o meio ambiente, o

narcotráfico, os direitos humanos e o pluralismo político.

Entre as discussões que despertaram polêmica estavam a proposta de que o movimento assumisse a bandeira da reestruturação da ONU, a de criar uma secretaria permanente dentro dos Não-Alinhados e a de promover a fusão com o Grupo dos 77 (G-77).

No primeiro caso, um grupo de nações questionou, basicamente, o poder de veto dos cinco países do Conselho de Segurança (Estados Unidos, Inglaterra, França, União Soviética e China). Terminou prevalecendo uma fórmula de consenso, que não se pronunciou sobre essa prerrogativa, mas exigiu maior participação da Assembléia Geral na tomada de decisões das Nações Unidas e um papel mais importante para a figura do secretário-geral.

Quanto ao estabelecimento de uma secretaria permanente, os ânimos se acirraram devido aos custos financeiros que acarretaria para os países-membros, muitos dos quais não têm conseguido arcar nem com os compromissos já assumidos com o movimento. Também nesse caso, se optou por uma posição conciliatória de recomendar um estudo para “examinar os mecanismos e implicações financeiras” dessa secretaria.

Já a proposta de fusão com o Grupo dos 77, defendida pelo Egito, foi rejeitada. Muitos países, entre os quais Cuba, Gana, Tanzânia e Zimbábue, resistem a essa idéia, alegando que o G-77 é uma associação livre, sem uma Carta consti-

tuíte com princípios e objetivos definidos, ao contrário dos Não-Alinhados. Por fim, se adotou uma resolução vaga no sentido de "promover uma cooperação efetiva" com essa instância, que reúne nas Nações Unidas 128 países em desenvolvimento.



Abdel Nasser, Josep Tito, Ahmed Sukarno: os fundadores

Ênfase nos proble-

mas econômicos – Apesar da tendência a não politizar a conferência, antes mesmo do encontro de ministros começaram a circular documentos de países-membros com análises sobre o panorama internacional. Um relatório preliminar, difundido por Gana pouco antes da reunião, assinalou que a Nova Ordem proposta pelos Estados Unidos tornou "imperativo e urgente para o Terceiro Mundo, especialmente para os países Não-Alinhados, se reafirmar individual e coletivamente a fim de não serem alinhados com o novo mundo unipolar".

Essa opinião, com algumas nuances, foi compartilhada por vários delegados presentes ao encontro, para os quais o Movimento dos Não-Alinhados ainda tem razão de ser. Para o vice-ministro colombiano das Relações Exteriores, Rodrigo Pardo, o movimento não pode continuar ficando para trás, pois "desempenhou um papel na luta contra o colonialismo e atua como bloco majoritário na ONU". Segundo ele, para moderar as tendências do Norte, "deveríamos ser o grande foro do Sul".

Já o chanceler cubano, Isidoro Malmerca, foi mais além, ao ressaltar que, embora os riscos de uma guerra nuclear tenham sido eliminados, "o neocolonialismo e o imperialismo ainda existem e nossa luta para erradicá-los não deve cessar".

Mas declarações como essas não conseguiram alterar o tom geral da reunião, que foi de ênfase nos temas econômicos. Isso ficou claro já no discurso de abertura do chanceler venezuelano Armando Durán. Falando em nome da América Latina e Caribe, Durán afirmou que a dívida externa, o desigual intercâmbio entre o Norte e o Sul e o protecionismo representam uma ameaça "que o mundo em desenvolvimento deve enfrentar coletivamente". Nesse sentido também se pronunciou o subsecretário de Relações Exteriores do Chi-

le, Edmundo Vargas, ao expressar a preocupação de que "as guerras comerciais substituam a Guerra Fria".

Duas decisões tomadas pelos ministros deram a medida do peso que têm hoje os problemas econômicos dentro do movimento. Por iniciativa da Nigéria, se decidiu criar um banco do Terceiro Mundo para reduzir a dependência em relação às instituições financeiras internacionais, particularmente o FMI. Também se chegou a um consenso para reviver o Comitê Interministerial Econômico, criado para coordenar a cooperação Sul-Sul. Na prática, ele tinha deixado de funcionar a partir do final da década de 80, quando os países-membros se concentraram em suas dificuldades financeiras.

Ironia do destino – Ao final de quatro dias de discussões, os representantes de 102 países (aos quais se somaram a Mongólia e a Namíbia, assumindo o lugar antes ocupado pelo seu movimento de libertação, a Swapo) emitiram um documento chamado "Declaração de Accra". Nele, se assinala que "os problemas do subdesenvolvimento e da pobreza estão entre as fontes fundamentais dos conflitos que poderiam ameaçar a paz mundial". E para aliviar a pobreza, "será preciso dar tanta atenção à balança da condição humana quanto ao balanço de pagamentos", diz, numa referência velada às receitas do Fundo Monetário Internacional.

A Declaração de Accra pede "novas iniciativas para uma maior e mais significativa cooperação Norte-Sul, ao desaparecer o confronto Leste-Oeste" e a "devida justiça e equidade" em relação ao Sul.

Os ministros se comprometeram a respeitar o direito de seus povos ao pluralismo político e saudaram a expansão da democracia entre os países-membros. Mas condenaram os dois pesos e

duas medidas das nações desenvolvidas em relação aos direitos humanos, especialmente quando está em jogo o fator racial, como na África do Sul. Sobre esse país, aliás, o documento assinala que não se conseguiu "uma mudança significativa e irreversível" no sistema de

apartheid e que, portanto, as sanções devem ser mantidas.

Em linhas gerais, as resoluções tomadas na conferência de ministros não surpreenderam os analistas internacionais. De fato, se esperava o consenso geral de que é preciso redefinir as tarefas e funções do Movimento dos Não-Alinhados, baseado em seu legado de contribuição à paz e à segurança mundiais, em função das profundas mudanças no cenário internacional.

Mas o que poucos esperavam é que a Indonésia fosse escolhida para sediar a próxima reunião de cúpula, em 1992, ocupando assim, por três anos, a função de presidente do movimento. Primeiro, porque, de acordo com a tradicional rotatividade geográfica, a presidência caberia à América Latina e havia dois candidatos ao cargo: Nicarágua e Venezuela.

E, principalmente, porque foi o atual presidente do país, general Suharto, quem derrubou do poder, em 1965, o presidente Ahmed Sukarno, um dos fundadores dos Não-Alinhados (junto com os presidentes Josep Tito, da Iugoslávia, e Gamal Abdel Nasser, do Egito). O regime de terror instalado desde então na Indonésia foi responsável não só pela morte de 700 mil pessoas e prisão de 200 mil, imediatamente após o golpe, como pela anexação, em 1975, e genocídio de um terço da população da ilha de Timor Leste, ex-colônia portuguesa.

Se antes da conferência de Accra, os analistas internacionais já temiam pelo futuro dos Não-Alinhados, agora essas apreensões aumentaram, com a decisão de dar a presidência do movimento a um país, cujo governo carrega nas costas tal "currículo". Poucos sinais, assinalam, marcariam de forma tão clara os ventos que hoje sopram sobre os Não-Alinhados. ■

Claudia Guimarães

Claudia Guimarães

O negócio dos dólares limpos

Conscientes de que tão importante quanto a produção e comercialização das drogas, é a "lavagem" do dinheiro do narcotráfico, governos de diferentes países promovem em conjunto mudanças em suas legislações

Em pleno centro de Los Angeles, uma moderna joalheria exhibe jóias acessíveis apenas a uma seleta clientela. Aparentemente, em nada esta loja se diferenciaria das demais do ramo. A não ser pelo fato dela ter sido fechada recentemente pela polícia, sob a acusação de ter "lavado", ao longo de 18 meses, a impressionante quantia de 1,2 bilhão de dólares de um grupo de narcotraficantes colombianos.

O fato em si não constituiu nenhuma novidade. Não só nos Estados Unidos, mas no mundo inteiro, os serviços de combate às drogas descobrem todos os dias como milhares de negócios — restaurantes, lavanderias, butiques — são utilizados no mais obscuro aspecto do tráfico de drogas: a "lavagem" de dinheiro. Tão vitais para os narcotraficantes quanto a produção e distribuição dos tóxicos, são os mecanismos financeiros para mascarar a verdadeira origem dos seus lucros.

O volume de dinheiro envolvido nessas transações dá a pauta da complexidade desse tipo de "lavagem". Os cálculos mais modestos, feitos pelo Organismo Internacional de Controle de Estupeficientes (OCDE), ligado à ONU, indicam que apenas nos Estados Unidos a droga teria mobilizado, no ano passado, 60 bilhões de dólares. Mas, segundo outro estudo, realizado pelo historiador mexicano Mario Aramburu, o tráfico de narcóticos geraria só naquele país mais de 240 bilhões de dólares ao ano (mais do que o dobro da dívida externa do Brasil). Desse total, ainda segundo Aramburu, 125 bilhões estão depositados em contas bancárias, o que transformaria o narcotráfico em uma das mais importantes fontes econômicas dos Estados Unidos.

Contabilizando o volume total de dinheiro gera-



do pelo narcotráfico no mundo, constata-se que ele é o mais lucrativo e próspero negócio do momento, com sua receita (300 bilhões) superando a de poderosas transnacionais, como a General Motors, Ford, Exxon, IBM, Toyota, General Electric e Hitachi.

Não seria exagero afirmar que o narcotráfico se transformou numa espécie de "multinacional", discreta e silenciosa, que vai se ramificando e espalhando filiais por todo o mundo, como um gigantesco polvo. Impotentes, muitos governos assistem à "colombianização" dos seus países, isto é, à infiltração do narcotráfico nas estruturas do poder político e nas instituições financeiras.

Medusa – Como na mitológica figura da Medusa – um ser que em vez de cabelos possuía serpentes, que ao serem cortadas, nasciam de novo – as atividades do tráfico internacional de drogas parecem não ter fim.

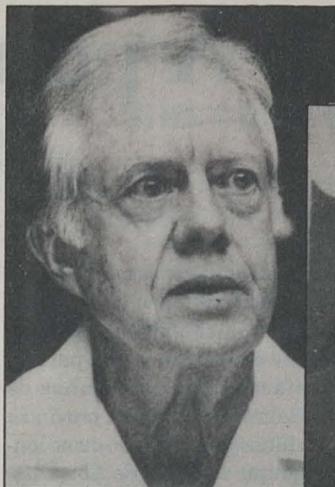
Poucas vezes é possível estabelecer as difusas ramificações do narcotráfico a nível internacional. Uma dessas raras oportunidades se deu com o recente escândalo do BCCI (Banco de Comércio e Crédito Internacional). O que, a princípio, parecia apenas mais um caso de instituição financeira envolvida em fraudes, se revelou a ponta de um iceberg, na base do qual estava a utilização do mesmo para a "lavagem" de dinheiro obtido com as drogas e o tráfico de armas.

Este escândalo trouxe novamente à baila uma antiga discussão sobre o papel dos bancos na "lavagem" do dinheiro das drogas. Não é segredo para ninguém que, amparados no sigilo bancário, narcotraficantes de todo o mundo conseguem ocultar seus vultosos lucros e reinvesti-los em negócios "limpos".

O problema adquiriu uma dimensão tal que vários governos estão tratando de rever suas legislações. Como primeiro passo para combater o "branqueamento" do dinheiro, desde abril de 1990 os países do Grupo dos Sete (Estados Unidos, Grã-Bretanha, França, Alemanha, Itália, Canadá e Japão) começaram a adotar sistemas de controle financeiro que limitam substancialmente o sigilo bancário. Mais do que nunca, com a formação de mercados comuns na Europa, América e Ásia – que significarão, em algum momento, a abertura de fronteiras – se coloca a necessidade de um trabalho conjunto para combater o narcotráfico.

Até a Suíça, tradicional receptor de dinheiro de origem difusa, está estudando um projeto que permitirá a quebra do até então intocável sigilo bancário. O projeto, elaborado pelo Conselho Federal – organismo máximo do Executivo – prevê uma reformulação do Código Penal, mediante a qual os bancos e outras instituições financeiras deverão informar às autoridades as transações que *considerarem* suspeitas. Numa outra importante inovação, se estabeleceriam punições não só para pessoas físicas, mas também para empresas envolvidas direta ou indiretamente na "lavagem" de dinheiro.

Sem ser tão rígido quanto as legislações de países como os Estados Unidos e a Austrália – que



O escândalo do BCCI respingou nos ex-presidentes dos EUA Jimmy Carter (acima) e do Peru, Alan García. Na Argentina, Carlos Menem (ao lado) está às voltas com as denúncias de envolvimento de parentes da esposa no narcotráfico internacional

obrigam os bancos a revelar às autoridades as transações duvidosas – se aprovado, esse projeto representará um duro golpe para os que usam os bancos suíços com interesses escusos.

Europa: um mercado em expansão – A preocupação das autoridades européias em montar um cerco em torno da "lavagem" do dinheiro obtido com as drogas se explica: apesar do tráfico não ter atingido a magnitude do problema que representa nos Estados Unidos, ele aumenta a cada dia. No caso da cocaína, o mercado norte-americano está à beira da saturação, e é essa a razão fundamental dos narcotraficantes terem se voltado com particular interesse para o Velho Continente, em busca de um novo "Eldorado".

As perspectivas, para eles, são promissoras. Só na Grã-Bretanha, um milhão de pessoas consome haxixe e 100 mil são dependentes da heroína, segundo revelou um relatório do Instituto para o Estudo da Dependência de Drogas, financiado pelo governo britânico (em terceiro lugar vêm as anfetaminas). Na Itália, existem milhares de dependentes, sobretudo na próspera região norte do país. Lá, a preferência também é pela heroína, seguida do haxixe e da maconha, vindo em terceiro lugar a cocaína. No ano passado, foram registradas 1.147 mortes por *overdose* e apreendidos 900 quilos de heroína. Só na cidade de Cremona, no norte, foram recolhidos 170 quilos de seringas usadas pelos viciados, o que equi-

BCCI: A ponta do iceberg

Em julho passado, a notícia do fechamento da sede do Banco de Crédito e Comércio Internacional (BCCI), em Luxemburgo – sob as acusações de dissimulação de prejuízos e fraudes contábeis – causou um tremor nos meios financeiros internacionais só comparável ao da queda da Bolsa de Nova Iorque, em 1987. Não era para menos. Segundo o *The Wall Street Journal*, o “buraco” deixado pelo grupo atingiria a astronômica soma de 15 bilhões de dólares.

Nesse escândalo, não faltou nenhum ingrediente dos melhores romances de Agatha Christie: “lavagem” de dinheiro das drogas, tráfico de armas, envolvimento de ex-presidentes, agentes da CIA, omissão de governos e autoridades e até um malcotado episódio envolvendo bombas atômicas. Os cená-

rios tampouco poderiam ser menos exóticos: os personagens dessa trama podiam ser encontrados nas paradisíacas ilhas caribenhas de Caimán, na remota província chinesa de Shenzhen ou no longínquo emirado de Abu Dhabi, no Oriente Médio.

Fundado pelo financista paquistanês Agha Hassan Abedi em 1972, o BCCI pretendia se transformar no primeiro banco multinacional do Terceiro Mundo. Cinco anos depois, Abedi – já então associado ao bilionário saudita Ghait Pharaon – enfrentou a primeira ação na justiça norte-americana por tentar encampar o Financial General Bankshares, o maior banco de Washington. Em 1983, surgiram denúncias de vínculos do BCCI com os cartéis da cocaína, a partir da compra de um banco colombiano

com agências em Medellín e Cáli.

Mas as suspeitas em torno dos verdadeiros objetivos do banco só se confirmaram em janeiro de 1991, quando o grupo já estava sob controle do xeque Zayed Al Nahayan, que governa o emirado de Abu Dhabi. Naquela época, o BCCI foi multado em 15 milhões de dólares por um tribunal da Flórida, após reconhecer sua participação na “lavagem” de 32 milhões de dólares provenientes do tráfico internacional de drogas.

A partir daí, começou a pipocar todo tipo de denúncia: o BCCI foi acusado, além de “bran-

quear” dinheiro sujo, de intermediação em operações ilegais patrocinadas pela CIA no escândalo conhecido como “Trágate”; de pagamento de operações secretas que tinham como finalidade possibilitar à Argentina, Líbia e Paquistão a obtenção da bomba atômica; de transferência de dinheiro para os rebeldes do Afeganistão; de abertura de contas para pagamento dos *contras* na Nicarágua, etc., etc.

Como o BCCI opera em 69 países, a maré de escândalo varreu literalmente todos os continentes, atingindo desde os Estados Unidos e Inglaterra, até o Peru e a Nigéria. A descoberta das operações fraudulentas respingou em autoridades de diferentes países. Nos Estados Unidos, a imprensa denunciou que organizações de caridade criadas pelo ex-presidente Jimmy Carter teriam recebido oito milhões de dólares do banco em forma de contribuições a países em desenvolvimento. O também ex-presidente do Peru, Alan García, foi acusado de ter enriquecido roubando dinheiro do Banco Central do seu país, que teria sido depositado na filial panamenha do BCCI.

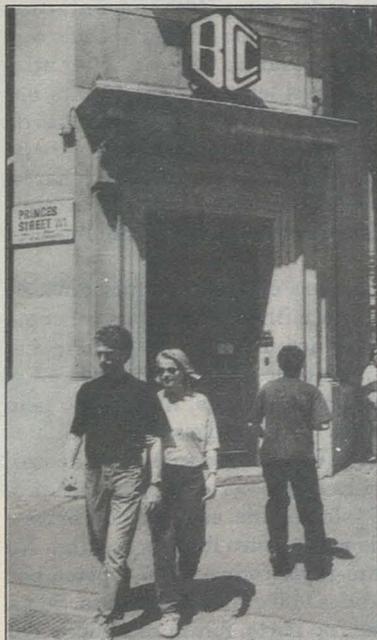
Na Inglaterra, os jornais *Sunday Times* e *Sunday Telegraph* afirmaram que o Banco Central do seu país tinha sido alertado no início do ano passado pelo serviço de inteligência britânico de que terroristas internacionais estariam usando a rede do banco para a transferência de recursos e financia-

mento de negócios com armas. O próprio presidente do Banco Central, Robin Leigh-Pemberton, confirmou, em 23 de julho, perante um Comitê da Câmara dos Comuns, que tinha sido informado da conexão do BCCI com terroristas em 1988.

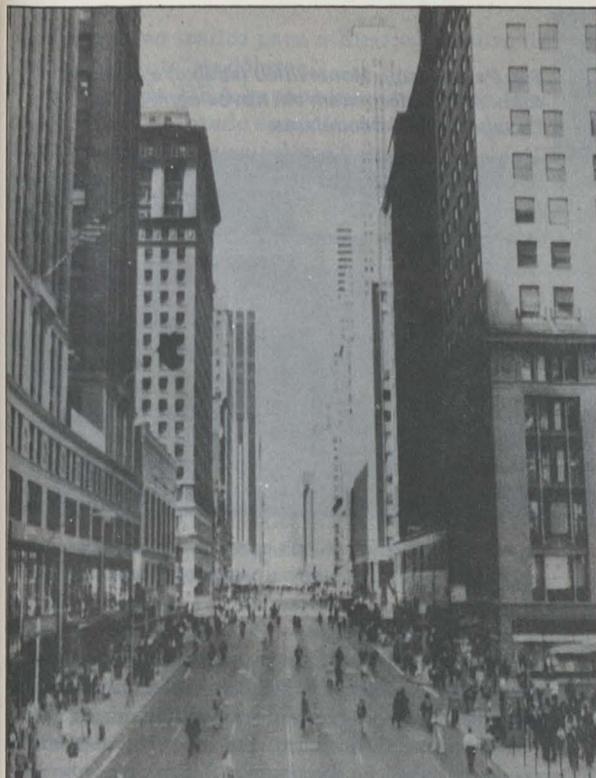
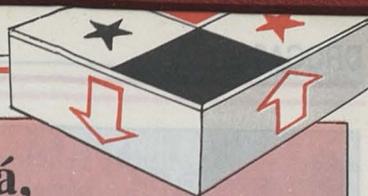
Já nos Estados Unidos, o senador John Kerry, democrata de Michigan, declarou que a Agência Central de Inteligência (CIA) “sabia, desde 1986, que o BCCI era um empreendimento criminoso”. As declarações do senador foram endossadas por William von Raab, ex-chefe do Serviço Alfandegário dos EUA, que afirmou ter tido acesso em 1988 a uma cópia de um documento da CIA sobre o banco. O relatório confidencial, disse Raab, foi elaborado em setembro de 1986 e resumia em cinco páginas todas as informações que a CIA dispunha sobre as atividades do BCCI.

A relação de operações ilegais envolvendo o BCCI é infundável. Apesar disso, na Inglaterra, o Alto Tribunal de Londres deu um prazo até o dia 2 de dezembro para o banco apresentar um plano de salvação, adiando assim a sua liquidação que parecia iminente.

Nos Estados Unidos, a situação é mais complexa. Robert Morgenthau, procurador de Manhattan, encarregado de investigar as atividades do BCCI, afirmou que o conglomerado falsificou documentos para esconder a “lavagem” de dinheiro do narcotráfico, além de ter como prática a evasão de capital e sonegação fiscal.



Sede do BCCI em Londres



Segundo alguns estudos, o tráfico de drogas geraria só nos Estados Unidos entre 60 e 120 bilhões de dólares

Panamá, um caso especial

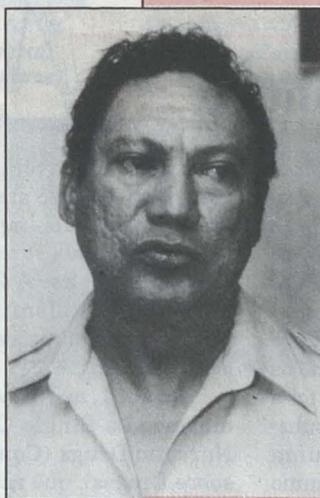
Quando se fala em "lavagem" de dólares do narcotráfico, se pensa sempre nas praças financeiras das ilhas caribenhas de Caimán, Antilhas Holandesas e no Panamá, tradicionais redutos de "branqueamento" de dinheiro sujo.

O caso do Panamá é o mais complexo, porque a questão do narcotráfico serviu até como pretexto de uma ocupação militar, motivada, na verdade, por razões políticas e geoestratégicas. Quase dois anos após a invasão do país pelos Estados Unidos, que causou a morte de milhares de civis em bairros pobres da capital, a justificativa de que era preciso tirar do poder um narcotraficante, o general Manuel Antonio Noriega, caiu no descrédito.

Hoje, é o presidente imposto pelos norte-americanos, Guillermo Endara, que se vê às voltas com acusações de participação em empresas envolvidas na "lavagem" de dinheiro. Como se não bastasse, funcionários do governo Bush – entre eles Michael G. Kozak, subsecretário assistente de Estado para Assuntos Interamericanos – reconheceram que o tráfico de drogas e o "branqueamento" de dinheiro voltaram ao nível da época da deposição do general Noriega. O próprio comandante da Guarda Costeira do Panamá, José R. Rosas, declarou que "há muita droga entrando no país. Os barcos trabalham noite e dia, sem parar".

Este quadro obrigou o governo panamenho a firmar um acordo com os Estados Unidos para abrir os registros dos bancos aos agentes que investigam a "lavagem" do dinheiro do narcotráfico. A medida, que na prática acabará com o sigilo bancário, causou muita polêmica no pequeno país centro-americano. Mas era condição indispensável para que Washington concordasse em liberar um pacote de

84 milhões de dólares, concedidos a título de ajuda econômica. Esse dinheiro estava há meses "congelado" no Congresso norte-americano devido às críticas dos parlamentares ao governo Endara por seu fracasso em enfrentar o problema do narcotráfico em seu país (ver matéria: "Um barco à deriva", pg. 35).



Noriega: no banco dos réus

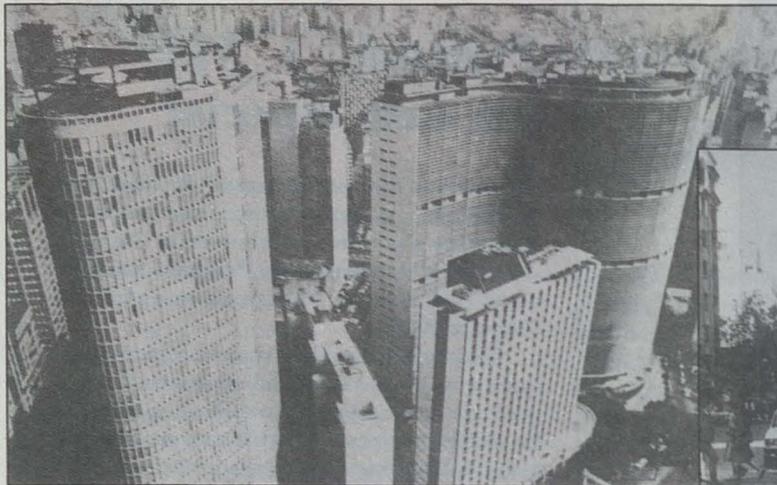
vale a 60 mil unidades (para uma população de 85 mil habitantes).

Na Espanha, o consumo já se disseminou tanto que um grupo de conhecidos juristas passou a defender a despenalização das drogas, dentro de certas condições, como forma de manter sua utilização sob controle. Na Suíça, os moradores de Zurique aprovaram, mediante um plebiscito, um programa da prefeitura, que, entre outras medidas, destina a praça de Platzpitz para que os viciados possam fazer uso das drogas livremente e sejam atendidos por médicos e assistentes sociais. Um projeto parecido tramita na cidade alemã de Hamburgo, que possui sete mil viciados em heroína.

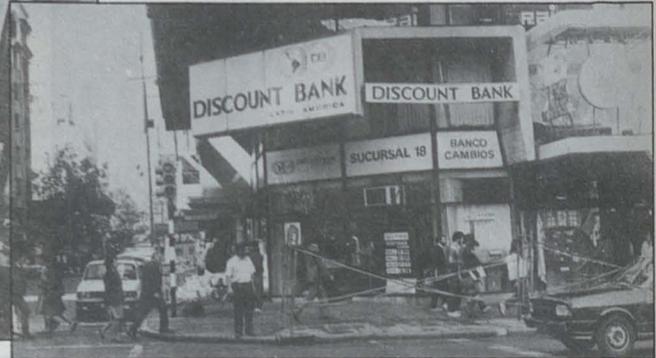
Mas nem tudo são flores para os traficantes na Europa. Em abril passado, eles sofreram um sério revés, quando as polícias italiana e francesa montaram uma operação conjunta antidroga. A ofensiva foi um êxito, provocando o desmantelamento de uma rede da Camorra siciliana que se dedicava à "lavagem" de dinheiro das drogas, mediante investimentos no setor imobiliário e em grandes cassinos de ambos os países.

Na América Latina, a Organização dos Estados Americanos (OEA) também está se mobilizando para enfrentar esse problema. Atualmente, os 22 países-membros estão estudando um amplo acordo para reprimir as operações de "lavagem" de dinheiro no sistema financeiro do continente. Os trabalhos – coordenados pela Comissão Interamericana de Controle do Abuso de Drogas (Cicad) – devem terminar até o fim desse ano.

Tomando como base a legislação elaborada pelos

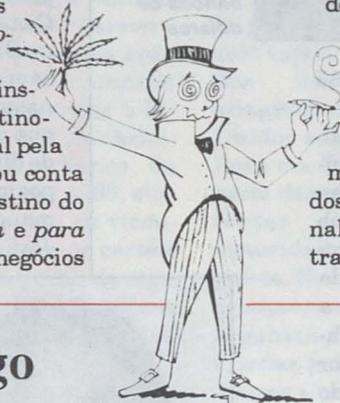


São Paulo (esq.), Montevideú (abaixo) e Buenos Aires se transformaram em novos centros de "lavagem" de narcodólares



países da Comunidade Econômica Européia (CEE) nos últimos dois anos, pretende-se criar um regulamento-modelo e uma série de procedimentos jurídicos que permitam o confisco de ativos "limpos", mas obtidos a partir do tráfico de drogas, armas e outros negócios ilegais. Um dos aspectos mais importantes desse acordo seria permitir a tomada de medidas contra os narcotraficantes, *independentemente do local onde o crime tenha sido cometido.*

O acordo visa também a fazer com que as instituições financeiras de todos os países latino-americanos assumam responsabilidade legal pela identificação do beneficiário da transação ou conta suspeita; pela identificação da origem e destino do dinheiro de pessoa ou instituição, *de quem e para quem* foi feita a operação, e, por último, pelos negócios



de suas subsidiárias nos centros financeiros internacionais, incluindo-se os paraísos fiscais.

Novas estratégias – Os eventuais reveses sofridos pelos narcotraficantes, principalmente na América Latina, os obrigaram a se adaptar e reformular suas estratégias, em busca não só de novos mercados e centros de "lavagem" de dinheiro, como de rotas alternativas de distribuição das drogas. Segundo a Interpol e a Agência Norte-Americana de Combate às Drogas (DEA), esse processo já leva cerca de cinco anos e se acelerou com a decisão dos cartéis colombianos de abandonar a "praça" panamenha, após a invasão do país pelos Estados Unidos, em dezembro de 1989. A partir de então, assinalam, Buenos Aires, São Paulo e Montevideú entraram para o circuito mundial das drogas, servindo

Um problema antigo

Ninguém sabe exatamente *como* e a partir de *quando* o consumo e a comercialização de drogas se transformou num problema para as sociedades modernas. Mas um sinal de que o uso de narcóticos – fundamentalmente o ópio naquele momento – já havia ultrapassado os limites considerados aceitáveis foi a decisão da Liga das Nações de subcrever em Haia, em 1912, uma Convenção para regular o consumo de estupefacientes. Em 1925, se redigiu uma nova Convenção, que estabeleceu um sistema de certificados para a exportação e importação legal de drogas destinadas ao uso farmacêutico.

Ao que tudo indica, os dois pri-

meiros acordos tiveram pouco êxito, já que em 1931 se assinou uma terceira Convenção, impondo um controle ainda mais severo sobre o uso legal de drogas. A Convenção de 1936 foi mais além, exigindo pela primeira vez punições para os traficantes de drogas.

Em 1961, as Nações Unidas promoveram a Single Convention on Narcotic Drugs (Convenção Única sobre Drogas), que ratificou as Convenções anteriores e aumentou a lista de drogas que deveriam ser controladas, passando a incluir as obtidas através da síntese química, como a heroína, morfina e cocaína (a relação anterior só contemplava o ópio, a coca e a cannabis sativa, plan-

ta da qual se faz a maconha).

A última Convenção da ONU sobre o tema foi aprovada em dezembro de 1988 por 106 países, mas ratificada apenas por 26 (algumas nações diretamente envolvidas no problema, como o Peru, a Colômbia, Paquistão, Turquia e Tailândia não a ratificaram). Por esse acordo antidroga, ficou estabelecido que o sigilo bancário poderia ser quebrado para permitir a localização e confisco dos bens adquiridos com a produção e comércio ilícitos de tóxicos. A Convenção de 1988 também regulamenta a extradição de traficantes e as formas de cooperação entre as polícias e poderes judiciários dos países envolvidos.

como escala no tráfico para a Europa e centro de "branqueamento" de dólares.

Agentes da DEA garantem que nesses três países têm aumentado as conversões de títulos da dívida no mercado secundário feitas com o objetivo de "limpar" o dinheiro do narcotráfico, que depois é usado na compra de ações de empresas legais e lucrativas. Os investimentos no mercado imobiliário também têm sido usados como mecanismo para "clarear" o dinheiro, afirmam, assim como a fraude cambial, que permite misturar o dinheiro do narcotráfico às remessas de lucros para o exterior das empresas.

No caso do Uruguai, os especialistas afirmam que a ampliação do sigredo bancário, instaurado durante a ditadura militar, colaborou muito para transformar o país em um novo centro de "lavagem" de dólares. As denúncias nesse sentido são constantes, mas até hoje pouco pôde ser comprovado.

Quanto à Argentina, o governo acabou de assinar com a Inglaterra um acordo de cooperação judicial, que inclui a quebra do sigilo bancário e fiscal nas investigações sobre a "lavagem" de dinheiro das drogas. O acordo prevê também o bloqueio de ativos e a desapropriação de bens obtidos com o tráfico de narcóticos.

A assinatura desse convênio é particularmente importante nesse momento em que o governo se vê às voltas com denúncias envolvendo parentes da ex-primeira-dama, Zulema Yoma, no narcotráfico. O "Yomagate", como ficou conhecido o escândalo, veio à tona em fins do ano passado, com a apreensão de uma carga de 540kg de cocaína pura pelas autoridades espanholas.

As investigações feitas na época levaram à prisão do traficante "Inácio", que denunciou como membros do bando de traficantes dois irmãos de Zulema, Karim e Amira. Segundo ele, Amira seria en-

carregada de despachar o dinheiro do narcotráfico em Nova Iorque e o ex-marido, Ibrahim Al-Ibrahim, funcionário da alfândega, de recebê-lo em Buenos Aires. O último elo da cadeia seria um ex-assessor do presidente Carlos Menem, Mario Caserta, cuja função seria repartir o dinheiro entre as casas de câmbio de Buenos Aires e Montevidéu para "branqueá-lo".

No Brasil, as denúncias envolvendo os deputados federais pelo estado de Rondônia Jabes Rabelo, Nobel Moura e Mauricio Calixto reacenderam os temores sobre a utilização do país como nova rota do narcotráfico e centro de "lavagem" de dinheiro obtido ilegalmente. Na verdade, essas denúncias não constituiriam em si uma novidade, a não ser pelo fato de envolver parlamentares em pleno exercício dos seus mandatos.

O "branqueamento" de narcodólares tem sido uma preocupação constante da Polícia Federal. Em junho passado, a cidade de São Paulo sediou uma conferência regional americana para discutir a vinculação bancos/narcotráfico. Patrocinado pela Interpol, o encontro discutiu especificamente a repressão à "limpeza" de dinheiro do narcotráfico nos sistemas financeiros latino-americanos.

Entre as medidas mais recentes tomadas pelo governo brasileiro para combater o tráfico e o consumo de drogas está a assinatura de um acordo com as autoridades norte-americanas, que repassarão recursos e equipamentos, além de intercambiarem informações.

No que se refere à comercialização de narcóticos, o episódio que mais chamou a atenção da opinião pública foi a apreensão, no Rio de Janeiro, de um contrabando de meio quilo de crack, uma droga que se pensava até então pouco utilizada pelos consumidores brasileiros.

Episódios como esse mostram que a ofensiva desencadeada em vários países contra a "lavagem" de dinheiro é mais oportuna do que nunca. As campanhas para reduzir o consumo nos países ricos ou limitar a produção na América Latina e Ásia, por várias razões, não têm surtido os efeitos esperados. Por isso, é tão importante atacar também a ponta final desse emaranhado novo: a "lavagem" dos narcodólares. Certamente, não se esperam resultados espetaculares, como os conseguidos na investigação fiscal que levou à prisão do mafioso Al Capone, na Chicago dos anos 30. Mas se procura, pelo menos, dificultar que os traficantes de drogas continuem desfrutando desse dinheiro impunemente.

Em vários países, os correntistas do BCCI protestaram pela quebra fraudulenta do banco (abaixo, Londres)



A guerra às drogas



Estaria o governo dos Estados Unidos realmente interessado em vencer essa batalha?

Michael Parenti*

Muita gente nos Estados Unidos anda falando em legalizar a venda de narcóticos. Supostamente, isso acabaria com a presença de criminosos no sistema de abastecimento, com o lucro do seu tráfico e com o aspecto romântico do consumo de drogas. Não resta dúvida de que, para o infeliz viciado que precisa urgentemente de uma dose e de um programa de reabilitação gradual, o consumo deveria deixar de ser um crime sob um regime de distribuição controlada. Mas a completa legalização não chega a resolver o problema central que é não a *ilegalidade* do consumo de narcóticos, e sim o próprio consumo.

Há quem argumente que a legalização acabaria com o lucro da venda de drogas. Mas, em que ocasião e em que país a legalização conseguiu acabar com o lucro de alguma coisa? O fumo e o álcool – para mencionar apenas dois narcóticos legalizados – constituem uma fonte de lucros multibilionários. O programa da metadona, substituto legalizado da heroína, enriquece os seus produtores, transformando os viciados em heroína em viciados em metadona.

Afinal, o grande problema não são os lucros auferidos pelos fornecedores, e sim o dano causado aos usuários das drogas e a outras pessoas de nossas co-

Apreensão de drogas: só a repressão ao tráfico não basta para reduzir o consumo de tóxicos

munidades. Aquilo que se torna legal, torna-se também mais acessível e, sendo mais acessível, é consumido em maior quantidade. Tudo o que se conseguiria através da legalização das drogas seria trocar os fornecedores e aumentar o número de possíveis consumidores.

De fato, às vezes a legalização nem chega a eliminar os antigos fornecedores; nem sempre retira os criminosos do sistema de distribuição. A loteria legalizada do estado de Nova Iorque não eliminou o sorteio de números nem outros tipos de jogatina ilegal. A disponibilidade de metadona não eliminou a heroína. Um sistema controlado de distribuição de drogas não elimina as oportunidades de distribuição ilegal a novos mercados ou àqueles que, por algum motivo, permanecessem fora do sistema legal.

Finalmente, acabemos de uma vez com os mitos em torno da Lei Seca, tão citados pelos que propõem a legalização. Mesmo com toda a fabricação ilegal e fornecimento clandestino de bebidas, o consumo de álcool nos Estados Unidos foi menor durante a Lei Seca do que antes ou depois. Quando a lei foi revogada, a incidência de doenças provocadas pelo uso do álcool aumentou conforme o consumo crescia. Nossos dois narcóticos mais perigosos e legalizados – o álcool e o fumo – matam respectivamente 30 e 60 vezes mais do que as drogas. Qual é a conclusão que se tira da sua legalização?

Oferta e demanda – A oferta cria a procura. No século XIX, não foi em resposta a alguma reivindicação popular por parte dos chineses que os ingleses introduziram grandes quantidades de ópio na China. Os ingleses o fizeram porque se tratava de uma maneira diabólica de criar novo mercado e gerar bons lucros para algo produzido em uma colônia (a Índia) e provocar apatia entre a população de outra colônia potencialmente explosiva (a China). As Guerras do Ópio foram uma tentativa, por parte dos chineses, de impedir a importação de uma substância que estava transformando grande número de chineses em drogados. Aparentemente, os chineses já sabiam, naquele tempo, que não bastava “dizer não às drogas” e

atacaram os traficantes ingleses, os grandes fornecedores que estavam introduzindo a droga e criando a demanda.

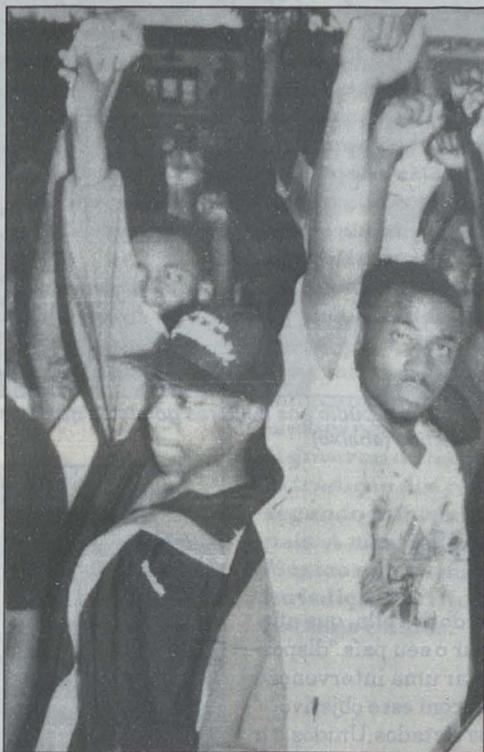
O que se deve fazer? Sem dúvida, precisamos de campanhas de educação pública, centros de reabilitação e programas de criação de empregos e de construção de moradias, bem como de outros serviços sociais para aqueles setores da população que tendem a ser mais vulneráveis ao contágio das drogas.

Mas precisamos também esmagar o próprio tráfico internacional de drogas. Precisamos atacar os fornecedores, reservando as sanções mais severas para os traficantes mais importantes. O alvo principal não deve ser os fornecedores de bairro, e sim os mais importantes mercadores de drogas. Diz-se que esta é uma tarefa impossível. Mas ninguém jamais tentou deflagrar uma guerra contra os principais traficantes – exceto China, Cuba e os países da Indochina. A guerra contra as drogas não seria impossível se se obtivesse a cooperação de outros países como Paquistão, Tailândia, Colômbia, Peru e Bolívia, fazendo com que eles usem contra os traficantes de drogas o mesmo rigor com que fazem ouvidos surdos às exigências de justiça social de seus camponeses, estudantes e trabalhadores.

Omissão e cumplicidade – A CIA sabe onde as colheitas são feitas na América Latina e na Ásia. Conhece os itinerários utilizados pelos principais fornecedores, como os “soldados da liberdade” do Afeganistão. Sabe que bancos norte-americanos e estrangeiros “lavam” os bilhões de dólares.

A CIA – e agora também o Comitê de Investigação do Congresso – conhece os nomes das altas autoridades civis e militares que, no Equador, na Venezuela, na Colômbia, em Costa Rica, na Guatemala, em El Salvador, etc, embolsam grandes somas para fingir que não vêem, ou mesmo, em alguns casos, estão diretamente envolvidos no tráfico. Não só a CIA tem essas informações há muito tempo, mas alguns dos seus agentes também participam do tráfico ilícito, segundo provas que começam a vir à tona.

Por sua própria conta, e isoladamente, a CIA não poderia investir contra o tráfico internacional de drogas, mesmo que desejasse fazê-lo. Mas nenhuma ordem nesse sentido jamais foi emitida pelo governo Reagan ou Bush. O *establishment* norte-americano preferiu atacar as drogas como costuma fazer com outros problemas, passando por cima da realidade e apoiando-se em truques de publicidade para manter as aparências.



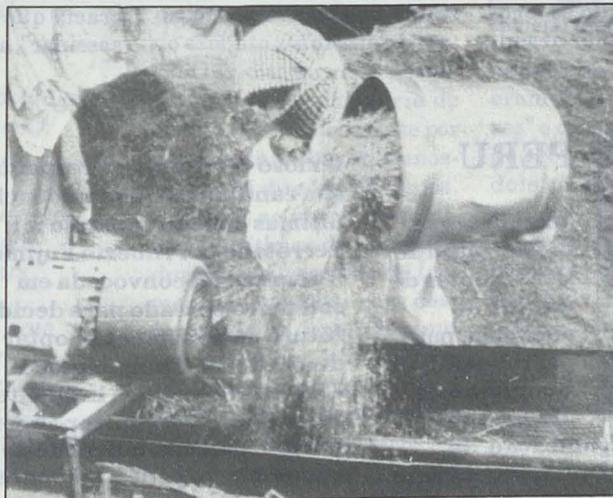
Guetos negros: a pobreza e falta de perspectivas favorecem a entrada no mundo das drogas

deles estarem ocupados demais em enfiar agulhas no corpo e se matarem uns aos outros.

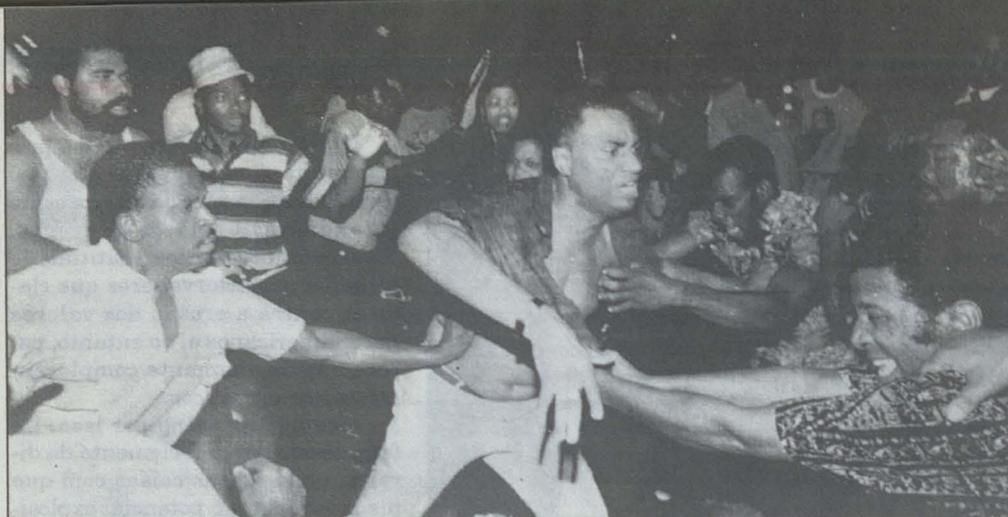
Os líderes das comunidades afro-americanas, latino-americanas que convivem nos subúrbios das grandes cidades dos Estados Unidos se impacientam quando ouvem falar em legalização de drogas. O que eles querem é pôr fim à enxurrada de narcóticos que invade seus bairros e que o governo faça alguma coisa a nível internacional e local.

Mas parece que o governo norte-americano tem outros interesses. As drogas são importante instrumento de repressão e controle social. Os imperialistas ingleses sabiam disso. E desconfio que também o sabem os nossos figurões conservadores, da mesma forma que a CIA e a Casa Branca.

*Publicado originalmente em *Political Affairs* e reproduzido pelo *Ubu Reader*



A CIA sabe onde se semelham as drogas na América Latina e Ásia



Os haitianos saíram às ruas para manifestar o seu repúdio aos militares golpistas que derrubaram o presidente constitucional Jean-Bertrand Aristide (abaixo)

HAITI O sonho acabou

A deposição do presidente Jean-Bertrand Aristide, em 30 de setembro passado, confirmou os prognósticos mais pessimistas de que setores militares ligados ao duvalierismo não permitiriam ao padre católico cumprir o seu mandato. O que talvez não fosse esperado era o consenso que se formou na comunidade internacional de total repúdio ao golpe, liderado pelo general Raoul Cedras.

A rejeição ao golpe foi tão forte que o governo da Venezuela chegou a lançar uma polêmica proposta de organizar uma expedição militar para reconduzir ao poder o presidente Aristide. Também nesse sentido se pronunciou o chanceler argen-

tino, Guido di Tella, que afirmou estar o seu país "disposto a apoiar uma intervenção armada" com esse objetivo.

Já os Estados Unidos e a França, que foram durante décadas os principais aliados da ditadura dos Duvalier, reagiram com mais cautela. Como forma de protesto, Washington e Paris decidiram suspender toda ajuda militar e econômica ao país, além de congelar os depósitos feitos pelo governo haitiano em bancos norte-americanos. O presidente George Bush recebeu Aristide na Casa Branca, expressando o seu apoio ao padre, mas se disse "relutante em usar forças norte-americanas na tentativa de restabelecer o governo deposto".



Liberdade. A organização, de ideologia liberal, foi fundada pelo

PERU

Mario Vargas Llosa voltou ao Peru, depois de um ano de ausência, para participar do II Congresso do Movimento

famoso escritor para respaldar sua candidatura à presidência nas últimas eleições, quando foi derrotado por Alberto Fujimori. A reunião foi convocada em setembro passado para decidir o futuro do movimento e optar entre duas alternativas: manter-se como corrente ideológica influente na sociedade ou organizar-se como partido político, lançando-se à conquista do poder. O congresso

decidiu por 378 votos a favor e 174 contra, transformar o movimento em partido e solicitar seu registro na Justiça Eleitoral com o nome de Partido Movimento Liberdade. Segundo informaram suas novas autoridades, o partido participará como observador da Internacional Liberal, com sede em Londres e se propõe a lançar novamente a candidatura de Mario Vargas Llosa à presidência do Peru.



Mas o próprio Aristide enfatizou que não havia pedido uma intervenção. "Pedi a solidariedade daqueles países que reconheceram nossa democracia, a democracia que Cedras quer assassinar", afirmou.

A ofensiva diplomática contra a junta militar que se instalou no Haiti continuou com a visita de uma delegação da Organização de Estados Americanos (OEA) a Porto Príncipe, menos de uma semana depois do golpe. Tendo à frente o secretário-geral, o brasileiro Baena Soares, a delegação de alto nível tentou, sem sucesso, convencer os militares golpistas a devolver o poder ao presidente eleito.

O general Raoul Cedras não descartou a volta de Jean-Bertrand Aristide, desde que ele cumprisse certas condições. Posteriormente, a junta militar desmentiu suas declarações, afirmando num comunicado assinado pelo Alto Comando das Forças Armadas que o retorno do presidente deposto "não era negociável". A princípio, essa posição condena ao fracasso todas as gestões para restabelecer a democracia no Haiti mediante uma solução negociada.

Jean-Bertrand Aristide, um padre adepto da Teologia da Libertação, foi o primeiro presidente eleito democraticamente no Haiti, em um pleito realizado há sete meses e que foi supervisionado pela ONU e OEA.

EL SALVADOR

Esperança de paz

O caminho para uma solução negociada do conflito armado de El Salvador parece novamente aberto depois de firmado em Nova Iorque um protocolo, criando uma comissão (denominada Copaz), para a verificação dos acordos de paz que estão sendo discutidos desde abril de 1990. A comissão estará integrada por representantes da Frente Farabundo Martí para Libertação Nacional (FMLN), do governo e dos partidos políticos que têm deputados na Assembléia Legislativa salvadorenha. Os mecanismos de verificação têm sido um dos principais obstáculos enfrentados pelos negociadores, chegando até a provocar um impasse nas conversações de paz. A assinatura do protocolo



Pérez de Cuellar se reúne com os chefes da FMLN pouco antes do início da última rodada do diálogo com o governo

de Nova Iorque, em setembro, contou com a mediação do secretário-geral da ONU, Javier Pérez de Cuellar, que conversou separadamente durante 10 dias com o presidente Alfredo Cristiani e com os líderes guerrilheiros Francisco Jovel, Schafik Handal, Joaquín Villalobos, Salvador Sánchez Cerén e Eduardo Sancho.

O acordo não implica que as partes estabeleçam uma data para suspender as hostilidades. Pelo contrário, as operações militares não foram interrompidas apesar da trégua unilateral decretada pela FMLN que, desde o início do diálogo, propôs um cessar-fogo durante as negociações. O governo não aceitou essa proposta.

Um fator que contribuiu para complicar as negociações foi a condenação do coronel Guillermo Benavidez e do tenente Yushi Mendoza. Eles são dois dos nove implicados no assassinato de seis sacerdotes jesuítas e dois assistentes em San Salvador, em novembro de 1989. O fato de só dois acusados terem sido condenados deixou no ar o sentimento de que os autores intelectuais do crime permanecem impunes dentro das forças armadas. Também causaram preocupação as declarações do presidente Cristiani sobre uma possível anistia aos dois militares.

MÉXICO/ESTADOS UNIDOS

Incursões ilegais diárias da polícia norte-americana através da fronteira com o México, para perseguir imigrantes sem documentos – incidentes cuja frequência e gravidade estão aumentando – ameaçam o êxito das negociações do tratado de livre comércio entre ambos os países e o Canadá.

José Pérez, procurador de Direitos Humanos do estado mexicano de Baja California, fronteira com os Estados Unidos, denunciou a entrada ilegal de patrulhas armadas. Em setembro, policiais norte-americanos sequestraram dois imigrantes sem documentos em território mexicano.

O governo de Salinas de Gortari vai pedir a extradição dos responsáveis pelos sequestros, segundo informou o Ministério da Justiça desse país. A mesma fonte assinalou também que o México não permitirá futuras violações de sua jurisdição territorial por parte da polícia dos Estados Unidos.

CHILE

A sombra de Pinochet

Quase duas décadas depois do golpe de estado de 1973 e a dois anos do restabelecimento de um governo eleito pelo povo, o ex-ditador Augusto Pinochet, de 76 anos, continua sendo o virtual tutor das instituições e se tornou um obstáculo para a plena democratização do país.

Se Pinochet não renunciar por sua própria vontade poderá permanecer à frente do exército até 1998.

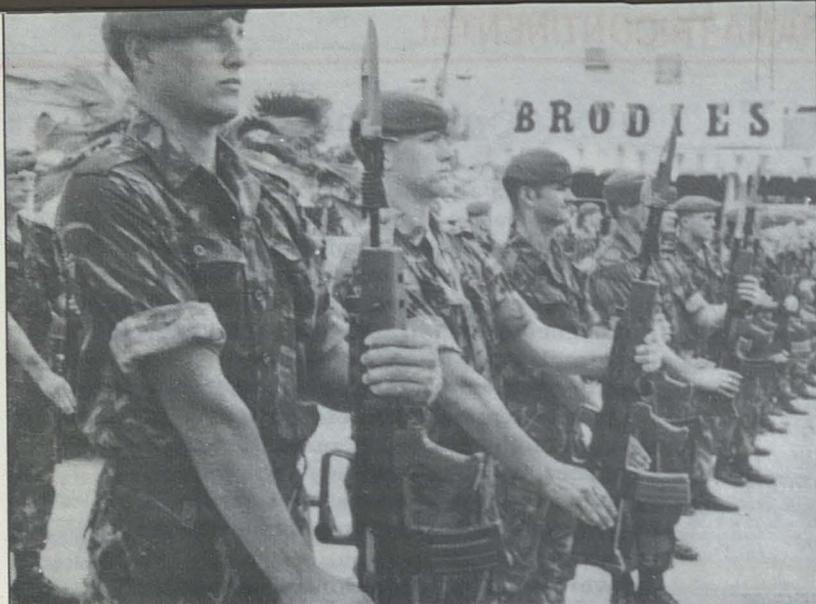
O ex-ditador criou nos últimos meses uma série de conflitos, principalmente por suas declarações de menosprezo aos direitos humanos. Pinochet acusou os familiares das vítimas da repressão durante seu governo de tramar uma manobra para desprestigiar-lo, usando como bandeira o fato de terem sido encontrados cemitérios clandestinos, onde foram enterrados os corpos dos opositores assassinados. O ex-ditador disse que os pa-



General Augusto Pinochet

rentes dos desaparecidos eram “buscadores de cadáveres” e considerou “uma grande economia” ter sepultado dois corpos em um mesmo caixão.

Analistas chilenos estimam que o governo do presidente Patricio Aylwin não pediu a renúncia de Pinochet porque está obrigado a respeitar um “pacto de coabitação”, regido por leis inflexíveis deixadas pelo regime militar, que reduzem seu poder em relação ao ex-ditador.



Soldados britânicos prestam homenagem aos 10 anos de independência de Belize

BELIZE/GUATEMALA Nova convivência

Dez anos após a declaração unilateral de independência por parte dos dirigentes de Belize, o governo guatemalteco, em um gesto surpreendente e inesperado, decidiu aceitar tacitamente a autodeterminação do seu vizinho. Desta forma, o presidente Jorge Serrano deixava para trás as históricas reivindicações territoriais da Guatemala sobre a ex-colônia inglesa de Belize.

A mudança de atitude do governo guatemalteco surgiu em resposta à decisão de Belize de garantir-lhe uma saída para o mar do Caribe, além de facilidades portuárias. Guatemala continuava reivindicando direitos sobre o território, apesar de Belize já ter sido aceito como Estado independente nas Nações Unidas e na Organização de Estados Americanos (OEA).

Belize tem 22.963 quilômetros quadrados e uma população de 200 mil pessoas, de origem maia, africana, indiana e inclusive palestina e sírio-libanesa. Com o aval de tropas britânicas estacionadas em seu território, o país se declarou independente em 21 de setembro de 1981, apesar dos protestos do governo guatemalteco.

Antes de sua independência, Belize era uma colônia britânica, pois a Espanha cedeu o território à Inglaterra por não ter conseguido submeter os indígenas que ali viviam. Londres iniciou a colonização

em 1789, com apoio de piratas ingleses que já habitavam essas terras, e a formalizou a partir de 1862.

O presidente Serrano arrematou sua nova política em relação a Belize com uma visita à capital desse país, Balmopan, coincidindo com o décimo aniversário da independência.

A Comunidade Econômica Européia (CEE) recebeu com entusiasmo a decisão de Serrano, assinalando que ela contribui para erradicar outro foco de tensão na América Central e afastar o perigo de um conflito bélico entre ambas as nações.

A reivindicação guatemalteca surgiu a partir do não-cumprimento do acordo firmado com a Grã-Bretanha, mediante o qual a Coroa britânica se comprometia a construir uma estrada entre a capital da Guatemala e a costa atlântica em troca do território de Belize. A estrada nunca saiu do papel e, em consequência, o governo da Guatemala invalidou o acordo, mantendo suas reivindicações sobre o território vizinho.

Em 1981, Guatemala e Grã-Bretanha subscreveram um novo tratado, no qual se reconhecia a independência de Belize em troca de um livre acesso ao mar Caribe, da exploração conjunta da plataforma marinha e da construção de oleodutos. Mas, o acordo ficou sem efeito com a declaração unilateral de independência por parte de Belize.

COLÔMBIA

Organizações não-governamentais de defesa dos direitos humanos acusam o governo de omissão frente ao aumento da violência política em todo país. Nos últimos três anos, foram denunciados 6.800 casos de assassinatos políticos e, somente em 1990, houve 217 desaparecimentos. O Comitê de Defesa dos Direitos Humanos denunciou a atividade de grupos de extrema-direita que estão exterminando os mendigos, em diferentes cidades da Colômbia. "A única forma de acabar com essas matanças é fazer uma limpeza profunda nas forças armadas", disse Héctor Pizón, coordenador do comitê. "O extermínio de mendigos é um fato muito grave, porque é feito como uma forma de treinamento desses grupos", afirmou Pinzón. Em defesa do governo, o assessor presidencial para direitos humanos, Jorge Orlando Melo, lamentou que a Colômbia tenha se transformado em um dos países mais violentos do mundo. "Na realidade, o Estado é cada vez menos responsável pela violência política. Há um número infinitamente maior de atos de violência cometidos pelos cidadãos comuns", disse Melo.

GUIANA

Após a dissolução do Parlamento, em fins de setembro, a Guiana deve realizar eleições gerais em um prazo de 90 dias. O

primeiro-ministro Desmond Hoyte já iniciou o processo que deve resultar na consulta popular, apesar de o presidente da Comissão Eleitoral, Rudy Collins, ter denunciado a existência de problemas sérios nas listagens de eleitores, estimados em 92 mil cidadãos.

Entre as medidas anunciadas por Hoyte para impedir fraudes estão o uso de urnas de metal, a impressão no exterior de cédulas numeradas e a criação de um centro único de apuração. Todas essas iniciativas haviam sido reivindicadas pela oposição.

ANGOLA O desafio da reconstrução

As reformas constitucionais promulgadas em março pelo governo de Luanda abriram caminho para a instalação de uma democracia pluralista nesse rico país africano e constituem a base da convocação de eleições para o próximo ano. Uma comissão composta por delegados do MPLA, da Unita e mediadores da URSS, Estados Unidos e Portugal, está encarregada de acertar os detalhes dessa convocatória.

Amparados pela nova legislação política, 17 partidos já foram legalizados e 13 esperam a aprovação de seus estatutos pela Corte Suprema de Justiça. Para comple-

tar o quadro de normalização política, os dirigentes históricos dos dois grupos rivais do MPLA voltaram a Luanda: Jonas Savimbi, o líder da Unita – organização que enfrentou o governo do presidente Dos Santos nos últimos 15 anos de guerra –, e Holden Roberto, da FNLA, um movimento que foi desmantelado militarmente ao final da primeira fase dos confrontos após a independência.

Mas esses avanços no plano político não estão encontrando um paralelo no terreno econômico. Apesar de seu enorme potencial – Angola produz petróleo, dia-

mantes e outros minerais de valor estratégico – depois de 16 anos de guerra civil, o país enfrenta o desafio da reconstrução. A economia está destruída e a sociedade está dividida. A guerra impôs à maioria dos 10 milhões de habitantes grandes sacrifícios, que vão desde a impossibilidade de viajar ao longo das extensas zonas do território à escassez de artigos de primeira necessidade. Isso sem mencionar os milhares de angolanos que se viram forçados a abandonar suas casas e pequenas propriedades para buscar refúgio nas áreas urbanas não afetadas diretamente pelo conflito e o elevadíssimo número de mutilados, feridos e vítimas fatais da guerra, principalmente civis.

O país ficou praticamente dividido em “ilhas”. As áreas agrícolas, onde tradicionalmente eram produzidos os alimentos e outros bens, estavam isoladas pelas dificuldades de transporte por terra. Depois de firmado o tratado de paz, em 31 de maio deste ano, entre o presidente Eduardo dos Santos e Jonas Savimbi, a abertura dos caminhos facilitou a movimentação de pessoas e produtos.

Com o fim dos confrontos, voltaram a surgir nas cidades os mercados e as feiras. No entanto, a escassez de produtos provoca disputas e ainda existe um mercado paralelo, à margem das barracas do Estado, nas quais é possível comprar mais barato com cartões de racionamento.

A onda de violência que varreu o Zaire em fins de setembro, deixando um saldo de cem mortos e 1.500 feridos, conseguiu o que nenhum grupo de oposição havia logrado até então: obrigar o presidente Mobutu Sese Seko a promover reformas políticas. Um dos últimos “bolsões” de regime autoritário na África, o governo de Mobutu se viu pressionado, interna e externamente, a fazer concessões políticas diante do clima de guerra civil que tomou conta do país.

O mais preocupante, para o ditador, é que a faísca que fez o barril de pólvora explodir não foi uma das tantas manifestações populares de protesto contra o seu governo, mas uma rebelião dentro das forças armadas, tradicional base de sustentação do regime. Insatisfeito com os baixos salários, um batalhão de elite da capital, Kinshasa, se amotinou e começou a pilhar lojas e residências particulares. Não demorou para que a onda de saques se espalhasse, deixando Kinshasa praticamente destruída.

No plano externo a situação tam-

ZAIRE Protestos forçam abertura



Mobutu cumprimenta o novo primeiro-ministro Etienne Tshisekedi

bém não é favorável para o presidente zaireense. Como fiel aliado dos Estados Unidos e Europa ocidental, o governo de Mobutu foi uma peça importante na política desses países em relação à África durante os anos 70 e 80, ajudando a combater governos e grupos guerrilheiros de esquerda. O caso mais notório é o de Angola, cujo governo não só sofreu os ataques da organização contra-revolucionária FNLA, baseada no Zaire, como foi vítima de uma invasão de forças regulares zaireenses, pouco

depois da independência.

Mas hoje, com as mudanças ocorridas no cenário internacional, o papel de Mobutu se reduziu consideravelmente e a cada dia se torna difícil para Washington e Paris fechar os olhos diante das contínuas denúncias de corrupção no governo, massacres de população civil, torturas e perseguições a opositores.

Desde que chegou ao poder em 1965, mediante um golpe de estado, o presidente zaireense tem dirigido o país com mão-de-ferro e só no ano passado concordou em pôr fim ao sistema de partido único, imposto por ele em 1967.

A designação de Etienne Tshisekedi, um dos líderes da oposição, para o cargo de primeiro-ministro mostra até que ponto os acontecimentos de setembro puseram em xeque a sobrevivência do regime.

O novo *premier* – que havia recusado o cargo em maio passado – não poupou críticas a Mobutu, afirmando que ele é “um monstro perigoso”, que está enfraquecido e “não tem outra alternativa senão entregar totalmente o poder”.



O povo do Saara poderá ter a chance de decidir sobre o seu futuro

SAARA ONU decreta trégua

Após anos de negociações, uma força de paz da ONU decretou em setembro passado um cessar-fogo na guerra travada no Saara Ocidental entre o Marrocos e a Frente Polisario, movimento que luta pela independência do território.

A medida é mais um passo no rumo do plebiscito, que será realizado em breve para poder decidir o futuro dessa ex-colônia espanhola situada no noroeste da África. O Saara Ocidental abriga a maior reserva de fosfato do mundo, além de possuir um enorme potencial pesqueiro. Em novembro de 1975, mediante um acordo assinado em Madri poucos dias antes da morte do general Franco, a Espanha cedeu ao Marrocos e à Mauritânia o território do Saara. Em 27 de fevereiro de 1976, a Frente Polisario proclamou, em território liberado, a República Árabe Saarauí Democrática (Rasd), reconhecida atualmente por dezenas de países e aceita desde 1984 como membro pleno da Organização da Unidade Africana (OUA), representando o povo saarauí.

Já em 1974, as Nações Unidas tinham proposto pela primeira vez

a realização desse plebiscito e em diversas ocasiões se pronunciaram contra a ocupação marroquina (em 1985 o Comitê de Descolonização da ONU reconheceu o direito à autodeterminação do povo saarauí).

Mas as inúmeras gestões diplomáticas para solucionar o conflito esbarraram na intransigência do rei do Marrocos, Hassan II, que insiste em considerar o território como parte do seu país. Em declarações feitas em agosto passado, Hassan II não hesitou em afirmar que a consulta servirá "apenas para confirmar a *marroquinidade*" do Saara Ocidental.

No momento, representantes das Nações Unidas tentam vencer o último obstáculo à realização do plebiscito: a definição da lista de eleitores. A ONU tomou como base o último censo realizado no Saara Ocidental, em 1974, quando ainda era colônia da Espanha. Mas o governo de Rabat quer incluir entre os votantes os milhares de marroquinos enviados posteriormente para ocupar o território, o que lhe daria uma chance muito maior de um resultado favorável à anexação.

ÁFRICA Novo diálogo com a Europa

Adívida externa, os fluxos financeiros, a situação agrícola, o crescimento demográfico, a proteção do meio ambiente e a transição para a democracia no continente africano foram os principais temas da reunião inaugural da Coalizão Mundial pela África (CMA), realizada em Paris, em setembro.

O objetivo da reunião foi estabelecer um novo diálogo entre os países da África e o Norte industrializado, em busca do desenvolvimento desse continente.

A CMA, um organismo de alto nível político de caráter informal, está composta tanto por países africanos como por nações credoras da Europa e por organismos financeiros internacionais. Participaram do encontro ministros, representantes de alto nível de instituições de assistência e figuras de peso, como o secretário-geral da ONU, Javier Pérez de Cuéllar.

"Foi a primeira vez que trataram temas tão vastos relativos à África, com um espírito de cooperação tão construtivo", declarou Edwige Avice, ministra da Cooperação francesa.

A próxima reunião da CMA acontecerá em Kampala, Uganda, em maio de 1992. O foro chegou a um consenso no sentido de que o desenvolvimento da África é de responsabilidade tanto dos Estados do continente como das ex-metrópoles coloniais do Norte rico e industrializado.

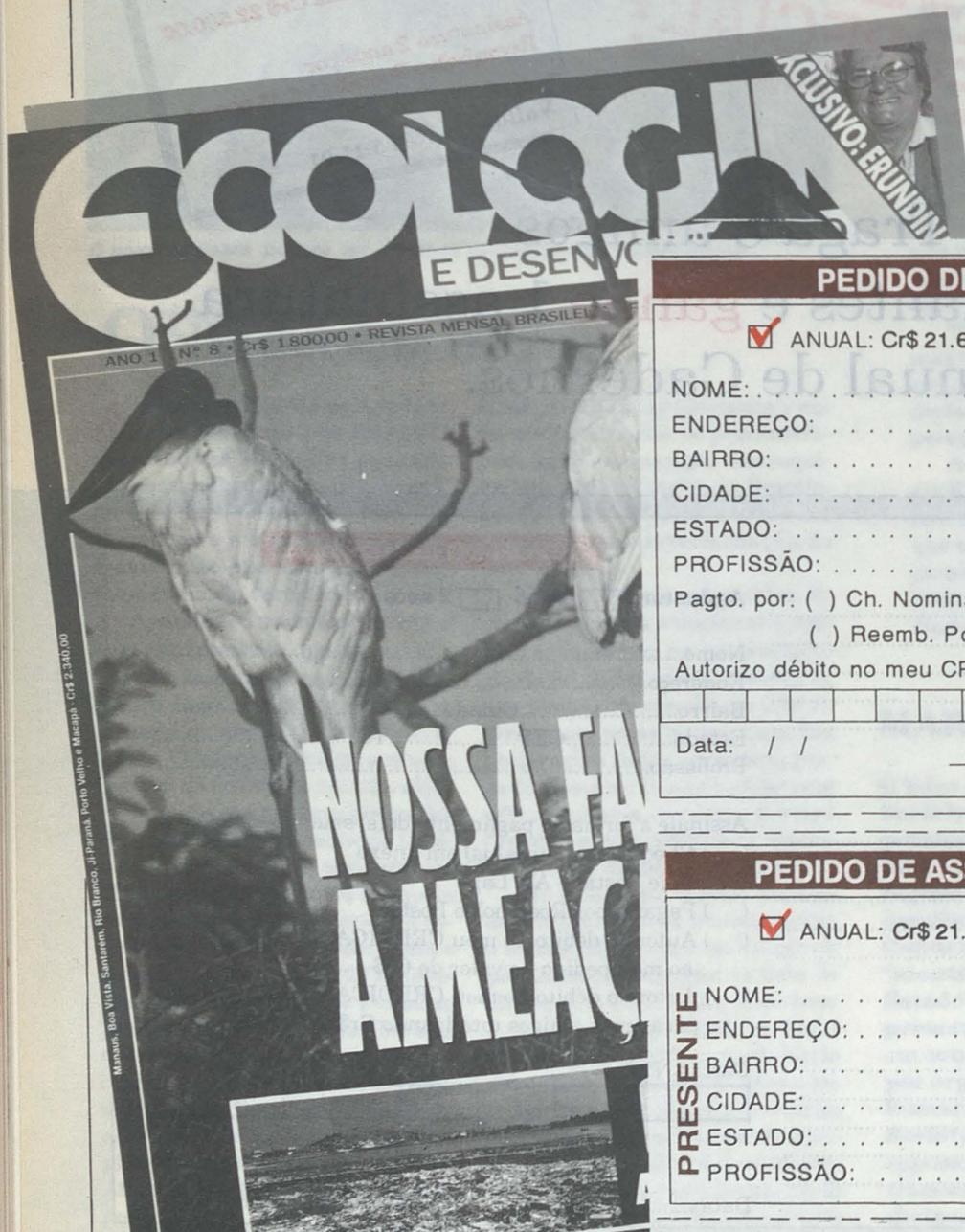
MARROCOS

O líder esquerdista marroquino Abraham Serfaty, considerado um dos presos políticos mais antigos do mundo, foi libertado a meados de setembro pelo regime do rei Hassan II e imediatamente expulso do seu país.

Condenado à prisão perpétua em 1977 por "atentado contra a segurança externa do Estado", Serfaty, atualmente com 65 anos, permanecia detido na prisão de Kenitra em condições descritas como "subumanas" por organizações de defesa dos direitos humanos.

Serfaty viajou a Paris, onde mora sua esposa, Christine, de nacionalidade francesa. Quando foi preso, Serfaty era dirigente de um grupo marxista que havia se desvinculado do Partido Comunista do Marrocos.

Leia O Rio de Janeiro vai sediar em junho de 1992 a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento, uma reunião planetária de debate sobre as questões ecológicas. A revista **Ecologia e Desenvolvimento** se propõe a contribuir para a análise desse encontro histórico e acompanhar os seus desdobramentos. A ecologia já é, hoje, um tema dominante. Acompanhe o seu tempo. **e Assine**



Gratis
Dê uma assinatura de presente a um amigo e ganhe 1 livro de brinde.

Validade: até 25.11.91

PEDIDO DE ASSINATURA

ANUAL: Cr\$ 21.600,00

NOME:
 ENDEREÇO:
 BAIRRO:
 CIDADE: CEP:
 ESTADO: TEL.:
 PROFISSÃO:
 Pagto. por: () Ch. Nominal () V. Postal - Ag. Lapa
 () Reemb. Postal () CREDICARD
 Autorizo débito no meu CREDICARD N°

Data: / /

Comprador

PEDIDO DE ASSINATURA DO AMIGO

ANUAL: Cr\$ 21.600,00

PRESENTE NOME:
 ENDEREÇO:
 BAIRRO:
 CIDADE: CEP:
 ESTADO: TEL.:
 PROFISSÃO:

Agora todo o mundo é verde.



O Banerj sempre foi verde porque nasceu aqui.



NATURALMENTE LIGADO AO RIO

RIO



Rio do mar, do sol,
do verde da mata,
da Pedra, da praia,
dos shoppings, do chopp,
do Cristo, do bondinho,
da cidade menina
cheia de beleza.

RIO - A MARCA DO TURISMO POR NATUREZA.

RIO Prefeitura
da Cidade